

# SOCIOLOGIA

## TEORIA E ESTRUTURA

Robert K. Merton

Sham 301 M575s

Autor: Merton, Robert King, 1910-

Título: Sociologia : teoria e estrutura



83230809

Ac. 2774

EDITORA MESTRE

## SOCIOLOGIA — Teoria e Estrutura

ROBERT K. MERTON é professor de Sociologia e diretor associado do «Bureau of Applied Social Research» da Universidade de Colúmbia; Membro da «The American Academy of Arts and Sciences» e ex-presidente de «American Sociological Association». Em 1962 foi agraciado com o Prêmio «Distinguished Scholarship in the Humanities» pelo «American Council of Learned Societies» e, em 1964, pelo «National Institute of Health Lectureship» em reconhecimento às destacadas conquistas científicas. É autor ainda de várias outras obras de grande valor.

Desde o seu lançamento, *Sociologia, Teoria e Estrutura* passou a ser considerado como a palavra de importância central nas ciências sociais. Trata a obra, inicialmente, da influência mútua entre a teoria social e a investigação social e, a seguir, a codificação progressiva da teoria substantiva e os procedimentos da análise sociológica.

Sobre esta base se sustentam os diversos trabalhos que o Autor reuniu, modificou e ampliou para dar ao livro uma unidade, uma coerência e um relêvo que se mantêm à altura da magnitude do tema. *Sociologia, Teoria e Estrutura* já foi traduzido para o francês, italiano, espanhol, japonês, checo, alemão e hebreu, o que constitui incontestável e expressivo significado do seu mérito.

Euler Siqueira  
Sociólogo



SOCIOLOGIA  
TEORIA E ESTRUTURA

Victor Natanael Schwetter Silveira  
PSICÓLOGO  
CRP 13523/04

M 575

ROBERT K. MERTON



Victor Natanael Schwetter Silveira  
PSICÓLOGO  
CRP 13523/04

# SOCIOLOGIA

TEORIA E ESTRUTURA

Tradução de  
MIGUEL MAILLET

cc. 2774

U.F.M.G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



83230809

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA



EDITORA MESTRE JOU  
SÃO PAULO

Primeira edição em inglês .....	1949
Décima primeira reimpressão em inglês .....	1967
Primeira edição ampliada em inglês .....	1968
Primeira edição em espanhol .....	1964
Segunda edição em espanhol .....	1965
Primeira edição em português .....	1970

## PREFÁCIO DA EDIÇÃO AMPLIADA DE 1968

Título original  
"SOCIAL THEORY AND SOCIAL STRUCTURE"



Capa  
Wilson Tadei

© 1968 by Robert K. Merton  
1957 by The Free Press, A. Corporation  
1949 by The Free Press

Direitos reservados para os países de língua portuguesa pela

EDITORA MESTRE JOU  
Rua Martins Fontes, 99  
São Paulo

ESTA NOVA IMPRESSÃO não é uma edição novamente revista, mas apenas ampliada. A edição revista de 1957 permanece inalterada, salvo a sua curta introdução, agora amplamente aumentada e transformada nos capítulos I e II do presente volume. As únicas outras alterações são técnicas e de pequena monta: como ligeiras emendas nos índices analítico e de nomes.

Ao serem inicialmente compostos, os ensaios que formam este livro não eram destinados a constituir capítulos consecutivos de um só volume. Seria inútil, portanto, pretender que os ensaios, como estão agora ordenados, apresentem uma progressão natural, estabelecendo rigorosa seqüência de um ensaio para outro. Assim mesmo, não acredito estarem ausentes as qualidades de coerência, unidade e ênfase.

Para tornar a coerência mais facilmente visível, o livro está dividido em quatro partes principais, a primeira estabelecendo uma orientação teórica, de acôrdo com a qual são examinados a seguir três conjuntos de problemas sociológicos. Curtas introduções procedem cada uma dessas três partes substantivas, no intuito de facilitar ao leitor a passagem intelectual de uma parte para a seguinte.

Objetivando dar unidade, os ensaios foram reunidos levando-se em consideração o gradual desdobramento e desenvolvimento de duas preocupações sociológicas que se estendem por todo o livro, preocupações melhor expressas pela perspectiva encontrada em todos os capítulos do que em cada assunto específico sob exame. Trata-se da preocupação pela ação recíproca da teoria social e da pesquisa social, e daquela de codificar tanto a teoria substantiva quanto os processos de análise sociológica, especialmente da análise qualitativa.

Temos de admitir que êsses dois interesses não sofrem por excessiva modéstia em suas dimensões. De fato, se eu fôsse sugerir que os ensaios fazem mais que contornar as margens dêsses territórios imensos e imperfeitamente cartografados, o próprio exagêro da pretensão acentuaria ainda mais a pobreza dos resultados. Mas uma vez que a consolidação da teoria e da pesquisa e a codificação da teoria e dos métodos são assuntos aventados com dificuldade por todos os capítulos dêste livro, creio ser conveniente acrescentar algumas palavras a respeito da orientação teórica, conforme apresentada na Parte I.

O capítulo I expõe as razões das funções distintas, embora recíprocas, das histórias da teoria sociológica, de um lado, e formulações da teoria correntemente utilizada, de outro. Escusado dizer que a teoria sociológica atual repousa sobre legados do passado. Acredito, porém, que há alguma utilidade em estudar os requisitos intelectuais para uma história genuína do pensamento sociológico, considerando-os mais que uma série de sinopses de doutrina sociológica, cronologicamente disposta da mesma forma que é útil observar exatamente como a teoria sociológica corrente se inspira na teoria antecedente.

Em vista da grande atenção despertada pela teoria sociológica de médio alcance na última década, achei interessante fazer uma revisão do seu caráter e das suas realizações, à luz das utilizações e das críticas pelas quais passou essa teoria durante esse período. O capítulo II é dedicado a essa tarefa.

O capítulo III sugere uma estrutura para a teoria social conhecida como análise funcional. Centraliza-se num paradigma que procura codificar as suposições, conceitos e processos que têm estado implícitos (e às vezes explícitos) em interpretações funcionais que se desenvolveram nos campos da sociologia, da psicologia e da antropologia sociais. Se deixarmos de lado as extensas conotações da palavra *descoberta*, poderemos dizer então que os elementos do paradigma foram principalmente descobertos, e não inventados. Foram descobertos, em parte esmiuçando criticamente as pesquisas e as discussões teóricas feitas por eruditos que utilizam a orientação funcional para o estudo da sociedade, e em parte por meio do reexame dos meus próprios estudos sobre a estrutura social.

Os dois últimos capítulos da Parte I resumem as espécies de relações recíprocas que hoje prevalecem na pesquisa sociológica.

O capítulo IV especifica os tipos relacionados, mas distintos de pesquisar, compreendidos pelo termo *teoria sociológica* (um tanto vago, mas usado com frequência): metodologia ou lógica do processo, orientações gerais, análise de conceitos, interpretações *ex post facto*, generalizações empíricas e teoria no sentido estrito. Ao examinar as interconexões entre eles — o fato de serem conexos implica que também são distintos — acentuo as limitações bem como as funções das orientações gerais na teoria, com as quais a sociologia está mais fartamente provida do que com conjuntos de uniformidades específicas e empiricamente confirmadas, derivadas da teoria geral. Assim, também, acentuo e procuro caracterizar a importância bem como a natureza parcial da generalização empírica. Nesse capítulo, sugere-se que essas generalizações díspares podem ser colacionadas e consolidadas mediante um processo de codificação. Tornam-se, então, exemplos de uma regra geral.

O capítulo V examina a outra parte dessa relação recíproca entre teoria e pesquisa: as diversas espécies de conseqüências de pesquisa empírica para o desenvolvimento da teoria sociológica. Somente aqueles que conhecem as pesquisas empíricas apenas pela leitura, e que não se dedicam praticamente a elas, podem continuar acreditando que a função primordial ou mesmo exclusiva da pesquisa consiste em experimentar hipóteses pre-

estabelecidas. Isto representa uma função da pesquisa, essencial mas restrita, e que está longe de ser a única, pois a pesquisa desempenha um papel muito mais ativo no desenvolvimento da teoria, do que uma simples função passiva de confirmação. Conforme o capítulo explica em detalhes, a investigação empírica também inicia, reformula, reenfoca e clarifica a teoria sociológica. E na medida em que a pesquisa empírica faz assim frutificar a teoria, é evidente que o sociólogo teórico, que se acha afastado de toda pesquisa, que apenas aprende como que “de oitiva”, corre o risco de ficar isolado das experiências que mais provavelmente poderiam chamar a sua atenção para novas e fecundas orientações. Sua mente não foi preparada pela experiência. Acha-se afastado do fenômeno frequentemente observado, de “serendipidade” — a descoberta por acaso, por uma mente preparada, de novos resultados que não eram procurados. Quando me refiro a isso, considero a serendipidade um fato da investigação empírica, e não como uma filosofia.

Max Weber tinha razão quando dizia que alguém não precisa ser César para compreender a César. Mas os sociólogos teóricos somos às vezes tentados a agir como se não fôssemos, ao menos, necessário estudar César a fim de entendê-lo. Contudo, sabemos que a ação recíproca da teoria e da pesquisa contribui tanto para a compreensão do caso específico quanto para a expansão da regra geral.

Sou grato a Barbara Bengen, que emprestou seus talentos redatoriais aos dois primeiros capítulos, à Dra. Harriet A. Zuckermann, que examinou os primeiros rascunhos dos mesmos, à Sra. Mary Miles, que converteu um palimpsesto em claro texto datilografado. Para a preparação desses dois capítulos introdutórios, beneficiei-me de um subsídio outorgado pela *National Science Foundation*.

R. K. M.

Hastings-on-Hudson, Nova Iorque  
março de 1968

(\*) N. do trad.: Em inglês serendipity. Vejam-se, a respeito, os esclarecimentos do Autor nas notas 18 do cap. IV; 4-A do cap. V e 2, do cap. X.

PREFÁCIO DA  
EDIÇÃO REVISTA  
DE 1957

MAIS DE UM TERÇO, aproximadamente, do conteúdo do presente volume é matéria nova. As principais alterações consistem de quatro capítulos novos e de dois pós-escritos bibliográficos, que abrangem recentes desenvolvimentos acêrca do tema tratado nos capítulos a que foram apensados. Procurei igualmente aperfeiçoar, em vários tópicos do livro, a exposição do assunto, reescrevendo parágrafos que não apresentavam a devida clareza e eliminando diversos erros que nunca deveriam ter sido cometidos.

Dos quatro capítulos acrescentados a esta edição, dois provêm de simpósios publicados, um dos quais se esgotou e o outro, segundo estou informado, aproxima-se da mesma situação. "Padrões de Influência", que surgiu inicialmente na publicação *Communications Research*, 1747-47 (P. F. Lazarsfeld e F. N. Stanton, editôres), faz parte de uma série continuada de estudos feitos pelo Departamento de Pesquisa Social Aplicada, da Universidade de Colúmbia, versando sôbre o papel da influência pessoal na sociedade. Este capítulo estabelece o conceito do fator do "influyente", identifica dois tipos distintos desse fator, o "local" e o "cosmopolita" e os relaciona à estrutura de influência na comunidade local. O segundo, "Contribuições à Teoria de Comportamento dos Grupos de Referência", foi escrito em colaboração com a Sra. Alice S. Rossi e originalmente publicado em *Continuities in Social Research* (edição de R. K. Merton e P. F. Lazarsfeld). Baseia-se na ampla evidência fornecida pelo *The American Soldier*, com o propósito de formular certas condições em que as pessoas se orientam pelas normas de vários grupos, particularmente por aquêles a que não se acham filiadas.

Os outros dois capítulos acrescentados a esta edição não foram publicados antes. O primeiro, "Continuidades na Teoria da Estrutura Social e da Anomia", procura consolidar recentes análises empíricas e teóricas das origens e conseqüências da infração de normas sociais, descritas como anomia. O segundo, "Continuidades na Teoria dos Grupos de Referência e Estrutura Social", procura revelar algumas das inferências especificamente sociológicas das investigações atuais sôbre o comportamento dos grupos de referência, distinguindo-as das induções sociopsicológicas. Seu objetivo é examinar alguns dos problemas teóricos da estrutura social, que devem ser resolvidos antes que ocorram determinados progressos na análise sociológica dos grupos de referência.

Os pós-escritos bibliográficos tratam resumidamente da análise funcional da sociologia e se detêm um tanto no papel do puritanismo no desenvolvimento da ciência moderna.

Agradeço especialmente à Dra. Elinor Barber e à Sra. Marie Klink, o auxílio prestado na correção das provas. A Sra. Bernice Zelditch, a preparação do índice. A revisão da presente obra foi beneficiada por pequeno auxílio monetário propiciado pelo Programa de Ciências do Comportamento, da Fundação Ford, como parte de seu plano de auxílios, sem restrições prévias, para um "projeto" específico.

R. K. M.

Hastings-on-Hudson, Nova Iorque  
Dia de Ação de Graças, 1956

## AGRADECIMENTOS

NENHUM HOMEM SABE, de modo integral, o que foi que modelou seu próprio pensamento. Torna-se difícil traçar, pormenorizadamente, a origem das concepções emitidas neste livro, bem como pesquisar as causas das suas progressivas modificações, que surgiram no decorrer dos anos, à medida em que eu ia elaborando esta obra. Muitos cientistas sociais contribuíram para desenvolvê-las e sempre que a origem se tornava conhecida, eu tratava de referenciá-la em numerosas notas, espalhadas pelos diversos capítulos. Entre essas fontes, porém, há seis de que me considero especialmente devedor, embora sob graus e modalidades diversas, pelo que desejo prestar-lhes o meu reconhecimento.

O primeiro e maior desses tributos é ligeira e tardiamente reconhecido no fato de ser êsse livro dedicado a Charles H. Hopkins, espôso de minha irmã, cuja vida despertou em muitas criaturas o sentido profundo da dignidade humana. Para nós, que compartilhamos do convívio de sua existência serena, êle continua vivo. É com amor, respeito e gratidão, que dedico êste livro a Hopkins, que aprendeu por si mesmo aquilo que pôde ensinar aos outros.

Ao meu bom amigo George Eaton Simpson, presentemente no Oberlin College, sou grato por haver inculcado, na mente de um estudante novato como eu, o devido interêsse para estudar o funcionamento dos sistemas de relações sociais. Não me poderia ter sido mais auspiciosa qualquer outra introdução à sociologia.

Com relação a Pitirim A. Sorokin — antes que se absorvesse no estudo dos movimentos históricos em grande escala, tais como aqueles representados em sua obra *Social and Cultural Dynamics*, devo dizer que me ajudou a fugir do provincianismo de pensar que os estudos efetivos da sociedade se confinavam às fronteiras dos Estados Unidos. E mais: do provincianismo em acreditar que o assunto principal e primário da sociologia se centralizava em problemas tão periféricos da vida social, como sejam o divórcio e a delinqüência juvenil. Prazerosamente reconheço que ainda devo esta obrigação.

A George Sarton, o mais apreciado entre os historiadores da ciência, sou grato tanto pela amizade como pela orientação e privilégio de ter labutado a maior parte do período de dois anos em sua famosa oficina de trabalho, na 189.ª Secção da Biblioteca de Harvard. Um pequeno vestígio de seu estímulo será encontrado na Parte IV dêste livro, dedicada a estudos sôbre a sociologia da ciência.

Aquêles que lerem as páginas que seguem, logo reconhecerão que a maior dívida nesse sentido é para com o meu professor e amigo Talcott Parsons, que desde o início de sua carreira soube inculcar a tantos de seus discípulos o maior entusiasmo pela teoria analítica. A medida de sua eficiência como professor está no fato de ter despertado a independência intelectual, ao invés de meramente fazer com que seus discípulos lhe obedecessem. Na intimidade espiritual proporcionada pelo *pequeno* departamento de graduação em sociologia, de Harvard, na primeira parte da década de 1930, era possível a um estudante do último ano, como eu, visando à formatura, manter estreitas e contínuas relações de trabalho com um instrutor da qualidade do Dr. Parsons. Tratava-se, na realidade, de um *collegium*, o que hoje não é fácil encontrar, em departamentos que abrigam muitos estudantes e um pequeno número de professores, submetidos a pesada rotina.

Nos últimos anos, enquanto eu trabalhava no Departamento de Pesquisa Social Aplicada, na Universidade de Colúmbia, compartilhando de várias tarefas, muito aprendi com Paul F. Lazarsfeld. Uma vez que em nossas incontáveis conversações tornou-se evidente que ele não suspeitara da extensão de minha dívida intelectual para com ele, sinto-me especialmente feliz, nesta ocasião, de chamar sobre ele a atenção do público. Para mim, um de seus mais valiosos traços tem sido a sua cética curiosidade, que me compeliu a articular-me do modo mais completo possível, quanto às minhas razões em considerar a análise funcional presentemente como a mais promissora, senão a única orientação teórica adequada à extensa faixa de problemas da sociedade humana. E, acima de tudo, através de seu próprio exemplo, ele reforçou a minha convicção de que a grande diferença entre a ciência social e o diletantismo reside na busca sistemática e *séria*, isto é, intelectualmente responsável e austera, daquilo que, a princípio, é apenas uma idéia atraente e interessante. No mesmo sentido, penso que a presença de Whitehead se patenteia nas linhas finais da passagem inscrita na epígrafe deste livro.

Há mais quatro pessoas que merecem breve referência: todos quantos me conhecem sabem da minha grande obrigação para com uma delas; as demais, no devido tempo, descobrirão por si mesmas a exata natureza da minha grande obrigação para com elas.

## Parte I

# TEORIA SOCIOLÓGICA

verdadeiramente dedicado (descrito por Edmundo Wilson), que, interrompido em seu trabalho por uma batida na porta, abriu-a, estrangulou o desconhecido que ali estava e voltou ao seu trabalho.

Para uma verificação informal da função potencialmente criadora da releitura dos clássicos, basta examinar a marginalia e as notas que tomamos de uma obra clássica, que foi lida e relida alguns anos mais tarde. Se o livro tem precisamente as mesmas coisas a nos dizer na segunda leitura, estamos sofrendo de severa estagnação intelectual, ou o trabalho clássico tem menos profundidade intelectual do que julgávamos, ou se dão simultaneamente essas duas infelizes circunstâncias.

O que é uma experiência familiar na vida intelectual do sociólogo individual pode tornar-se prevalente para gerações inteiras de sociólogos. Pois como cada nova geração acumula seu próprio repertório de conhecimentos e assim adquire sensibilidade para novos problemas teóricos, ela chega a ver muitas "novidades" nos trabalhos antigos, mesmo que esses trabalhos já hajam sido previamente examinados. Há muito para dizer a favor da releitura das obras mais antigas — especialmente no que se refere a uma disciplina imperfeitamente consolidada como a sociologia — contanto que esse estudo consista em algo mais do que aquela despreocupada imitação pela qual a mediocridade expressa seu tributo à grandeza. A releitura de velhos trabalhos com novos óculos permite aos sociólogos contemporâneos encontrarem novas percepções que haviam permanecido borradas durante o primeiro estudo e, como resultado, consolidarem a velha e semiformada compreensão ("insight") mediante a instauração de nova pesquisa.

Além de servirem ao propósito de escrever histórias da teoria sociológica, a leitura dos mestres e a relação constante e repetida com os clássicos, prestam-se a várias funções. Estas compreendem desde o prazer de entrar diretamente em contato com uma versão esteticamente agradável e mais convincente das próprias idéias, passando pela satisfação de vê-las confirmadas por um espírito poderoso e incluindo a função educativa de desenvolver altos padrões de gosto para o trabalho sociológico, até o efeito interativo de desenvolver novas idéias por meio do retorno a velhos textos dentro do contexto do conhecimento contemporâneo. Cada uma dessas funções resulta da recuperação imperfeita de antigas teorias sociológicas que ainda não haviam sido completamente absorvidas no pensamento posterior. Por esse motivo, os sociólogos de hoje devem continuar a comportar-se de modo diferente dos seus colegas das ciências físicas e biológicas, e esforçar-se para se familiarizarem intimamente com os seus predecessores clássicos, ainda não muitos distantes. Mas se quiserem ser mais eficientes do que simplesmente dedicados, se pretenderem *utilizar* as formulações mais antigas da teoria, ao invés de apenas comemorá-las, deverão estabelecer a distinção entre o sistema escolástico de comentário e exegese e a prática científica de ampliar a teoria antecedente. Ainda mais importante, os sociólogos deverão perceber a distinção entre duas tarefas diferentes: a de desenvolver a história da teoria sociológica e a de desenvolver a sua sistemática atual.

## II

SÔBRE AS TEORIAS  
SOCIOLÓGICAS  
DE MÉDIO ALCANCE

À SEMELHANÇA DE TANTAS PALAVRAS que são usadas a êsmo, a palavra *teoria* corre o risco de perder o significado. Por serem as suas aplicações tão diversas — incluindo tudo, desde as menores hipóteses de trabalho, as amplas mas vagas e desordenadas especulações, até os sistemas axiomáticos de pensamento — o uso da palavra obscurece frequentemente a compreensão, ao invés de suscitá-la.

Ao longo deste livro, a expressão *teoria sociológica* se refere a conjuntos de proposições logicamente entrelaçados, dos quais se podem derivar umas quantas uniformidades empíricas. Do princípio ao fim, procurei chamar a atenção sobre o que denominei *teorias de médio alcance*: teorias intermediárias entre as pequenas, mas hipóteses necessárias de trabalho que surgem em abundância durante a rotina das pesquisas diárias<sup>1</sup> e os amplos esforços sistemáticos para desenvolver uma teoria unificada capaz de explicar tôdas as uniformidades observadas de comportamento, organização e mudança sociais.<sup>2</sup>

A teoria de médio alcance é usada principalmente em sociologia para servir de guia às pesquisas empíricas. Ocupa uma situação intermediária entre as teorias gerais de sistemas sociais, as quais estão muito afastadas das espécies particulares de comportamento, organização e mudança sociais para explicar o que é observado, e as minuciosas ordenadas descrições de pormenores que não estão de modo algum generalizados. É claro que a teoria de médio alcance também envolve abstrações, mas estas estão bastante próximas dos dados observados para serem incorporadas em conceitos que permitam os testes empíricos. As teorias de médio alcance tratam de aspectos limitados dos fenômenos sociais, conforme o próprio nome indica. Fala-se de uma teoria de grupos de referência, de mobilidade

1. «Uma 'hipótese de trabalho' é pouco mais que o procedimento de senso comum por nós adotado todos os dias. Ao encontrar certos fatos, surgem em nossa mente explicações alternadas e começamos a testá-las». James B. Conant, *On Understanding Science* (New Haven: Yale University Press, 1947), 137, n.º 4.

2. Esta discussão surge e expande-se sobre uma crítica de um trabalho de Parson relativo à posição da teoria sociológica, nas reuniões de 1947 da «American Sociological Society», publicada resumidamente na *American Sociological Review*, 1949, 13, 161-8. Inspira-se também em discussões subsequentes: R. K. Merton, «The role-set: problems in sociological theory», *The British Journal of Sociology*, junho de 1957, 8, 106-20, esp. 108-10; R. K. Merton, «Introduction» para: Allen Barton, *Social Organization under Stress: A Sociological Review of Disaster Studies* (Washington, D. C.: National Academy of Science — National Research Council, 1965), XVII-XXXVI, esp. XXIX-XXXVI.

social, de conflitos de desempenhos de papéis e de formações de normas sociais, exatamente como se se falasse de uma teoria de preços, uma teoria dos germes das doenças ou uma teoria cinética dos gases.

As idéias geradoras de tais teorias são caracteristicamente simples: observemos as de Gilbert sobre o magnetismo, de Boyle sobre a pressão atmosférica ou de Darwin sobre a formação dos atóis de coral. Gilbert começa com a idéia relativamente simples de que a Terra pode ser concebida como um ímã; Boyle, com a simples idéia de que a atmosfera pode ser considerada como um "mar de ar"; Darwin com a idéia de que se pode conceber os atóis como um crescimento de coral, para cima e para os lados, sobre ilhas há muito tempo afundadas no mar. Cada uma dessas teorias fornece uma imagem que dá lugar a inferências. Vejamos apenas um caso: se a atmosfera é considerada um "mar de ar", então, como inferiu Pascal, deve haver menos pressão de ar no topo de uma montanha do que na sua base. A idéia inicial sugere, dêsse modo, hipóteses específicas, que são testadas para verificar se as suas interferências são empiricamente confirmadas. A própria fecundidade da idéia é testada, quando se anota o alcance dos problemas teóricos e das hipóteses que nos permitem identificar novas características da pressão atmosférica.

De maneira muito semelhante, a teoria de grupos de referência e de privação relativa tem como ponto de partida a simples idéia, lançada por James, Baldwin e Mead e desenvolvida por Hyman e Stouffer, de que o indivíduo toma os padrões de outras pessoas significativas como base para uma auto-avaliação. Algumas das inferências que se podem tirar dessa idéia estão em conflito com as expectativas da opinião comum, baseadas sobre um conjunto não examinado de pressupostos "evidentes por si mesmos". O bom-senso comum, por exemplo, sugeriria que quanto maior a perda real sofrida por uma família num desastre de massas, mais intensamente se sentiria destituída. Essa crença baseia-se no pressuposto não testado de que a grandeza da perda objetiva está linearmente relacionada à avaliação subjetiva da perda e que esta avaliação confina-se dentro da experiência pessoal de cada um. Mas a teoria da privação relativa conduz a uma hipótese assaz diferente — ou seja, que as auto-avaliações dependem das comparações que os indivíduos fazem de sua própria situação com a de outras pessoas com as quais percebem ser comparáveis no momento. Essa teoria então sugere que, sob determinadas circunstâncias, famílias que sofreram sérias perdas se sentirão *menos* destituídas que as que suportaram menores perdas, se tiverem oportunidade de comparar-se com pessoas que sofreram perdas bem mais graves. Por exemplo, certos grupos residentes na área de maior impacto de uma catástrofe são os que, embora muito atingidos, podem mais provavelmente contemplar alguns vizinhos ainda mais gravemente golpeados. A pesquisa empírica confirma a teoria da privação relativa, em detrimento das suposições do bom-senso popular: "A sensação de estar relativamente *melhor* do que os outros *aumenta com as perdas objetivas* até a categoria da perda mais alta" e só então começa a declinar. Esse padrão é reforçado pela tendência dos meios de comunicação públicos em focalizar "as pessoas que mais sofreram"

[o que] contribui para fixá-las como grupo de referência, com a qual outras vítimas podem comparar-se com vantagem". À medida que prossegue a investigação, descobre-se que esses padrões de auto-avaliação afetam por sua vez o moral da comunidade de sobreviventes e as suas motivações para ajudar os outros.<sup>3</sup> Portanto, dentro de uma *classe* especial de comportamento, a teoria da privação relativa conduz-nos a um conjunto de hipóteses que podem ser testadas empiricamente. A conclusão confirmada pode então ser enunciada de modo bastante simples: quando poucos são atingidos na mesma extensão, o sofrimento e a perda de cada um parecem grandes; quando muitos são feridos em graus muito diferentes, até mesmo prejuízos grandes parecem pequenos quando comparados com outros muito maiores. A probabilidade de se fazerem comparações depende muito dos diferentes graus de visibilidade das perdas de grande ou pequena proporção.

A natureza deste exemplo não deve obscurecer o caráter mais geral da teoria de médio alcance. É óbvio que o comportamento das pessoas confrontadas com um grave desastre, é apenas um exemplo dentro de um número indefinidamente grande de situações particulares, às quais a teoria dos grupos de referência pode ser instrutivamente aplicada, da mesma forma que a teoria de mudança na estratificação social, a teoria da autoridade, a teoria da interdependência institucional, ou a teoria da anomia. Mas é igualmente claro que essas teorias de médio alcance não foram logicamente *derivadas* de uma única teoria que abrange todos os sistemas sociais, embora, uma vez desenvolvidas, elas possam manter consistência com uma só. Além disso, cada teoria é mais do que uma simples generalização empírica — um conceito isolado resumindo uniformidades de relações observadas entre duas ou mais variáveis. Uma teoria compreende um conjunto de suposições, das quais foram derivadas as próprias generalizações empíricas.

Outro caso da teoria de médio alcance em sociologia pode ajudar-nos a identificar sua natureza e suas utilizações. A teoria dos "grupos de desempenho de papéis (*role-sets*)"<sup>4</sup> começa com uma imagem de como o status social está organizado na estrutura social. Essa imagem é tão simples quanto a da atmosfera como "mar de ar", de Boyle ou a figura da Terra como ímã, de Gilbert. Entretanto, da mesma forma que com todas as teorias de médio alcance, a prova se faz pelo uso, e não pela réplica imediata de que as idéias que as originaram são óbvias ou estranhas, por serem derivadas de uma teoria mais geral ou consideradas como ligadas a uma espécie particular de problemas.

Apesar dos significados muito diversos relacionados ao conceito de *status social*, este termo é firme e tradicionalmente empregado em sociologia para referir-se a uma posição dentro de um sistema social, caracterizada pelos seus específicos direitos e obrigações. Dentro dessa tradição, conforme o exemplo dado por Ralph Linton, o conceito relacio-

3. Barton, op. cit., 62-63, 70-72, 140, e sua Introdução, XIV-XXV.

4. As páginas seguintes inspiram-se no próprio Merton, «The role-sets», op. cit.

nado de *papel social* refere-se ao comportamento dos ocupantes de status que é orientado pelas expectativas padronizadas dos outros (que concedem os direitos e "cobram" as obrigações). Linton, como outros da mesma tradição, prossegue confirmando a observação básica, há muito reconhecida, de que cada pessoa ocupa na sociedade inevitavelmente múltiplos status e que cada um desses status tem o seu papel societário a desempenhar.

É nesse ponto que as imagens da teoria dos "grupos de desempenho de papéis" se afastam dessa tradição, há muito tempo estabelecida. A diferença é inicialmente pequena — tão pequena, que se poderia dizer insignificante — mas a mudança do ângulo visual produz diferenças teóricas cada vez mais fundamentais. A teoria do "desempenho de papéis" começa com o conceito de que, cada status social envolve não somente um simples papel associado a ele, mas toda uma série de papéis. Este aspecto da estrutura social faz surgir o conceito de desempenho de papéis: esse complemento das relações sociais no qual as pessoas são envolvidas simplesmente porque ocupam determinado status social. Assim, um indivíduo que ocupa o status de estudante de medicina, desempenha não só o papel de estudante *vis-à-vis* do status correlato dos seus mestres, mas também uma série de outros papéis que o relacionam diversamente com outros membros do sistema: outros estudantes, médicos, enfermeiras, assistentes sociais, técnicos ligados à medicina etc. Da mesma forma, o status de um professor escolar tem o seu papel de desempenho característico, que relaciona o professor não só com os seus discípulos, mas também com os colegas, o diretor da escola, o inspetor, o Conselho de Educação, a associação ou sindicato profissional e, nos Estados Unidos, às organizações patrióticas locais.

É de notar que o "papel de desempenho" difere daquilo que os sociólogos têm descrito há muito tempo como "papéis múltiplos". Este último termo tem-se referido, tradicionalmente, não ao complexo dos papéis associados a um único status social, mas aos vários status sociais (às vezes em esferas institucionais diferentes) em que as pessoas se encontram — por exemplo, uma pessoa pode possuir ao mesmo tempo os diversos status de médico, marido, pai, professor, membro de uma confraria religiosa, eleitor do Partido Conservador e capitão do exército. (Esse complexo de diferentes status de um indivíduo, cada um com seus papéis de desempenho, é um "grupo de status". Tal conceito faz surgir a sua própria lista de problemas analíticos, que são examinados no capítulo XIII).

Até esse ponto, o conceito de grupo de desempenho de papéis é *meramente* uma imagem para conceber um componente da estrutura social. Mas essa imagem é apenas um início, não um fim, porque provoca diretamente certos problemas analíticos. A noção do desempenho de papéis leva imediatamente a inferir que as estruturas sociais confrontam os homens com a tarefa de articular os componentes de inumeráveis desempenhos de papéis — isto é, a tarefa funcional de conseguir, de qualquer maneira, organizá-los, a fim de atingir um grau apreciável de regularidade

social, suficiente para permitir que as pessoas tratem dos seus negócios sem ficarem paralisadas por conflitos extremos em seus papéis de desempenho.

Se essa teoria relativamente simples dos papéis de desempenho tiver algum valor teórico, deverá engendrar problemas característicos para a investigação sociológica. É exatamente o que esse conceito faz.<sup>5</sup> Levanta o problema geral mas bem definido da identificação dos mecanismos sociais — ou seja, os processos sociais que têm conseqüências específicas para partes designadas da estrutura social — que articulam as expectativas dos que se encontram nos grupos de desempenho de maneira suficiente para reduzir os conflitos de um ocupante de status. Engendra o problema subsequente de descobrir como surgem esses mecanismos, a fim de podermos também explicar porque os mecanismos não funcionam eficazmente ou deixam completamente de surgir em alguns sistemas sociais. Finalmente, da mesma forma que a teoria da pressão atmosférica, a teoria dos grupos de desempenho de papéis sugere diretamente a necessidade da pesquisa empírica relevante. Monografias sobre como funcionam diversos tipos de organização formal têm contribuído a desenvolver ampliações teóricas de base empírica a respeito de como os grupos de desempenho de papéis funcionam na prática.<sup>6</sup>

A teoria dos grupos de desempenho de papéis ilustra outro aspecto das teorias sociológicas de médio alcance. Concordam freqüentemente com vários dos chamados sistemas de teoria sociológica. Até onde se possa opinar, essa teoria não está em desacordo com as extensas orientações teóricas do marxismo, da análise funcional, do "behaviorismo" social, da sociologia integral de Sorokin ou da teoria da ação de Parson. Isto pode ser uma horrorosa observação para aqueles dentre nós que foram educados na crença de que os sistemas de pensamento sociológico são conjuntos de doutrinas, lógica e estreitamente ligadas e mutuamente exclusivas. Mas de fato, como ainda veremos nesta introdução, as amplas teorias sociológicas são suficientemente espaçosas, internamente diversificadas e mutuamente imbricadas, para permitir que uma *determinada teoria de médio alcance*, que tenha um certo grau de confirmação empírica, possa estar amiúde compreendida em extensas teorias que por si mesmas sejam discrepantes em certos aspectos.

5. Para uma versão anterior dessas idéias em marcha, ver Merton: «The social-cultural environment and anomies, no trabalho de Helen L. Witmer e Ruth Kotinsky, *New Perspective for Research on Juvenile Delinquency*, relatório de um simpósio sobre a relevância e as interrelações de certos conceitos da sociologia e da psiquiatria aplicados à delinquência, realizado em 6 e 7 de maio de 1955 (Washington, D. C.: U. S. Department of Health, Education and Welfare, 1956), 24-50, esp. 47-48.

6. Pelo que podemos julgar da dinâmica do desenvolvimento na ciência, esboçada na primeira parte desta introdução, as teorias de médio alcance, achando-se próximas da frente de pesquisa da ciência, podem perfeitamente ser o produto de descobrimentos múltiplos e aproximadamente simultâneos. A idéia central do «grupo de desempenho de papéis» foi desenvolvida independentemente na importante monografia empírica de Neal Gross, Ward S. Mason e A. W. McEachern, intitulada *Explorations in Role Analysis: Studies of the School Superintendency Role* (Nova Iorque: John Wiley & Sons, Inc., 1958). Notáveis adendos à teoria, conjugados com investigações empíricas, poderão ser encontrados nas seguintes monografias: Robert L. Kahn e outros, *Organizational Stress: Studies in Role Conflict and Ambiguity* (Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1964), 13-17 e passim; Daniel Katz e Robert L. Kahn, *The Social Psychology of Organizations* (Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1966), 172 e segs. e passim.

Esta opinião um tanto heterodoxa pode ser ilustrada mediante o reexame da teoria dos grupos de desempenho de papéis como teoria de médio alcance. Afastamo-nos do conceito tradicional, presumindo que um único status social envolve, não um papel único, mas uma série de papéis associados, relacionando o ocupante de status a diversos outros. Em segundo lugar, notamos que esse conceito do grupo de desempenho de papéis faz surgir problemas teóricos característicos, hipóteses e, bem assim, pesquisas empíricas. Um dos problemas básicos é o de identificar os mecanismos sociais que articulam o grupo de desempenho de papéis e reduzem os conflitos entre os papéis. Em terceiro lugar, o conceito do grupo de desempenho de papéis dirige a nossa atenção ao problema estrutural de identificar as medidas sociais que se integram ou se opõem às expectativas de vários membros desse grupo. O conceito dos papéis múltiplos, por outro lado, focaliza nossa atenção para um problema diferente e sem dúvida importante: como os ocupantes individuais de status costumam portar-se diante das numerosas e às vezes antagônicas exigências que lhes são feitas? Em quarto lugar, o conceito do grupo de desempenho de papéis, leva-nos à questão seguinte: de saber como esses mecanismos sociais vieram a existir; a resposta a essa pergunta nos permite compreender os numerosos casos concretos em que os grupos de desempenho de papéis funcionam ineficazmente. (Isto não pressupõe que todos os mecanismos sociais sejam funcionais, da mesma forma que a teoria da evolução biológica envolve a suposição comparável de que não possam ocorrer desenvolvimentos disfuncionais). Finalmente, a lógica da análise exibida nessa teoria sociológica de médio alcance se desenvolve totalmente em termos dos elementos da estrutura social, mais do que em termos de proporcionar descrições históricas concretas de sistemas sociais particulares. Assim, a teoria de médio alcance nos permite superar o pseudoproblema de um conflito teórico entre o *nomotético* e o *idiotético*, entre o geral e o completamente particular, entre a teoria sociológica generalizadora e o historicismo.

De tudo isso se evidencia que, de acordo com a teoria dos grupos de desempenho de papéis, há sempre um *potencial* para expectativas diferentes entre os membros do grupo, a respeito do que seja a conduta apropriada a um ocupante de status. A fonte básica desse potencial para conflito — e é importante notar mais uma vez que sobre este ponto estamos de acordo com teóricos gerais tão diversos como Marx e Spencer, Simmel, Sorokin e Parsons — encontra-se no fato estrutural de que os outros membros de um grupo de desempenho de papéis costumam ter diversas posições sociais, diferentes daquelas do ocupante de status em questão. Na medida em que os membros de um grupo de desempenho de papéis estão diversamente localizados na estrutura social, eles tendem a ter interesse e sentimentos diferentes daqueles do próprio ocupante de status. Isso, afinal, é um dos principais pressupostos da teoria marxista, bem como de muitas outras teorias sociológicas: a diferenciação social gera interesses distintos entre as pessoas diversamente situadas na estrutura da sociedade. Por exemplo, os membros de um Conselho Escolar acham-se muitas vezes

numa camada social e econômica que difere muito significativamente daquela do professor escolar. Os interesses, valores e expectativas dos membros do Conselho tendem, portanto, a diferir daqueles do professor, que assim fica sujeito a expectativas opostas às de outros membros do seu grupo de desempenho de papéis: colegas de profissão, membros influentes do conselho Escolar e, talvez, do Comitê de Americanismo da *American Legion*.\* Certos assuntos que alguns consideram educativos e cívicos, podem ser considerados pedantes ou afetados por outros ou, por terceiros, como verdadeiramente subversivos.

Como teoria de médio alcance, portanto, a teoria dos grupos de desempenho de papéis começa com um conceito e umas imagens associadas, e cria uma série de problemas teóricos. Assim, a suposta base estrutural para distúrbios virtuais de um grupo de desempenho de papéis, suscita uma dupla questão (que, comprovadamente, não fôra registrada quando não existia essa teoria): quais mecanismos sociais, se é que existem, funcionam para contrabalançar a instabilidade teoricamente pressuposta dos grupos de desempenho de papéis e, correlativamente, em que circunstâncias esses mecanismos sociais deixam de operar, dando lugar a ineficiência, confusão e conflito? Como outras questões que têm historicamente surgido da orientação geral da análise funcional, elas não pressupõem que os grupos de desempenho de papéis operam invariavelmente com substancial eficiência; pois essa teoria de médio alcance não se preocupa com a generalização histórica de que um certo grau de ordem ou de conflito social prevalece na sociedade, mas com o problema analítico de identificar os mecanismos sociais que produzem maior grau de ordem e são capazes de evitar grande número dos conflitos que surgiriam se esses mecanismos funcionassem.

## SISTEMAS TOTAIS DE TEORIA SOCIOLÓGICA

O problema de teorias de médio alcance exige do sociólogo um engajamento nitidamente diferente daquele exigido pela busca de uma teoria unificada e que abrange tudo. As páginas seguintes levam a admitir que essa procura de um sistema global de teoria sociológica, no qual as observações sobre todos os aspectos do comportamento, da organização e da mudança sociais, encontrariam prontamente seu lugar preordenado, tem o mesmo desafio estimulante e as mesmas promessas insignificantes daqueles sistemas filosóficos que procuravam tudo abarcar e que caíram num merecido esquecimento. O problema deve ser adequadamente coordenado. Alguns sociólogos ainda escrevem como se esperassem, desde logo, uma formulação da teoria sociológica geral bastante ampla para abranger as vastas extensões dos detalhes precisamente observados do comportamento, organização e mudança sociais, bastante útil para dirigir a atenção dos pesquisadores para um fluxo de problemas a serem empiricamente investigados. Acredito que isto seja uma crença prematura e

\* N. do trad.: Associação de ex-combatentes de várias guerras, de tendência geralmente conservadora.

apocalíptica. Não estamos preparados. O trabalho preparatório ainda não existe em quantidade suficiente.

Um pouco de senso histórico dos contextos intelectuais variáveis da sociologia, basta para que esses otimistas abandonem suas extravagantes expectativas. Em primeiro lugar, porque certos aspectos do nosso passado histórico ainda estão muito próximos. Não devemos esquecer que a sociologia nasceu e cresceu num período espiritual,<sup>7</sup> durante o qual estavam surgindo de todos os lados sistemas filosóficos de grande amplitude de englobar tudo. Todo filósofo dos séculos XVIII e XIX, digno desse nome, considerava-se na obrigação de montar seu próprio sistema filosófico; dêesses, os mais conhecidos são Kant, Fichte, Schelling e Hegel. Cada sistema era uma tentativa pessoal para uma conceituação definitiva do universo da matéria, da natureza e do homem.

Essas tentativas dos filósofos para criarem sistemas *totais* serviram de exemplo para os primeiros sociólogos, e por isso o século XIX foi o século dos sistemas sociológicos. Alguns dos precursores da sociologia, como Comte e Spencer, estavam imbuídos do *esprit de système*, expresso tanto em suas sociologias quanto em suas obras filosóficas de maior alcance. Outros, como Gumplowicz, Ward e Giddings, procuraram mais tarde prover legitimidade intelectual para esta ainda "nova ciência de um assunto muito antigo". Isto obrigava a construir uma estrutura geral e definitiva de pensamento sociológico, de preferência a desenvolver teorias especiais destinadas a guiar a investigação de problemas sociológicos específicos, dentro de uma estrutura provisória e evolutiva.

Dentro desse contexto, quase todos os pioneiros da sociologia procuraram modelar seus próprios sistemas. A multiplicidade de sistemas, cada um pretendendo ser a sociologia genuína, conduziu naturalmente à formação de escolas, cada qual com a sua congregação de professores, discípulos e epígonos. A sociologia não somente apresentou diferenças com outras disciplinas, mas ainda se diferenciou internamente. Essa diferenciação, porém, não era em termos de especialização, como nas ciências, mas antes, como na filosofia, em termos de sistemas totais, que pretendiam tipicamente ser mutuamente exclusivos e amplamente desiguais. Conforme Bertrand Russell salientou a respeito da filosofia, essa sociologia total não compreendeu "a vantagem — se a compararmos com as [sociologias] dos construtores de sistemas — de poder tratar de seus problemas um de cada vez, em vez de ter de inventar de repente uma teoria global de todo o universo [sociológico]".<sup>8</sup>

Outro caminho tem sido trilhado por sociólogos que procuraram estabelecer a legitimidade intelectual dessa disciplina: adotaram como protótipos, de preferência sistemas de teoria científica, a sistemas de filosofia. Essa orientação provocou algumas vezes tentativas de criar sistemas totais de sociologia — objetivo êsse que se baseia muitas vezes sobre um ou vários equívocos a respeito das ciências.

7. Ver o trabalho clássico de John Theodore Merz, *A History of European Thought in the Nineteenth Century* (Edimburgo e Londres: William Blackwood, 1904), 4 vols.

8. Bertrand Russell, *A History of Western Philosophy* (Nova Iorque: Simon & Schuster, 1945), 834.

O primeiro equívoco é o de pensar que os sistemas de pensamento possam desenvolver-se eficazmente, antes que uma grande quantidade de observações básicas tenha sido acumulada. De acordo com essa opinião, Einstein poderia ter acompanhado de perto as pegadas de Kepler, sobrepassando cinco séculos de investigação e estudo sistemático sobre o resultado das pesquisas, necessários para preparar o terreno. Os sistemas de sociologia que se originaram dessa suposição tácita, são muito parecidos com os que foram adotados em medicina pelos "criadores de sistemas" num espaço de 150 anos: vejam-se os sistemas de Stahl, de Boissier de Sauvages, de Broussais, de John Brown e de Benjamin Rush. Bem adiantado estava o século XIX quando eminentes personalidades da medicina ainda pensavam ser necessário estabelecer sistemas teóricos sobre as doenças, muito antes de haverem sido adequadamente estudadas e desenvolvidas as investigações empíricas antecedentes.<sup>9</sup> Hoje ninguém mais segue êsses cursos vulgares na medicina, mas é uma espécie de esforço que ainda surge na sociologia. É essa tendência que levou o bioquímico L. J. Henderson, sociólogo nas horas vagas, a observar:

«A diferença entre a maioria dos modos de construir sistemas nas ciências sociais e os sistemas de pensamento e classificação nas ciências naturais é bem visível em suas respectivas evoluções. Nas ciências naturais, tanto as teorias como os sistemas descritivos crescem pela adaptação ao conhecimento e à experiência crescente dos cientistas. Nas ciências sociais, os sistemas são muitas vezes completamente formulados pela inteligência de um só homem. Caso os sistemas atraíam a atenção, podem ser então, muito discutidos, mas é rara a modificação progressiva e adaptável como consequência dos esforços conjugados de grande número de estudiosos».<sup>10</sup>

A segunda concepção errônea a respeito das ciências físicas repousa numa falsa suposição de contemporaneidade histórica, segundo a qual *todos os produtos culturais existentes no mesmo momento histórico possuem o mesmo grau de maturidade*. No entanto, perceber as diferenças serviria para atingir-se um senso de proporção. O fato de serem a física e a sociologia duas disciplinas ambas identificáveis nos meados do século XX, não significa que as conquistas de uma, possam ser comparadas às da outra. Na realidade, os cientistas sociais de hoje vivem num tempo em que a física atingiu um campo comparativamente grande e preciso de teoria e de experimentação, um grande conjunto de instrumentos de investigação e de abundantes subprodutos tecnológicos. Olhando em volta de si, muitos sociólogos consideram as conquistas da física como padrão adequado para avaliar as suas próprias realizações. Querem comparar seus bíceps com os dos irmãos mais velhos. Também querem ser tomados em *consideração*. E quando se torna evidente que não possuem nem a vigorosa compleição nem os mortíferos golpes dos seus irmãos, alguns sociólogos entregam-se ao desespero. Começam a perguntar: será realmente possível estabelecer uma ciência da sociedade, sem instituímos um sistema total de sociologia? Mas essa perspectiva ignora o fato de que

9. Wilfred Trotter, *Collected Papers* (Oxford University Press, 1941), 150. A história dos criadores de sistemas é contada em qualquer história da medicina; ver, por exemplo, Fielding H. Garrison, *An Introduction to the History of Medicine* (Filadélfia: Saunders, 1929) e Ralph H. Major, *A History of Medicine* (Oxford: Blackwell Scientific Publications, 1954), 2 vols.

10. Lawrence J. Henderson, *The Study of Man* (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1941), 19-20, os grifos são nossos; aliás, o livro todo poderá ser lido com muito proveito pela maioria dos sociólogos.

existem, entre a física e a sociologia do século XX bilhões de horas/homem de pesquisa ininterrupta, disciplinada e cumulativa. Talvez a sociologia ainda não esteja madura para o seu Einstein porque ainda não encontrou o seu Kepler — sem falar dos seus Newton, Laplace, Gibbs, Maxwell ou Planck.

Em terceiro lugar, os sociólogos muitas vezes não compreendem o estado atual da teoria nas ciências físicas. O erro é irônico, pois os físicos admitem que ainda não conseguiram erigir um sistema completo de teoria, e poucos são os que acreditam ser possível fazê-lo em futuro próximo. O que caracteriza a física é uma série de teorias especiais de maior ou menor alcance, conjugadas com a esperança historicamente fundada de que elas continuem a ser aglomeradas em famílias de teoria. Disse um observador: “embora muitos de nós aguardemos, na realidade, uma futura teoria que tudo abranja e que unifica os vários postulados da física, não esperamos por isso, para continuarmos com o importante trabalho da ciência”.<sup>11</sup> Mais recentemente, o físico teórico Richard Feynmann declarou sem rodeios que “hoje as nossas teorias de física, as leis da física constituem uma profusão de peças e partes diferentes que não se ajustam muito bem”.<sup>12</sup> Mas a observação, talvez, mais significativa partiu do mais entendido dos teóricos, aquele homem que dedicou os últimos anos de sua vida à pesquisa incansável e mal sucedida de “uma base teórica para todas essas diversas disciplinas, consistindo de um mínimo de conceitos e relações fundamentais, a partir dos quais todos os conceitos e relações das disciplinas particulares poderiam ser derivados de um processo lógico”. Apesar do seu profundo e solitário empenho nesse problema, Einstein observou:

«A maior parte da pesquisa na física é dedicada ao desenvolvimento dos seus vários ramos, em cada um dos quais o objeto é o conhecimento teórico de campos de experiência mais ou menos restritos e em cada um dos quais as leis e conceitos permanecem, tão estreitamente quanto possível, ligados à experimentação».<sup>13</sup>

Essas observações poderiam ser ponderadas por aqueles sociólogos que aguardam um perfeito sistema geral de teoria sociológica em nossos dias — ou logo depois. Se a ciência da física, com seus séculos de generalizações teóricas cada vez mais extensas, não conseguiu estabelecer um sistema teórico que englobe tudo, então, *a fortiori*, a ciência da sociologia que mal começou a acumular generalizações teóricas de escopo modesto, faria bem em moderar as suas aspirações para um tal sistema.

## PRESSÕES UTILITÁRIAS PARA SISTEMAS DE SOCIOLOGIA

A convicção, entre alguns sociólogos, de que devemos, desde logo, estabelecer um grande sistema teórico, não resulta somente de uma comparação errônea com as ciências físicas, como também provém da posição ambígua da sociologia na sociedade contemporânea. A dúvida em saber se

o conhecimento acumulado da sociologia é adequado para satisfazer as exigências que lhe estão sendo feitas em escala crescente — pelos planejadores da política, pelos reformadores e reacionários, pelos homens de negócios e altos funcionários governamentais, pelos reitores e estudantes das universidades — provoca uma convicção demasiado zelosa e defensiva por parte de alguns sociólogos, de que necessitam, de qualquer maneira, estar à altura dessas exigências por mais prematuras e extravagantes que sejam.

Essa convicção pressupõe, erradamente, que uma ciência deve estar em condições de responder a *todas* as perguntas, inteligentes ou estúpidas que lhe são feitas. É uma convicção que implicitamente se baseia na suposição sacrílega e masoquista de que o cientista deva ser onisciente e onicompetente — e que admitir que não se possui conhecimento equivale a admitir total ignorância. Por isso acontece que os expoentes de uma disciplina “adolescente” fazem apelos extravagantes a um sistema total da teoria, que compreende toda a extensão dos problemas relacionados com essa disciplina. Foi a essa espécie de atitude que Whitehead se referiu na epígrafe deste livro: “É característico de uma ciência, em seus primeiros estágios... ser ao mesmo tempo ambiciosamente profunda em seus objetivos e trivial no manejo dos detalhes”.

Como os sociólogos que, inadvertidamente se comparam aos cientistas físicos contemporâneos, por estarem ambos vivendo o mesmo momento histórico, o público em geral e os líderes que o orientam, muitas vezes se enganam ao fazer uma apreciação definitiva da ciência social baseada na sua capacidade em resolver os problemas urgentes da sociedade hodierna. O errado masoquismo do cientista social e o inconsciente sadismo do público, provém da incapacidade de lembrar-se de que a ciência social, como todas as ciências, está em constante desenvolvimento e que não existe qualquer dispositivo providencial capaz de adequá-la, a qualquer momento, à solução da extensa série de problemas que a humanidade enfrenta. Da mesma forma, vistos de uma perspectiva histórica, o status e as promessas da medicina do século XVII, não poderiam ser julgados em função da sua capacidade de descobrir, naquele momento, a cura ou a simples prevenção das moléstias cardíacas. Se o problema houvesse sido amplamente focalizado — e considere-se a crescente porcentagem de mortes devido à trombose coronária! — sua real importância teria obscurecido a *questão inteiramente independente* de como os conhecimentos médicos de 1650 (ou 1850 ou 1950) eram adequados para resolver uma grande série de outros problemas de saúde. Contudo, é precisamente essa falta de lógica que se encontra por detrás de muitas das exigências feitas às ciências sociais. Porque a guerra, a exploração do homem pelo homem, a pobreza, a segregação racial, a insegurança psicológica e outros males afligem as sociedades modernas, exige-se que a ciência social justifique sua própria existência fornecendo soluções para todos esses problemas. Todavia, os cientistas sociais talvez não estejam mais equipados para solucioná-los do que estavam os médicos, tais como Harvey e Sydenham, para identificar, estudar e curar a trombose coronária em 1655.

11. Henry Margenau, «The basis of theory in physics», manuscrito inédito, 1949, 5-6.

12. Richard Feynmann, *The Character of Physical Law* (Londres: Cox & Wyman Ltd., 1965), 30.

13. Albert Einstein, «The fundamentals of theoretical physics», em L. Hamalian e E. L. Volpe, *Great Essays by Nobel Prize Winners* (Nova Iorque: Noonday Press, 1960), 219-30 e esp. 220.

De qualquer maneira, como a História o comprova, a inadequação da medicina em tratar desse problema particular, não significou de modo algum, que lhe faltasse capacidade de progresso. Contudo, se toda a gente apóia sempre as mesmas idéias, que podem fazer os jovens para procurar novos rumos?

Se insisto em apontar o hiato existente entre os problemas práticos prescritos pelo sociólogo e o estado dos seus conhecimentos e habilidades acumuladas, isto não significa evidentemente, que o sociólogo deva deixar de desenvolver cada vez mais uma teoria "compreensiva" [que abrange todos os caracteres compreendidos numa idéia geral] ou não deva empenhar-se em pesquisas diretamente ligadas aos problemas práticos mais urgentes. Acima de tudo, não significa que os sociólogos devam deliberadamente procurar os problemas pragmáticamente triviais. Diferentes setores do espectro da pesquisa e da teoria básicas possuem diferentes probabilidades de ser apropriados a problemas práticos particulares; têm potenciais diversos de relevância.<sup>14</sup> É importante, porém, restabelecer um senso histórico de proporção. A urgência ou a imensidade de um problema social prático não é suficiente para assegurar sua imediata solução.<sup>15</sup> Em qualquer momento determinado, os cientistas estão próximos da solução de alguns problemas e afastados de outros. Poderíamos dizer que a necessidade é somente a mãe da invenção; o pai é o conhecimento social acumulado. A menos que os dois sejam conjugados, a necessidade continua estéril. Poderá, naturalmente, conceber em algum tempo futuro, desde que encontre um companheiro apropriado. Mas o cônjuge necessita de tempo (e de amparo) para poder atingir a estatura e o vigor necessários para satisfazer as exigências que lhe serão feitas.

A orientação deste livro, quanto às relações entre a sociologia corrente e os problemas práticos da sociedade, é muito igual à sua orientação quanto às relações entre a sociologia e a teoria sociológica geral. É uma orientação desenvolvimentista, mais do que uma que confie nas súbitas mutações de um sociólogo, que possam de repente trazer soluções aos grandes problemas sociais ou a uma simples teoria que abrange tudo. Embora esta orientação não tenha pretensões de realizar milagres impressionantes, oferece uma avaliação razoavelmente realística das condições correntes da sociologia e da forma como realmente se desenvolvem.

## SISTEMAS TOTAIS DE TEORIA E TEORIAS DE MÉDIO ALCANCE

Considerando-se tudo isso, parece razoável supor que a sociologia progredirá na medida em que sua maior (mas não exclusiva) preocupação

14. Esse conceito acha-se desenvolvido por R. K. Merton em «Basic research and potentials of relevance», *American Behavioral Scientist*, maio 1963, VI, 86-90, baseado em minha discussão anterior, «The role of applied social science in the formation of policy», *Philosophy of Science*, 1949, 16, 161-81.

15. Isso pode ser observado em detalhes em obras como as seguintes: Paul F. Lazarsfeld, William Sewell e Harold Wilensky, redatores, *The Uses of Sociology* (Nova Iorque: Basic Books, no prelo); Alvin W. Gouldner e S. M. Miller, *Applied Sociology: Opportunities and Problems* (Nova Iorque: The Free Press, 1965); Bernard Rosenberg, Israel Gerver e F. William Howton, *Mass Society in Crisis: Social Problems and Social Pathology* (Nova Iorque: The Macmillan Co., 1964); Barbara Wootton, *Social Science and Social Pathology* (Nova Iorque: The Macmillan Co., 1959).

fôr a de desenvolver teorias de médio alcance, e que ficará atrasada se a sua atenção primordial se concentrar no desenvolvimento de sistemas sociológicos totais. É por isso que em seu discurso de abertura do ano escolar na "London School Economics", T. H. Marshall fez um apêlo favorável ao estabelecimento de "degraus sociológicos de médio alcance".<sup>16</sup> Hoje, nossa tarefa principal consiste em desenvolver teorias especiais aplicáveis a objetivos conceptuais limitados — teorias, por exemplo, dos desvios de comportamento, das conseqüências inesperadas de uma ação dirigida a certo propósito, da percepção social, dos grupos de referência, do controle social, da interdependência das instituições sociais — mais do que procurar imediatamente a estrutura conceptual total, própria a produzir estas e outras teorias de médio alcance.

A teoria sociológica, se pretende progredir de modo significativo, deve prosseguir nestes planos interconexos, 1) desenvolvendo teorias especiais das quais se possam derivar hipóteses que permitam ser investigadas empiricamente e, 2) evoluindo (e não revelando repentinamente) um esquema conceptual progressivamente mais geral, adequado a consolidar grupos de teorias especiais.

Concentrar-se exclusivamente em teorias especiais traz-nos o risco de ficarmos envolvidos em hipóteses específicas que explicam aspectos limitados do comportamento, organizações e mudanças sociais, mas que permanecem mutuamente inconsistentes.

Concentrar-se inteiramente num grande esquema conceptual importante para fazer derivar dele todas as teorias subsidiárias, corresponde a correr o risco de produzir equivalentes sociológicos modernos (do século XX) dos amplos sistemas filosóficos do passado, com todas as suas variadas sugestões, seu esplendor arquitetônico e sua esterilidade científica. O teorista sociológico que estiver *exclusivamente* empenhado na exploração de um sistema *total* com as suas extremas abstrações, arrisca-se a tornar sua mente tão desguarnecida e desconfortável quanto os interiores decorados em estilo "moderno" ou "funcional".

A rota para os esquemas grandes e eficazes de sociologia só ficará obstruída — como aconteceu nos albores dessa ciência — se cada sociólogo carismático tentar desenvolver seu próprio sistema geral da teoria. A persistência nessa tendência, só pode conduzir à "balcanização" da sociologia, com cada um dos seus principados governado por um sistema teórico próprio. Embora esse processo haja assinalado periódicamente o desenvolvimento de outras ciências — especialmente da química, da geologia e da medicina — ele não precisa ser reproduzido na sociologia, se dermos crédito à história da ciência. Nós, sociólogos, ao contrário, podemos olhar para uma teoria sociológica cada vez mais ampla, que em vez de provir da cabeça de um homem, consolide gradualmente várias teorias de médio alcance, até que essas se tornem casos especiais dentro de formulações mais gerais.

16. Conferência inaugural pronunciada em 21 de fevereiro de 1946, e que se encontra em: T. H. Marshall, *Sociology at the Crossroads* (Londres: Heinemann, 1963), 3,24.

A evolução da teoria sociológica sugere que se deve dar maior ênfase a essa orientação. Notemos como são poucas, e muito dispersas, as hipóteses sociológicas específicas derivadas de um esquema conceptual principal. As propostas para uma teoria geral que tudo abrange, acham-se tão à frente das teorias especiais confirmadas que continuam como programas não realizados, em vez de serem *consolidações* de teorias que, a princípio, pareciam discretas. Naturalmente, conforme indicaram Talcott Parsons e Pitirim Sorokin (êste em sua obra *Sociological Theories of Today*), houve recentemente um progresso significativo. A convergência gradual de correntes de teoria na sociologia, na psicologia social e na antropologia registra amplos ganhos teóricos e promete outros ainda maiores.<sup>17</sup> Contudo, grande parte do que hoje é descrito como teoria sociológica consiste de *orientações gerais para conseguir dados, sugerindo tipos de variáveis que as teorias devem de qualquer maneira levar em conta, mais do que exposições claramente formuladas e verificáveis de relações entre variáveis específicas*. Temos muitos conceitos, mas poucas teorias confirmadas; muitos pontos de vista, mas poucos teoremas; muitas "abordagens", mas poucas chegadas. Talvez fôssem salutares algumas alterações na ênfase.

Consciente ou inconscientemente, os homens distribuem seus escassos recursos na produção de teorias sociológicas, da mesma forma que o fazem nas suas ocupações práticas como, por exemplo, a produção de acessórios de sondagem, e essa aplicação dos recursos disponíveis reflete seus pressupostos subjacentes. Nossa discussão da teoria de médio alcance na sociologia destina-se a pôr em relêvo a política que todos os teóricos sociológicos têm de escolher. A que deveremos dedicar a maior porção dos nossos recursos e energias: à pesquisa de teorias confirmadas de médio alcance ou à busca de sistemas conceptuais inclui que tudo abarcam? Creio — e as crenças são, sabidamente sujeitas a êrro — que as teorias de médio alcance ainda encerram a maior promessa, *contanto que a sua procura esteja associada à preocupação generalizada de consolidar as teorias es-*

17. Dou muita importância às observações por Talcott Parsons em seu primeiro discurso como presidente da American Sociological Society, pouco após haver eu formulado êsse conceito. Por exemplo: «No fim dêste caminho de crescente freqüência e especificidade das ilhas de conhecimento teórico, estende-se a posição ideal, cientificamente falando, em que a maioria das hipóteses realmente funcionais da pesquisa empírica são diretamente derivadas de um sistema geral de teoria. Essa posição somente foi atingida na física, entre tôdas as ciências. Mas não se deve concluir que, por distantes que estejamos dêsse objetivo, os passos nessa direção sejam fúteis. Muito ao contrário, qualquer passo real nessa direção constitui um avanço. Sômente nesse ponto final é que as ilhas se fundem numa massa continental de terra.

O mínimo que se pode dizer, portanto, é que a teoria geral pode fornecer uma estrutura amplamente orientadora (sic) ... Pode também servir para codificar, inter-relacionar e tornar disponível vasta quantidade de conhecimento empírico existente. Também serve para chamar a atenção sobre as lacunas do nosso conhecimento e para proporcionar critérios de exame das teorias e das generalizações empíricas. Finalmente, mesmo que essas derivações não possam ser feitas sistematicamente (sic) ela é indispensável para a clarificação sistemática dos problemas e para a formulação fecunda das hipóteses». (Os grifos são nossos). (Parsons, «The prospects of sociological theory», *American Sociological Review*, fevereiro 1950, 15, 3-16, esp. 7). É significativo que um teórica geral, como Parsons, reconheça 1) que de fato a teoria geral sociológica poucas vezes permite a derivação de hipóteses específicas; 2) que, em comparação com terrenos como o da física, tais derivações para a maioria das hipóteses são um objetivo remoto; 3) que a teoria geral fornece somente uma orientação geral e 4) que serve como base para a codificação de generalizações empíricas e de teorias específicas. Depois que isso é admitido, os sociólogos que estão empenhados em desenvolver uma teoria geral não diferem muito, em princípio, daqueles que vêem as melhores promessas da sociologia de hoje no desenvolvimento de teorias de médio alcance e na sua periódica consolidação.

peciais num conjunto mais geral de conceitos e de proposições mutuamente consistentes. Mesmo assim, devemos adotar o ponto de vista provisório dos nossos irmãos mais velhos e do poeta Tennyson:

“Nossos pequenos sistemas têm seu dia;  
Têm seu dia e deixam de existir”.

## RESPOSTAS POLARIZADAS ÀS TEORIAS DE MÉDIO ALCANCE

A partir do momento em que a política de focalizar as teorias sociológicas de médio alcance foi preconizada em obras impressas, as respostas dos sociólogos, compreensivelmente, passaram a ser polarizadas. De modo geral, parece que essas reações foram amplamente influenciadas pelo padrão de trabalho próprio de cada um. A maioria dos sociólogos que estiveram empenhados em pesquisas empíricas orientadas teoricamente, deu assentimento a uma política que meramente formulava o que fôra anteriormente uma filosofia de trabalho. Ao contrário, a maioria daqueles que adotaram o estudo humanístico da história do pensamento social ou que estiveram tentando desenvolver uma teoria sociológica total, passou desde logo a descrever essa política como um abandono de altas e adequadas aspirações. A terceira reação é intermediária: reconhece que a ênfase dada à teoria de médio alcance não significa que se deva dar atenção exclusiva a esta espécie de teorização. Ao contrário, considera que o desenvolvimento de uma teoria mais ampla será conseguido por meio de consolidações das teorias de médio alcance e não emergirá, de repente, do trabalho em grande escala dos teóricos individuais.

## O PROCESSO DE POLARIZAÇÃO

Como muitas outras controvérsias na ciência, essa disputa a respeito da distribuição dos recursos intelectuais entre diferentes espécies de trabalho sociológico, envolve conflitos sociais e não apenas críticas intelectuais;<sup>18</sup> ou seja, a disputa é menos um caso de contradições entre idéias sociológicas substantivas do que de definições conflitantes a respeito do papel que se julga possa ser mais satisfatoriamente desempenhado pelo sociólogo neste momento.

Essa controvérsia segue o caminho clássico e conhecido do conflito social. Aos ataques sucedem os contra-ataques, provocando a progressiva alienação das partes em conflito. Uma vez que o conflito é público, passa a ser, no devido tempo, uma batalha de status mais do que uma pesquisa da verdade. As atitudes tonam-se polarizadas e cada grupo de sociólogos começa então a corresponder muito bem às versões estereotipadas do que o outro está dizendo. Os teóricos do alcance médio são estereotipados como simples contadores de cabeças ou meros pesquisadores de fatos ou como sociólogos apenas descritivos. E os teóricos que procuram a teoria geral são estereotipados como especuladores invete-

18. As páginas seguintes reproduzem o pensamento de Merton expresso em «Social conflict in styles of sociological work», *Transactions, Fourth World Congress of Sociology*, 1961, 3, 21-46.

rados, desprezadores sistemáticos das provas empíricas irrefutáveis, ou como pessoas irreversivelmente comprometidas com doutrinas formuladas de tal maneira que não podem ser testadas.

Tais clichês não estão completamente afastados da realidade; como a maioria dos estereótipos, são exagerações inflexíveis de tendências ou atributos reais. Mas, à medida que se desenvolve o conflito social, transformam-se em estereótipos autoconfirmatórios, enquanto que os sociólogos se recusam a experiências que poderiam obrigá-los a modificar suas idéias. Sociólogos de cada campo põem-se a observar e selecionar com muito cuidado o que se passa do outro lado. Cada campo vê no trabalho do outro antes de tudo o que o estereótipo adverso alertou-o a ver; toma então imediatamente uma observação ocasional do adversário por uma filosofia permanente, uma ênfase qualquer como um engajamento total. No decorrer desse processo, cada grupo de sociólogos se torna cada vez menos motivado a estudar o trabalho do outro, uma vez que o considera falso. Esquadrinham os trabalhos dos outros apenas o suficiente para encontrar munção para novos tiroteios.

O processo de alienação recíproca e de estereotipagem é provavelmente reforçado pelo grande aumento de estudos sociológicos publicados. Da mesma forma que muitos outros cientistas e eruditos, os sociólogos já não conseguem manter-se em dia com o que está sendo publicado nesse terreno. São obrigados a selecionar cada vez mais as suas leituras. E essa crescente seletividade facilmente se presta a levar os que são originalmente hostis a determinada espécie de trabalho sociológico, a desistirem do estudo das publicações que justamente poderiam induzi-los a abandonar o seu estereótipo.

Essas condições tendem a encorajar a polarização das perspectivas. Orientações sociológicas que não são substancialmente contraditórias são consideradas como se o fossem. De acordo com essa posição de "tudo ou nada", a pesquisa sociológica deve ser estatística ou histórica; ou se estuda exclusivamente as grandes questões e problemas da época ou essas matérias refratárias devem ser completamente evitadas porque não são redutíveis à investigação científica; e assim por diante.

A evolução do conflito social poderia ser interrompida no meio do caminho e transformada em crítica intelectual, se se pusesse fim ao desprezo recíproco que muitas vezes caracteriza essas polêmicas. Mas as batalhas entre sociólogos geralmente, não se dão no contexto social que seria adequado para evitar que essas trocas de sentimentos hostis se tornassem a regra. Esse contexto envolve uma diferenciação de status entre as partes, reconhecida por todos, pelo menos no que se refere ao problema específico em estudo. Quando essa diferenciação de status está presente — como no caso do advogado e seu cliente ou do psiquiatra e seu paciente — o respeito normalmente atribuído ao possuidor do status de maior prestígio impede a manifestação recíproca dos sentimentos. As controvérsias científicas, ao contrário, ocorrem tipicamente dentro de uma sociedade de iguais (por mais que o status dos interessados difira em outros assuntos), e, além disso, acontecem em público, sujei-

tas às observações dos colegas. Então a retórica é enfrentada pela retórica, o desprezo pelo desprezo, e os problemas intelectuais ficam subordinados à luta pelo status.

Outrossim, nas controvérsias polarizadas há pouco lugar para os terceiros não comprometidos, que poderiam converter o conflito social em crítica intelectual. É certo que alguns sociólogos nunca adotarão a posição de "tudo ou nada" que é esperada no conflito social. Mas, tipicamente, esses elementos imparciais, que desejariam não combater, ficam presos no fogo cruzado entre os campos contrários. Eles são etiquetados como "simples ecléticos" (ou amadores), tornando assim desnecessário para os dois campos examinarem o que essa terceira posição assevera e qual o valor dos seus argumentos; ou são chamados "renegados", por terem abandonado as verdades doutrinárias; ou talvez, ainda pior, são considerados homens de "opiniões médias" ou simples curiosos que se sentam sobre a cêrca para observar a briga e que, por timidez ou comodismo, fogem do conflito fundamental entre o puro bem e o puro mal sociológicos.

Mas as polêmicas nas ciências têm suas funções e disfunções. No curso do conflito social, a procura da verdade é desviada do seu rumo e pressionada a servir para humilhar o adversário. Contudo, quando o conflito é regulado por uma comunidade de pares, até mesmo as polêmicas, — com as suas distorções que gastam as energias dos envolvidos em pseudobatalhas intelectuais — podem ajudar a corrigir os desequilíbrios acumulados na ciência. Não há meio fácil para determinar o grau ótimo de utilização dos recursos no campo da ciência, em parte devido ao desacordo fundamental entre os critérios do "ótimo".<sup>19</sup> O conflito social tende a acentuar-se na sociologia todas as vezes que determinada linha de investigação — digamos, de pequenos grupos ou de sociedades globais — ou determinado conjunto de idéias — por exemplo, a análise funcional do marxismo — ou determinado modo de pesquisa — digamos, sociedade em perspectiva ou sociologia histórica — monopolizou a atenção e as energias de um número cada vez maior de sociólogos. Essa linha de desenvolvimento pode ter-se popularizado entre os sociólogos, por ter demonstrado ser eficaz no tratamento de certos problemas intelectuais ou sociais, ou por ser ideologicamente congenial. Os assuntos e os tipos de trabalho pouco populares são deixados a um menor número de recrutas de alto calibre e, por conseguir menores resultados, essa espécie de trabalho se torna menos atraente. Se não existissem esses conflitos, o reino das ortodoxias teóricas e dos desequilíbrios na distribuição do trabalho sociológico seria ainda mais acentuado do que hoje. Por isso, os clamores de que problemas desprezados, métodos e orientações teóricas merecem atenção mais ajustada — mesmo quando tais reclamações são acompanhadas de ataques extravagantes à linha de desenvolvimento prevalente — podem ajudar a diversificar o trabalho sociológico, restando a tendência a concentrar-se numa estreita variação de problemas. Maior

19. É instrutivo notar que o físico e estudioso de ciência política, Alvin M. Weinberg, dedicou-se também a esse problema. Ver o capítulo III de «The Choices of Big Sciences», em seu livro *Reflections on Big Science* (Cambridge, Mass.: The M. I. T. Press, 1967).

heterodoxia, por sua vez, aumenta as perspectivas de empreendimentos cientificamente fecundos, até o momento em que estes se transformam também em novas ortodoxias.

### ASSENTIMENTO À POLÍTICA DA TEORIA

Como temos assinalado anteriormente, a insistência na teoria de médio alcance encontra maior repercussão entre os sociólogos que estão, eles próprios, empenhados na pesquisa empírica teoricamente orientada. É por isso que a política de teorias sociológicas de médio alcance hoje se firmou, ao passo que as versões mais antigas — que examinaremos a seguir — não conseguiram firmar-se. No sentido preciso de uma frase familiar, “o tempo não estava maduro”; isto é, até as duas ou três últimas décadas, salvo conspicuas exceções, os sociólogos tendiam a dedicar-se muito mais, seja à procura de uma teoria unificada que tudo abrangesse, seja a um trabalho empírico descritivo de pouca orientação teórica global. Em consequência, os apelos a favor de uma política de teoria de médio alcance passavam geralmente despercebidos.

Todavia, como temos registrado em outro trabalho,<sup>20</sup> essa política não é nova nem estranha; possui raízes históricas bem profundas. Mais do que ninguém antes dêle, Bacon acentuou a importância primordial dos “axiomas médios” na ciência:

«Não se deve contudo, permitir que o conhecimento salte e voe, a partir dos detalhes, para axiomas remotos e generalidades do tipo mais extremo (como os chamados ‘primeiros princípios’ das artes e das coisas) e ali se estabelecendo como verdade que não pode ser posta em dúvida, continue a provar e a estruturar os axiomas médios mediante a referência aos primeiros; o que tem sido o costume até agora; o conhecimento sendo não somente encaminhado dessa maneira por um impulso natural, mas também pelo uso de demonstração silogística treinada e habituada a isso. Mas então, e somente então, poderemos esperar muito das ciências, quando numa justa escala ascendente, e por passos sucessivos não interrompidos ou quebrados, pudermos nos elevar dos detalhes aos menores axiomas; e a seguir aos médios axiomas, um acima do outro e, finalmente, ao axioma mais geral. Porque os axiomas mais baixos diferem apenas ligeiramente da mera experiência, ao passo que os mais altos e mais gerais (que agora temos) são anotadores e abstratos e sem solidez. Mas os médios são os axiomas verdadeiros, sólidos e vivos, dos quais dependem os negócios e os destinos do homem; e acima deles, no final de todos, aqueles que são realmente os mais gerais; quero dizer aqueles que não são abstratos, e dos quais os axiomas intermediários são realmente limitações». 21

Bacon, por seu turno, cita uma versão ainda mais antiga:

«E bem disse Platão, em seu Theaetetus, ‘que os particulares são infinitos, e as altas generalidades não dão orientação suficiente’; e que a essência de toda ciência, que diferencia o artifício do inexperto, está nas proposições médias, as quais em cada conhecimento particular são tiradas da tradição e da experiência». 22

Da mesma maneira como Bacon cita Platão como seu predecessor, assim também John Stuart Mill e George Cornewall Lewis indicam Bacon como sendo o deles. Embora diferindo de Bacon quanto ao modo de conexão lógica entre “as leis mais gerais” e os “princípios médios”, Mill faz eco às suas palavras nos seguintes termos:

20. Merton, «The role-sets», *British Journal of Sociology*, junho de 1957, 108.

21. Bacon, *Novum Organum*, Livro I, Aforismo CIV; ver também Livro I, Aforismos LXVI e CXVI. Herbert Butterfield assinala que Bacon, «de modo curioso e significativo... parece ter previsto a estrutura que a ciência iria tomar no futuro». *The Origins of Modern Science, 1300-1800* (Londres: G. Bell & Sons, 1949), 91-92.

22. Francis Bacon, *The Advancement of Learning*, em *Works*, compilados por Basil Montague (Londres: William Pickering, 1825), II, 177; ver também 181.

«Bacon observou judiciosamente que as axiomata media de toda ciência constituem principalmente o seu valor. As generalizações mais baixas, até serem explicadas e resolvidas nos princípios médios de que são a consequência, têm apenas a imperfeita exatidão das leis empíricas; ao passo que a maioria das leis gerais são gerais demais e incluem um número de circunstâncias insuficiente para dar uma indicação satisfatória do que acontece em casos individuais, em que as circunstâncias são quase sempre imensamente numerosas. Não é possível, portanto, deixar de concordar com a importância que Bacon atribui aos princípios médios, para todas as ciências. Contudo, considero radicalmente errada sua doutrina relativa ao modo de se atingir essas axiomata media... [isto é, ao apêgo inveterado de Bacon à indução total, que não deixava nenhum lugar para a dedução]». 23

Escrevendo quase na mesma época que Mill mas, como a história demonstrou, com menor impacto sobre os seus contemporâneos, Lewis inspira-se em Bacon para estabelecer um exemplo de “teorias limitadas” na ciência política. Acrescenta êle a idéia de que grande número de teorias válidas pode ser desenvolvido, restringindo-se a observação a determinadas classes de comunidades:

«... temos a possibilidade de enunciar teorias limitadas, de prever tendências gerais e leis prevalentes de causalção, que podem não ser verdadeiras, em sua maior parte, se forem estendidas a toda a humanidade, mas que têm uma presunção de verdade se forem confinadas a certas nações... É possível alargar a região da política especulativa, consistentemente, com a verdadeira expressão dos fatos, estreitando-se o campo da observação, e restringindo-nos a uma classe limitada de comunidades. Adotando êsse método, podemos aumentar o número dos verdadeiros teoremas políticos, que podem ser extraídos dos fatos, e, ao mesmo tempo, dar-lhes mais plenitude, vida e substância. Em vez de serem apenas secas e ócas generalidades, êles se parecem com as Media Axiomata de Bacon, que são expressões generalizadas de fatos, mas, sem embargo, estão suficientemente próximas da prática para servirem de guias nos negócios da vida». 24

Embora essas antigas formulações difiram em pormenores — o contraste entre Bacon e Mill é particularmente conspicuo — todas elas acentuam a importância estratégica de uma série graduada de teorias intermediárias empiricamente confirmadas.

Depois daquele período primitivo da sociologia, formulações similares embora não idênticas foram propostas por Karl Mannheim, em seu conceito de *principia media*; por Adolf Löwe, em sua tese de que os “princípios sociológicos médios” ligam o processo econômico ao social; e por Morris Ginsberg, em seu exame do tratamento dado por Mill aos princípios médios na ciência social.<sup>25</sup> No momento, portanto, há bastantes provas indicativas de que as teorias de médio alcance na sociologia foram propugnadas por muitos dos nossos avós intelectuais. Mas para modificar o credo dos prefiguracionistas, se a filosofia de trabalho incorporada nessa orientação não fôr completamente nova, é pelo menos verdadeira.

23. John Stuart Mill, *A System of Logic* (Londres: Longmans, Green & Co., 1865) 454-4; Mill aplica explicitamente o mesmo conceito de princípios médios às leis de mudança social, *ibid.*, 520.

24. George Cornewall Lewis, *A Treatise on the Methods of Observation and Reasoning in Politics*, op. cit., II, 112, 127; ver também 200, 204-5.

25. Essas formulações têm sido recentemente assinaladas por Seymour Martin Lipset em sua introdução à edição norte-americana de *Class, Citizenship and Social Development*, de T. H. Marshall (Nova Iorque: Doubleday, 1964), XVI. As citações são extraídas de Karl Mannheim, *Mensch und Gesellschaft in Zeitalter des Umbaus* (Leiden, 1935) e *Man and Society in an Age of Reconstruction* (Nova Iorque: Harcourt, Brace & Co., 1950) 173-90; Adolf Löwe, *Economics and Sociology*, (Londres: Allen & Unwin, 1935) e Morris Ginsberg, *Sociology* (Londres: Thornton Butterworth Ltd., 1934). Justamente quando êste livro está a caminho do prelo, chama-me a atenção um relato pormenorizado desses mesmos antecedentes históricos, acompanhados de uma crítica minuciosa, por C. A. O. van Nieuwenhuijze, *Intelligible Fields in the Social Sciences* (Haia: Mouton & Co., 1967), cap. I: «The Quest for the Manageable Social Unit — Is There a Middle Range?». É um trabalho que levanta numerosas e sérias questões a respeito das teorias de médio alcance, todas elas, em minha opinião, muito esclarecedoras e também merecedoras de uma resposta igualmente séria. Mas como êste livro já está na linha de produção, esta minha opinião ainda não pode ser confirmada pela minuciosa análise que o trabalho de Nieuwenhuijze amplamente merece.

O problema de saber se as bem conhecidas formulações de Bacon foram ou não adotadas pelos sociólogos é simples, pois, não havia sociólogos, na época, para examinar a pertinência das suas concepções. É também pouco provável que as concepções de Mill e de Lewis, cerca de 240 anos mais tarde, produzissem qualquer ressonância entre cientistas sociais, pois essa disciplina estava apenas em seu início. Mas por que as formulações de Mannheim, Löwe e Ginsberg, realizadas na década de 1930, tiveram escassa repercussão no período imediatamente posterior? Somente após as formulações semelhantes feitas por Marshall e por mim nos fins da década de 1940, foi que encontramos extensas discussões e aplicações dessa orientação na teoria sociológica. Embora eu não haja feito um trabalho árduo e minucioso necessário a investigar a questão, suponho, que a grande repercussão da teoria de médio alcance nas últimas décadas resulta, em parte do aparecimento de grande número de investigadores sociológicos, trabalhando em pesquisas que são ao mesmo tempo empiricamente baseadas e teoricamente relevantes.

Uma simples amostra de adesão à política da teoria de médio alcance poderá explicar as razões da repercussão. Revisando o progresso da sociologia nas últimas quatro décadas, assim conclui Frank Hankins:

«... as teorias de médio alcance parecem provavelmente... ter maior significância explicativa [que as teorias sociológicas totais]. Neste campo muito trabalho tem sido feito sobre as comunicações de massa, a estratificação de classes, os pequenos agrupamentos de vários tipos, e outros importantes aspectos da totalidade social. [E a seguir, na moda polarizante do 'tudo ou nada', Hankins conclui]: 'É possível que venhamos a constatar que somente esta teoria possui valor realístico e prático'.<sup>26</sup>

Essa ressonância da teoria de médio alcance dá-se entre sociólogos que seguem variadas orientações teóricas gerais, contanto que se preocupem com a relevância empírica da teoria. Assim, Artur K. Davis, de orientação marxista, sugere que o conceito de

«teorias de médio alcance», contrastando com o enfoque mais amplo de Parsons, foi uma concepção muito feliz... Uma focalização de médio alcance — análise empírica dentro de um quadro conceptual limitado — parece assegurar mais firmemente o contato contínuo e necessário com as variáveis empíricas.<sup>27</sup>

Há dez anos, Peter H. Rossi, estudioso profundamente interessado na pesquisa empírica e agudo observador da recente história da sociologia, percebeu as complexas conseqüências de uma formulação explícita do conceito de teorias de médio alcance:

«O conceito de 'teorias de médio alcance' adquiriu grande popularidade tanto entre os sociólogos, principalmente orientados para a pesquisa, quanto entre os que se preocupam mais com a teoria. Ainda é muito cedo para se avaliar em que medida essa idéia afetará as relações entre teoria e pesquisa na sociologia norte-americana. Até agora, a sua aceitação trouxe resultados contraditórios. Do lado negativo, os pesquisadores que eram acusados de ser 'meros empíricos' têm agora, com essa teoria, um modo conveniente de elevar o status do seu trabalho, sem alterar a sua forma. Do lado positivo, mostrou tendência a elevar o status da pesquisa orientada por considerações teóricas de natureza limitada, por exemplo, o estudo de pequenos grupos. Em

26. Frank H. Hankins, «A forty-year perspective», *Sociology and Social Research*, 1956, 40, 391-8, esp. 398.

27. Arthur K. Davis, «Social theory and social problems», *Philosophy and Phenomenological Research*, dezembro 1957, 18, 190-208, esp. 194.

minha opinião, poderemos alcançar grandes e definitivos benefícios se nossa atividade teórica for reorientada no sentido de dar menor importância aos largos esquemas teóricos e maior ênfase aos níveis estreitamente ligados às presentes possibilidades da nossa tecnologia de pesquisas.<sup>28</sup>

Essas observações apresentam grande interesse porque Rossi se abstém de tomar uma posição polarizada. O conceito de teorias de médio alcance tem sido, às vezes, desfigurado para justificar investigações puramente descritivas, que não refletem orientação teórica alguma. Mas o mau uso de um conceito não constitui um teste para seu valor. No fim, Rossi, como sociólogo comprometido, com a pesquisa empírica sistemática, pelas suas implicações teóricas, apóia essa política como sendo capaz de satisfazer a dupla preocupação pela pesquisa empírica e pela relevância teórica.

A monografia de Durkheim, *Suicide*, talvez constitua o exemplo clássico do uso e do desenvolvimento da teoria de médio alcance. Não é de admirar, portanto, que sociólogos seguidores da tradição de Durkheim, como, por exemplo, Armand Cuvillier,<sup>29</sup> endossassem essa reorientação teórica. Os comentários de Cuvillier lembram-nos que a teoria de médio alcance refere-se tanto à pesquisa microsociológica quanto macro-sociológica, tanto aos estudos experimentais de pequenos grupos quanto à análise comparativa de aspectos específicos da estrutura social. David Riesman também assume a posição de que as investigações macrosociológicas não pressupõem a existência de um sistema global de teoria sociológica; ele sustenta que é melhor «trabalhar dentro do médio alcance, falar menos de 'penetrações' ou de pesquisas 'básicas' e fazer menos afirmações em torno do assunto».<sup>30</sup>

Poder-se-ia pensar que a duradoura tradição européia de trabalho em busca de sistemas globais de sociologia, levaria a repudiar a orientação favorável à teoria de médio alcance. Mas tal não aconteceu. Examinando a história recente do pensamento sociológico e conjeturando sobre as perspectivas do seu desenvolvimento, um observador expressou a esperança de que *las teorias del rango medio* reduzirão as meras polêmicas entre «escolas de pensamento sociológico» e contribuirão para a sua contínua convergência.<sup>31</sup> Outros têm levado adiante análises detalhadas da estrutura lógica deste tipo de teoria, salientando-se Filippo Barbano, que redigiu longa série de monografias e trabalhos dedicados às *teoria di media portata*.<sup>32</sup>

28. Peter H. Rossi, «Methodes of Social Research, 1945-55», em *Sociology in the United States of America: A Trend Report*, organizado por Hans L. Zetterberg (Paris: Unesco, 1956), 21-34, esp. 23-24.

29. Armand Cuvillier, *Où va la sociologie française?* (Paris: Librairie Marcel Rivière & Cie., 1953) e *Sociologie et problèmes actuels* (Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1958).

30. David Riesman, «Some observations on the 'older' and the 'newer' social sciences», em *The State of Social Sciences*, organizado por L. D. White (Chicago: The University of Chicago Press), 319-39, esp. 339. A orientação anunciada por Riesman deve ser vista à luz da observação de Maurice L. Stein, ainda para ser discutida, de que a teoria de médio alcance «rebaixa a importância» dos «penetrantes esforços de interpretação da sociedade moderna, feitos por autores como C. Wright Mills e David Riesman...».

31. Salustiano del Campo, em *Revista de Estudios Políticos*, janeiro-fevereiro de 1957, 208-13.

32. A longa lista de trabalhos desse gênero de Barbano compreende: *Teoria e ricerca nella sociologia contemporanea*, (Milão: A. Giuffrè, 1955), 100-108; «La metodologia della ricerca nella sociologia contemporanea», *Sociologia*, julho-setembro de 1958, 3, 282-95; «Attività e programmi di gruppi ricerca sociologica: l'emancipazione strutturale in sociologia», *Quaderni di Scienze Sociali*,

Talvez as análises mais profundas e pormenorizadas da estrutura lógica das teorias de médio alcance sejam as de Hans L. Zetterberg, em sua monografia *On Theory and Verification in Sociology*<sup>33</sup> e as de Andrzej Malewski em *Verhalten und Interaktion*.<sup>34</sup> E, mais importante, tanto Zetterberg como Malewski superam a tendência polarizadora de considerar as teorias de médio alcance como uma série de teorias especiais desconexas. Ambos indicam, por meio de preceitos e exemplos detalhados, de que maneira as teorias especiais se consolidaram em conjuntos de teorias cada vez mais amplos. Esta mesma orientação é manifestada por Berger, Zelditch, Anderson e seus colaboradores, que consideram as teorias de médio alcance aplicáveis a todas as situações que apresentem aspectos específicos de fenômenos sociais e que continuam a demonstrar o uso de uma variedade de tais teorias.<sup>35</sup>

O inventário sistemático das teorias de médio alcance que surgiram nas últimas décadas ultrapassaria os limites deste livro. Mas talvez, uma amostra rápida e arbitrária possa indicar a diversidade dos problemas e assuntos tratados por elas. O ponto essencial é que essas teorias são empiricamente alicerçadas — envolvendo conjuntos de hipóteses confirmadas — e não constituem apenas dados descritivos organizados, ou generalizações empíricas, ou hipóteses que permanecem logicamente dessemelhantes e desconexas. Das investigações sobre as burocracias surgiu um conjunto cumulativo de teorias desse tipo, graças especialmente a Selznick, Gouldner, Blau, Lipset-Trow-e-Goleman, Crozier, Kahn e Katz e muitos outros investigadores.<sup>36</sup> Raymond Mack enunciou uma teoria de médio alcance do subsistema ocupacional; Pellegrin, uma teoria da mobilidade das posições de liderança de grupos; Junkichi Abe, uma teoria intermediária baseada nos dados tanto micro quanto macrosociológicos que descrevem padrões de comportamento desviado na estrutura das comunidades; Hyman, a consolidação das uniformidades empíricas de opinião pública numa teoria composta e Hillery, uma consolidação de uniformidades demográficas.<sup>37</sup>

abril de 1966, 5, 1-38. Dentro do mesmo quadro, ver também: Gianfranco Poggi, «Momento tecnico e momento metodológico nella ricerca», *Bollettino delle Ricerche Sociali*, setembro de 1961, 1, 363-9.

33. Totowa, New Jersey: The Bedminster Press, 1965, 3.ª ed. aumentada. Ver também Zetterberg, «Theorie, Forschung und Praxis in der Soziologie», em *Handbuch der empirischen Sozialforschung* (Stuttgart: Ferdinand Enke Verlag, 1961), I, Band, 64-104.

34. Traduzido do polonês por Wolfgang Wehrstedt, Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1967. Este livro dá a bibliografia completa dos trabalhos muito profundos e rigorosos de Malewski, um dos sociólogos poloneses mais capazes, que se suicidou aos 34 anos. Poucos em nossos dias conseguiram explicar com a mesma clareza e o mesmo rigor os vínculos entre a teoria marxista e determinadas teorias de médio alcance. Ver um dos seus artigos mais importantes: «Der empirische Gehalt der Theorie des historischen Materialismus», *Kolner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 1959, 11, 281-305.

35. Berger, Zelditch e Anderson, *Sociological Theories in Progress*, op. cit., 29 e Passim.  
36. Philip Selznick, *TVA and the Grass Roots* (Berkeley: University of California Press, 1949); A. W. Gouldner, *Patterns of Industrial Bureaucracy* (Glencoe: University of Chicago Press, 1963, 2ª ed.); S. M. Lipset, Martin Trow e James Coleman, *Union Democracy* (Nova Iorque: The Free Press, 1956). Uma consolidação das conclusões teóricas dessas monografias foi feita por James G. March e Herbert A. Simon, em *Organizations* (Nova Iorque: John Wiley, 1958), 36-52. Para outros exemplos importantes da teoria de médio alcance nesse campo, ver Michel Crozier, *The Bureaucratic Phenomenon* (Chicago: The University of Chicago Press, 1964); Kahn e Katz, op. cit.

37. Raymond Mack, «Occupational determinedness: a problem and hypotheses in role theory», *Social Forces*, outubro de 1956, 35, 20-25; «The achievement of high statuses», *Social Forces*,

Existe, porém, uma base mais significativa, que permite avaliar a orientação atual dos sociólogos para as teorias de médio alcance, melhor do que essa curta lista de exemplos. É simbólico que Sorokin, embora pessoalmente empenhado em desenvolver a teoria sociológica de ampla escala, atribua, repetidas vezes, um lugar importante à teoria de médio alcance. Em seu livro mais recente, avalia com frequência os atuais desenvolvimentos teóricos em termos de sua capacidade de explicarem «uniformidades de médio alcance». Revista, por exemplo, uma série de pesquisas estatísticas na sociologia e descobre que são defeituosas porque «não nos dão uniformidades gerais ou de 'médio alcance', leis causais ou fórmulas válidas para todos os tempos e diferentes sociedades». Em outro trecho, Sorokin usa desse critério para apreciar a pesquisa contemporânea, que estaria justificada se «houvesse descoberto um conjunto de uniformidades universais ou, pelo menos... de 'médio alcance', aplicável a muitas pessoas, grupos e culturas». E adiante declara que as tipologias selecionadas de sistemas culturais são aceitáveis quando, «a exemplo... das 'generalizações de médio alcance'... não são exageradas ou excessivamente generalizadas». Em seu exame da pesquisa recente em sociologia, Sorokin faz enfática distinção entre «a procura dos fatos» e as «uniformidades de uma generalidade de 'médio alcance'». A primeira alternativa produz «material 'informativo' puramente local e temporário, desprovido de valor cognitivo geral». A segunda torna

«ininteligível uma selva de eventos históricos caóticos, que de outra forma seriam incompreensíveis. Sem tais generalizações, ficamos completamente perdidos na selva, e os seus fatos intermináveis formam pouco sentido de «como» e «porquê». Com umas poucas regras gerais a nos servirem de guia, podemos orientar-nos na escuridão não cartografada da floresta. É esse o papel cognitivo dessas regras e uniformidades limitadas, aproximadas e predominantes». 38

Sorokin assim repudia aquela formidável paixão pelos fatos, que mais escurece do que revela as idéias sociológicas que estes fatos exemplificam; recomenda teorias de alcance intermediário para servirem de guias às pesquisas; e para si próprio, continua a preferir a procura de um sistema de sociologia geral.

## REJEIÇÃO DA TEORIA DE MÉDIO ALCANCE

Uma vez que se gastou tanta quantidade de tinta sociológica no debate relativo às teorias de médio alcance, pode ser útil examinar também as críticas que suscitaram. Tem-se dito que, ao contrário dos sistemas únicos de teoria sociológica, as teorias de alcance médio não são inte-

outubro de 1953, 32, 10-16; Junkichi Abe, «Some problems of life space and historicity through the analysis of delinquency», *Japanese Sociological Review*, julho de 1957, 7, 3-8; Herbert H. Hyman: «Toward a theory of public opinion», *Public Opinion Quarterly*, primavera de 1957, 21, 54-60; George Hillery, «Toward a conceptualization of demography», *Social Forces*, outubro de 1958, 37, 45-51.

38. Sorokin, *Sociological Theories of Today*, 106, 127, 645, 375. Em seu estilo vigoroso e direto, Sorokin acusa-me de ambivalência em relação aos «grandes sistemas de sociologia» e às «teorias de médio alcance», e também de outras ambivalências. Mas uma tentativa minha de defesa, embora preservasse meu ego, não seria apropriada neste lugar e não seria relevante para o assunto tratado. O mais significativo é que, embora Sorokin continue pessoalmente empenhado na procura de um sistema completo de teoria sociológica, move-se, contudo, rumo à posição assumida neste livro.

lectualmente muito ambiciosas. Poucos têm expressado êsse ponto de vista com maior eloquência que Robert Bierstedt, ao escrever:

«Temos sido até mesmo convidados a abandonar aqueles grandes problemas da sociedade humana, que ocuparam nossos predecessores na história do pensamento social e, ao invés disso, aconselhados a procurar aquilo que T. H. Marshall denominou, em sua conferência inaugural na Universidade de Londres, 'degraus na média distância' e outros sociólogos, mais tarde, 'teorias de médio alcance'. Mas que ambição anêmica é essa! Deveremos lutar por uma meia vitória? Onde estão as visões que mais nos incitaram a entrar no mundo da ciência? Eu sempre pensara que os sociólogos também sabiam sonhar e que acreditavam, como Browning, que o alvo de um homem deve estar sempre além do que êle pode agarrar». 39

Poder-se-ia inferir, dessa transcrição, que Bierstedt preferiria manter-se firmemente prêsso à otimista ambição de desenvolver uma teoria geral que tudo englobasse, do que aceitar a "anêmica ambição" da teoria de médio alcance. Ou que êle considera as soluções sociológicas para os grandes e urgentes "problemas da sociedade humana" a pedra de toque teoricamente significativa da sociologia. Mas ambas as inferências seriam, evidentemente, erradas. A teoria de médio alcance é freqüentemente aceita pelos que a discutem ostensivamente. Assim, Bierstedt prossegue, dizendo que "em minha opinião um dos maiores trabalhos de pesquisa sociológica jamais feitos por alguém, é *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, de Max Weber". Não discuto essa apreciação da monografia de Weber — embora, pessoalmente, eu preferisse indicar *Suicide*, de Durkheim, para essa elevada posição — porque, como tantos outros sociólogos conhecedores das inúmeras obras de crítica que se acumularam em volta do trabalho de Weber, eu continuo a considerá-la uma das maiores contribuições. 40 Mas acho difícil conciliar a apreciação de Bierstedt sobre a monografia de Weber com a retórica que expulsaria as teorias de médio alcance, por serem "mòrbidamente pálidas e simplesmente despreziosas". Pois, essa monografia exatamente é um excelente exemplo de teorização de médio alcance; trata-se de um problema rigorosamente delimitado — problema que por casualidade foi exemplificado numa época histórica particular, com implicações em outras sociedades e outros tempos; utiliza uma teoria limitada acêrca das conexões entre engajamento religioso e conduta econômica; e contribui para uma teoria um pouco mais geral sobre os modos de interdependência entre instituições sociais. Será que Weber pode ser acusado de ambição anêmica, ou será que alguém se igualou a êle no esforço de desenvolver uma teoria de alcance limitado empiricamente alicerçada?

39. Robert Bierstedt, «Sociology and human learning», *American Sociological Review*, 1960, 25, 3-9, esp. 6.

40. Eu até mesmo acompanhei algumas das implicações da teoria especial de Weber sobre a interdependência das instituições sociais, numa monografia abarcando quase exatamente o mesmo período estudado por Weber, em que examina a interdependência funcional entre a ciência concebida como instituição social e as instituições econômicas e religiosas contemporâneas. Veja-se *Science, Technology and Society in Seventeenth Century England*, em *Osiris: Studies on the History and Philosophy of Sciences, and on the History of Learning and Culture*, organizado por George Sarton (Bruges, Bélgica: Ste. Catherine Press, Ltd., 1938); reeditado com nova introdução (Nova Iorque: Howard Fertig, Inc., 1968; Harper & Row, 1968). Embora Weber houvesse escrito apenas algumas sentenças sobre a interdependência do Puritanismo e da ciência, depois que iniciei minha investigação êsse assunto tomou especial relevância. É êsse precisamente o valor do trabalho cumulativo na teoria de médio alcance: alguém se inspira na teoria e na pesquisa antecedentes e procura estender a teoria em novas áreas empíricas.

Creio que Bierstedt rejeita essa teoria, por dois motivos: em primeiro lugar, sua observação de que as teorias de médio alcance estavam afastadas das aspirações dos nossos antepassados intelectuais, não só sugere mas confirma que êsse conceito é comparativamente nôvo e ainda estranho para nós. Todavia, conforme tenho indicado acima e também em outros lugares, 41 o método da teoria de médio alcance tem sido repetidamente antecipado.

Em segundo lugar, Bierstedt parece supor que a teoria de médio alcance exclui completamente a investigação macrosociológica, na qual uma teoria particular dá origem a hipóteses específicas, a serem examinadas à luz dos dados sistematicamente colhidos. Como temos visto, êsse pressuposto não tem fundamento. Com efeito, a maior parte do trabalho da macrosociologia comparativa de hoje, baseia-se principalmente nas teorias específicas e delimitadas das inter-relações entre os vários componentes da estrutura social, que podem ser submetidos a testes empíricos sistemáticos que utilizam a mesma lógica e muitas das mesmas espécies de indicadores usados em pesquisas microsociológicas. 42

A tendência de polarizar problemas teóricos em termos de "tudo ou nada", é expressa por outro crítico, que converte a posição do teórico do médio alcance em pretensão de ter encontrado uma panacéia para a teoria sociológica contemporânea. Após admitir que "a maioria dos trabalhos de Marshall e de Merton mostram realmente a mesma espécie de preocupação com os problemas que estou aqui preconizando", o referido crítico, Dahrendorf, prossegue:

«Minha objeção às suas formulações não é portanto dirigida contra êsses trabalhos mas contra o seu pressuposto explícito [sic] de que tudo [sic] o que está errado com a recente teoria é a sua generalidade e que simplesmente [sic] reduzindo o nível de generalidade podemos resolver todos [sic] os problemas». 43

Contudo, o que temos dito deve ter deixado bem claro que os teóricos de médio alcance não pretendem que as deficiências da teoria sociológica sejam apenas o resultado do seu caráter excessivamente geral. Longe disso. As verdadeiras teorias de médio alcance — por exemplo, a teoria da dissonância, a teoria da diferenciação social, ou a teoria dos grupos de referência — têm grande generalidade, estendendo-se além de uma época ou cultura histórica especial. 44 Mas essas teorias não são derivadas de um sistema único e total de teoria. Dentro de amplos limites, estão em harmonia com uma variedade de orientações teóricas. São confirmadas por grande quantidade de dados empíricos e, se alguma teoria geral assevera que êsses dados não são válidos ou não existem, tanto pior para essa teoria geral.

41. Merton, «The role-set», *British Journal of Sociology*, junho de 1957, 108.

42. Para um resumo extenso dêsses desenvolvimentos, ver Robert M. Marsh, *Comparative Sociology: Toward a Codification of Cross-Societal Analysis*, (Nova Iorque, Harcourt, Brace & World, 1967).

43. Ralf Dahrendorf, «Out of Utopia: toward a reorientation of sociological analysis», *American Journal of Sociology*, 1958, 64, 115-127, esp. 122-3.

44. William L. Kolb viu isso com muita perspicácia, mostrando que as teorias de médio alcance não estão limitadas a sociedades históricas específicas. *American Journal of Sociology*, março de 1958, 63, 544-5.

Outra censura é a de que as teorias de médio alcance dividem o campo da sociologia em duas teorias especiais sem relação entre si.<sup>45</sup> É verdade que têm surgido algumas tendências à fragmentação na sociologia. Mas dificilmente se poderá dizer que isso seja o resultado do trabalho orientado para as teorias de objetivo intermediário. Ao contrário, as teorias de médio alcance consolidam, e não fragmentam, os achados empíricos. É justamente o que tenho procurado demonstrar, por exemplo, com a teoria dos grupos de referência, que aglomeram achados provindos de campos tão diferentes do comportamento humano, como sejam a vida militar, as relações raciais e étnicas, a mobilidade social, a delinquência, a política, a educação, a atividade revolucionária etc.<sup>46</sup>

Tôdas essas críticas denunciam claramente um esforço para situar as teorias de médio alcance no esquema contemporâneo da sociologia. Mas o processo de polarização leva a crítica para muito além desse ponto, até chegar à distorção de informações facilmente disponíveis. De outra maneira, não pareceria possível que alguém pudesse notar a posição declarada de Riesman em apoio da teoria de médio alcance e ainda mantivesse que “as estratégias de exclusão do Alcance Médio” incluem um

«ataque sistemático dirigido contra aqueles artífices sociológicos contemporâneos que procuram trabalhar com os problemas da tradição clássica. Esse ataque tende geralmente a classificar tal trabalho sociológico como 'especulativo', 'impressionístico', ou mesmo, simplesmente «jornalístico». Por isso, os penetrantes esforços de interpretação da sociedade moderna, feitos por homens como C. Wright Mills e David Riesman — que mantêm relação orgânica com a tradição clássica justamente por ousarem tratar dos problemas centrais da tradição — são sistematicamente rebaixados de valor dentro da profissão». 47

De acordo com essa asserção, Riesman está sendo “sistematicamente rebaixado” por defensores do próprio tipo de teoria que ele está preconizando. Similarmente, embora essa declaração sugira que o “rebaixamento” de C. Wright Mills seja uma “estratégia de exclusão” de “Médio Alcance”, é digno de nota que um teórico desta mesma teoria concedeu seu firme endosso àquela parte do trabalho de Mills que oferece análises sistemáticas de estrutura social e de psicologia social.<sup>48</sup>

45. E. K. Francis, *Wissenschaftliche Grundlagen Soziologischen Denkens*, (Bern: Francke Verlag, 1957), 13.

46. *Social Theory and Social Structure*, 278-80, 98-98, 131-94.

47. Maurice R. Stein, «Psychoanalytic thought and sociological inquiry», *Psychoanalysis and the Psychoanalytic Review*, verão de 1962, 49, 21-9, esp. 23-4. Benjamin Nelson, o redator desse número do jornal, prossegue observando: «Todo assunto suscetível de transformar-se em ciência engendra o seu enfoque do 'médio alcance'. A animosidade expressa contra esse desenvolvimento parece-me ser, em grande parte, errada». «Sociology and psychoanalysis on trial: an epilogue», *ibid.*, 144-60, esp. 153.

48. Refiro-me aqui ao importante trabalho teórico que Mills realizou com a colaboração de Hans Gerth (que o iniciou): *Character and Social Structure: The Psychology of Social Institutions* (Nova Iorque: Harcourt, Brace & Co., 1953). Em minha introdução a essa obra, descrevo esse assinalado trabalho como segue: «Os autores não têm a pretensão de haver realizado uma síntese completamente global, incorporando todos os principais conceitos da psicologia e da sociologia que se relacionam com a formação do caráter e da personalidade dentro do contexto da estrutura social. Deixam bem claro que esse alvo ainda é um objetivo distante, mais do que uma possível realização atual. Não obstante, eles sistematizaram uma parte importante do terreno e forneceram perspectivas, a partir das quais se pode examinar muito da parte restante. Esse tipo de trabalho erudito, feito em colaboração com Gerth, é de caráter bastante diferente do que o dos outros livros de Mills, como *Listen Yankee: The Revolution in Cuba* e *The Causes of World War Three*. Estes não foram «rebaixados» por outrem, como «positivamente jornalísticos»: são, de fato, jornalísticos. Mas esse julgamento não deriva da orientação da teoria de médio alcance.

Sociólogos soviéticos modernos continuam a interpretar “a notória ‘teoria de médio alcance’” como concepção positivista. Segundo G. M. Andreeva, essa teoria é concebida

«no nível de uma ordem de abstração relativamente baixa que, em princípio, não ultrapassa os dados empíricos. Conhecimento 'teórico' nesse nível continua na categoria de conhecimento empírico, pois a própria teoria é essencialmente reduzida ao nível das generalizações empíricas...» 49

Essa errônea concepção da teoria de médio alcance não exige aqui muita discussão. Afinal de contas, o capítulo “Influência da teoria sociológica sobre a pesquisa empírica”, reproduzido neste volume, já está impressa há mais de um quarto de século. Desde aquele tempo, tenho feito distinção entre uma teoria, ou seja, um conjunto de suposições logicamente inter-relacionadas, do qual se derivam hipóteses empiricamente testáveis, e uma generalização empírica, ou seja, uma proposição isolada resumindo uniformidades de relações observadas entre duas ou mais variáveis. Mas os estudiosos marxistas constroem teorias de médio alcance em termos que são expressamente excluídos por essas formulações.

Essa concepção errônea pode ser baseada num compromisso para com uma teoria sociológica global e num receio de que esta teoria possa ser ameaçada pelo papel das teorias de médio alcance. Deve-se notar, porém, que na medida em que a orientação teórica geral, proporcionada pelo pensamento marxista, torna-se um guia para a pesquisa empírica sistemática, isto só pode ser feito mediante o desenvolvimento de teorias intermediárias especiais. Do contrário, como parece ter sido o caso com estudos tais como a investigação da Sverdlov sobre a atitude e o comportamento dos operários, essa orientação conduzirá, na melhor das hipóteses, a uma série de generalizações empíricas (como a relação entre o grau de educação atingido pelos trabalhadores e o número de organizações a que estão afiliados, a quantidade de livros lidos etc.).

O capítulo precedente sugeriu que os sociólogos que estão persuadidos da existência de uma teoria total abrangendo todo o escopo do conhecimento sociológico, estão prontos a acreditar que a sociologia está capacitada, desde agora, a satisfazer tôdas as exigências práticas que lhe são feitas. Essa atitude representa a rejeição da teoria de médio alcance, como se depreende da seguinte observação de Osipov e Yovchuk:

«É bem conhecido o ponto de vista de Merton, segundo o qual a sociologia ainda não está madura para uma teoria integral de alcance global, e de que existem apenas umas poucas teorias, utilizáveis num grau intermediário de abstração, cujo significado relativo e temporário é bem conhecido. Sentimo-nos autorizados a acreditar que essa definição não pode ser aplicada à sociologia científica marxista. A visão materialista da História, descrita em primeiro lugar por Marx 125 anos atrás, foi testada pelo tempo e comprovada por todo o processo de desenvolvimento histórico. A compreensão materialista da História está baseada no estudo concreto da vida social. O surgimento do marxismo na década de 1840 e o seu desenvolvimento sucessivo estiveram organicamente vinculados e apoiados na pesquisa dos problemas sociais específicos». 50

49. Essas opiniões foram expressas por A. G. Zdravomyslov e V. A. Yadov, «On the programming of concrete social investigations», *Voprosy Filosofii*, 1963, 17, 81, e por G. M. Andreeva, «Bourgeois empirical sociology seeks a way out of its crisis», *Filosofskie Nauki*, 1962, 5, 39. Trechos desses dois ensaios foram traduzidos por George Fischer, em *Science and Politics: The New Sociology in Soviet Union* (Itaca, Nova Iorque: Cornell University, 1964).

50. G. Osipov e M. Yovchuk, «Some principles of theory, problems and methods of research in sociology in the USSR: a Soviet view», reproduzido na compilação de Alex Simirenko, ed., *Soviet Sociology: Historical Antecedents and Current Appraisals* (Chicago: Quadrangle Books, 1966), 299.

Essa pesquisa dos problemas sociais específicos — que os sociólogos soviéticos denominam “investigação sociológica concreta” — não é logicamente derivada da orientação teórica geral do materialismo histórico. Enquanto as teorias intermediárias não se desenvolveram, tais investigações tenderam para o “empirismo prático”: a coleta metódica das informações apenas suficientes para serem levadas em consideração no momento de tomar decisões práticas. Foram feitos, por exemplo, vários estudos do emprêgo do tempo dos trabalhadores, pouco diferentes dos estudos de Sorokin no início da década de 1930. Os operários foram solicitados a anotar como dividiam seu tempo entre várias categorias, como tempo de trabalho na fábrica, atividades domésticas, necessidades fisiológicas, repouso, tempo dedicado às crianças e ao “trabalho social útil” (incluindo a participação nos conselhos cívicos, nos comitês de trabalhadores, nas conferências ou outras espécies de “trabalho cultural de massas”). A análise dessas pesquisas de tempo tem dois objetivos principais. O primeiro é de identificar e, a seguir, eliminar problemas relativos à eficiência na distribuição do tempo. Por exemplo, descobriu-se que um obstáculo à educação escolar noturna dos trabalhadores era que o horário dos exames exigia maior número de horas de dispensa do trabalho que as fábricas podiam conceder sem prejudicar a produção. O segundo objetivo consiste em estabelecer planos para mudar as atividades dos trabalhadores. Por exemplo, quando os dados da pesquisa de tempo foram ligados à investigação das motivações dos operários, chegou-se à conclusão que se podia confiar fossem os mais jovens mais estudiosos e “mais ativos em aumentar a eficiência do trabalho”. Tais exemplos demonstram que essas pesquisas estão impregnadas de empirismo prático, mais do que de formulações teóricas. Os seus resultados situam-se no mesmo baixo nível de abstração que a maioria das pesquisas de mercado em outras sociedades. Terão que ser incorporadas em teorias mais abstratas de médio alcance se pretenderem preencher a lacuna existente entre as generalizações empíricas e a orientação geral do pensamento marxista.<sup>51</sup>

## SUMÁRIO E RETROSPECTO

O exame que temos feito acima, dos *prós* e *contras* extremos das teorias de médio alcance é suficiente para nos convencer de uma conclusão: cada um de nós, sociólogos, é perpétuamente vulnerável ao farisaísmo. Damos graças a Deus por não sermos iguais a outros sociólogos que mais falam que observam, ou simplesmente observam mas não pensam, ou apenas pensam mas não submetem seus pensamentos ao teste da investigação empírica.

51. Esse trecho está baseado no estudo de R. K. Merton e Henry W. Riecken, «Notes on Sociology in the USSR», *Current Problems in Social-Behavioral Research* (Washington, D.C.: National Institute of Social and Behavioral Science, 1962), 7-14. Para um resumo de uma dessas investigações sociológicas concretas, ver A. G. Zdravomyslov e V. A. Yadov, «Soviet workers' attitude toward work: an empirical study», em S. Mirenko, op. cit., 347-66.

Em vista dessas extremadas interpretações da teoria sociológica de médio alcance, é conveniente reiterar os atributos desta teoria:

1. As teorias de médio alcance consistem de conjuntos limitados de pressupostos, dos quais se derivam logicamente hipóteses específicas, confirmadas pela investigação empírica.

2. Essas teorias não se mantêm isoladas, mas são consolidadas em redes mais vastas de teoria, como ilustrado pelas teorias do nível de expectativa, dos grupos de referência e da estrutura de oportunidades.

3. Essas teorias são suficientemente abstratas para tratarem de diferentes esferas de comportamento e estrutura sociais, ultrapassando assim as simples descrições ou generalizações empíricas. A teoria do conflito social, por exemplo, tem sido aplicada aos conflitos étnicos e raciais, aos de classe e aos internacionais.

4. Este tipo de teoria derruba as distinções entre os problemas microsociológicos, evidenciados nas pesquisas de pequenos grupos, e os problemas macrosociológicos, salientados em estudos comparativos da mobilidade social e da organização formal, e da interdependência das instituições sociais.

5. Os sistemas de teoria sociológica total — como o materialismo histórico de Marx, a teoria dos sistemas sociais de Parson e a sociologia integral de Sorokin — mais representam orientações teóricas gerais, do que sistemas rigorosos e estreitos, semelhantes aos que são empregados para a procura de uma “teoria unificada” em física.

6. Daí resulta que muitas teorias de médio alcance estão em consonância com uma variedade de sistemas de pensamento sociológico.

7. As teorias de médio alcance constituem tipicamente uma linha direta de continuidade com o trabalho dos formuladores teóricos clássicos. Somos todos legatários residuais de Durkheim e Weber, cujos trabalhos nos fornecem idéias para serem acompanhadas, exemplificam táticas de teorização, fornecem modelos para o exercício do bom gosto na seleção dos problemas e nos ensinam como levantar questões teóricas inspiradas nas idéias deles.

8. A orientação de médio alcance envolve a especificação de ignorância. Em vez de proclamar um conhecimento que está de fato ausente, reconhece expressamente o que ainda deve ser aprendido, a fim de preparar os fundamentos para um conhecimento ainda maior. Não pretende estar capacitada a desempenhar a tarefa de fornecer soluções teóricas para todos os problemas urgentes e práticos do dia, mas dirige-se a aqueles problemas que agora possam ser esclarecidos à luz do conhecimento disponível.

## PARADIGMAS: A CODIFICAÇÃO DA TEORIA SOCIOLÓGICA

Conforme assinalamos acima, um dos principais objetivos deste livro é a codificação da teoria substantiva e dos processos de análise qualitativa na sociologia. Assim entendida, a codificação é o arranjo ordenado e compacto dos processos fecundos da pesquisa e dos achados substantivos

que dela resultam. É um processo que implica a identificação e a organização daquilo que esteve implícito no trabalho do passado, mais do que a invenção de novas estratégias de pesquisa.

O capítulo seguinte, que trata da análise funcional, estabelece paradigmas como base para codificar os trabalhos prévios neste campo.<sup>52</sup> Acredito que tais paradigmas têm grande valor propedêutico. De um lado, trazem à discussão toda a série de suposições, conceitos e proposições básicas utilizados numa análise sociológica. Reduz, assim, a inadvertida tendência de esconder a parte essencial da análise sob um véu de comentários e pensamentos ocasionais, ainda que possivelmente ilustrativos. Apesar do aparecimento de inventários proposicionais, a sociologia ainda tem poucas fórmulas — isto é, expressões simbólicas altamente abreviadas de relações entre variáveis sociológicas. Em consequência, as interpretações sociológicas tendem a ser discursivas. A lógica do processo, os conceitos-chave e as relações entre eles perdem-se com frequência, numa avalanche de palavras. Quando isto acontece, o leitor crítico deve, laboriosamente, respigar sozinho os pressupostos implícitos do autor. O paradigma reduz a tendência dos teóricos a empregarem suposições e conceitos tácitos.

Contribuindo para essa tendência dos expositores sociológicos em tornar-se mais prolixos do que lúcidos, existe a tradição — herdada ligeiramente da filosofia, substancialmente da história e amplamente da literatura — de escrever relatos sociológicos intensamente vivos, para melhor transmitir toda a rica plenitude da comédia humana. O sociólogo que não repudia essa herança elegante mas estranha, torna-se mais preocupado em procurar uma constelação excepcional de palavras, para melhor explicar a *particularidade* do caso sociológico em foco, do que em buscar e acentuar os conceitos objetivos e generalizáveis, bem como as relações que o caso exemplifica — o que constitui a essência da ciência, na medida em que se distingue da arte. Inúmeras vezes, esse uso mal empregado de talento artístico genuíno é encorajado pelos aplausos de um público leigo, dando ao sociólogo a grata certeza de que escreve como um romancista e não como um doutor em filosofia devidamente condicionado e academicamente pedante. Não é raro que ele pague caro por esses aplausos populares, pois quanto mais se aproxima da eloquência, mais se afasta do sentido metódico. Convém lembrar, todavia, que Santo Agostinho fez, há muitos séculos, esta sutil observação: "... uma idéia não é necessariamente verdadeira por estar mal enunciada, nem falsa por estar revestida de magníficas palavras".

Sem embargo, há relatórios ostensivamente científicos que se tornam obscuros devido às irrelevâncias que contêm. Em casos extremos, o duro

52. Tenho apresentado outros paradigmas sobre desvios do comportamento social no capítulo VI deste volume; sobre sociologia do conhecimento, no capítulo XIV; sobre casamentos inter-raciais, em «Intermarriage and the social structure», *Psychiatry*, 1941, 4, 361-74; sobre preconceito racial e discriminação, em «Discrimination and the American creed», em *Discrimination and National Welfare*, R. M. MacIver, redator (Nova Iorque: Harper & Brothers, 1948). Deve-se notar que o uso do termo *paradigma* por T. S. Kuhn, em seu recente trabalho sobre a história e a filosofia da ciência, é muito mais extenso e se refere ao conjunto básico de pressupostos adotados por uma disciplina numa fase histórica particular; ver *The Structure of Scientific Revolutions*, op. cit.

esqueleto dos fatos, das inferências e das conclusões teóricas fica recoberto pela carne flácida da ornamentação estilística. E é de notar-se que outras disciplinas científicas — a física e a química, bem como a biologia, a geologia e a estatística — têm escapado dessa preocupação imprópria com a graça literária. Aferradas às finalidades da ciência, essas disciplinas preferem a brevidade, a precisão e a objetividade aos refinados padrões rítmicos da linguagem, à riqueza de conotações e à delicadeza das imagens verbais. Mas, admitindo-se que a sociologia não deva seguir o caminho traçado pela química, a física e a biologia, isto não significa que ela tenha de rivalizar-se com a história, a filosofia discursiva e a literatura. Cada um deve prender-se aos seus objetivos, e o objetivo do sociólogo deve ser o de apresentar lúcida e objetivamente os temas de proposições logicamente interligadas e empiricamente confirmadas, a respeito da estrutura social e suas mudanças, do comportamento humano dentro dessa estrutura e das consequências desse comportamento. Os paradigmas na análise sociológica têm como objetivo auxiliar o trabalho do sociólogo no desempenho do seu ofício.

Já que a interpretação sociológica fundamentada inevitavelmente acarreta algum paradigma teórico, parece ser de bom aviso expô-lo abertamente. Se a verdadeira arte consiste em ocultar todos os sinais da arte, a verdadeira ciência consiste em revelar seu esqueleto, bem como sua estrutura acabada.

Sem pretender que isto contenha toda a história, sugiro que os paradigmas relativos à análise qualitativa em sociologia, tenham no mínimo cinco funções estreitamente ligadas entre si.<sup>53</sup>

Em primeiro lugar, os paradigmas desempenham uma função anotadora. Proporcionam uma ordenação compacta dos conceitos centrais e suas inter-relações, que são utilizados para a descrição e a análise. A exposição de conceitos de forma bastante breve, de modo a permitir sua inspeção *simultânea*, é um auxílio importante na autocorreção das interpretações sucessivas, resultado este, difícil de ser alcançado quando os conceitos que se estudam estão espalhados e ocultos em sucessivas páginas de exposição discursiva. (Conforme se pode ver no trabalho de Cajori, parece ser esta uma das principais funções dos símbolos matemáticos: permitem o exame simultâneo de todos os termos que entram na análise).

Em segundo lugar, os paradigmas diminuem a probabilidade de inadvertidamente introduzir suposições e conceitos, uma vez que cada nova suposição e cada novo conceito deve ser logicamente derivado dos componentes anteriores do paradigma ou explicitamente introduzidos nele. O paradigma fornece assim um guia para evitar hipóteses *ad hoc* (isto é, que logicamente não correspondem à realidade).

Em terceiro lugar, os paradigmas fazem progredir a acumulação da interpretação teórica. Sob este aspecto, podemos considerar o paradigma

53. Para uma apreciação crítica desse assunto, ver Don Martindale, «Sociological theory and the ideal types», org. por Llewellyn Gross em *Symposium on Sociological Theory* (Evanston: Row, Peterson, 1959), 57-91, esp. 77-80.

como o alicerce sôbre o qual se constrói o edifício das interpretações. Se um nôvo andar não puder ser construído diretamente sôbre os alicerces paradigmáticos, então deverá ser erguida uma nova ala da estrutura total, e os alicerces de conceitos e suposições deverão ser ampliados a fim de suportar a nova ala. Além disso, cada nôvo andar que possa ser edificado sôbre os alicerces originais fortalece nossa confiança em sua qualidade substancial, assim como cada nova ampliação, precisamente porque exige alicerces adicionais, nos leva a duvidar da firmeza da infra-estrutura original. Um excelente paradigma de grande confiança suportará, no devido tempo, uma estrutura interpretativa das dimensões de um arranha-céu, sendo que cada andar sucessivo testemunhará a qualidade substancial dos alicerces originais, ao passo que um paradigma defeituoso suportará sômente uma estrutura baixa, de um só andar, na qual cada nôvo conjunto de observações exigirá que se lancem novos alicerces, uma vez que os primeiros não poderão suportar o pêso de novos andares.

Em quarto lugar, por sua própria disposição, os paradigmas sugerem a tabulação cruzada sistemática de conceitos presumivelmente significativos, e assim podem estimular o analista em relação a tipos de problemas empíricos e teóricos, que de outra forma poderiam ser desprezados.<sup>54</sup> Os paradigmas estimulam a análise, ao invés de favorecer a descrição de detalhes concretos. Por exemplo, dirigem nossa atenção para os componentes do comportamento social, para possíveis solicitações e tensões entre tais componentes e, portanto, para fontes de desvio do comportamento que é normativamente prescrito.

Finalmente, em quinto lugar os paradigmas favorecem a codificação de métodos de análise qualitativa, de uma maneira que se aproxima do rigor lógico, senão empírico, da análise quantitativa. Os processos para se computar medidas estatísticas e suas bases matemáticas são codificados como coisa natural; suas suposições e processos podem ser esmiuçados e criticados por todos. Ao contrário, a análise sociológica de dados qualitativos, muitas vezes, situa-se num mundo particular de visões interiores penetrantes mas insondáveis e de inefáveis conhecimentos. Na verdade, as exposições discursivas não baseadas num paradigma incluem amiúde interpretações perceptivas. Como se diz em linguagem afetada e convencional, elas são ricas em "íntimas iluminações"; não fica sempre claro, porém, quais operações sôbre quais conceitos analíticos estão envolvidos nessas "iluminações". Em alguns ambientes, interpreta-se como sinal de cega impiedade a simples sugestão de que tais experiências de caráter tão intensamente privado deveriam ser rerepresentadas num processo públicamente verificável, se pretendessem ser consideradas cientificamente relevantes. No entanto, os conceitos e os processos, mesmo aquêles dos mais perceptivos dos sociólogos, devem ser reproduzíveis e os resultados das suas intuições verificáveis por outrem. A ciência é pública e não particular, e

54. Embora expressando dúvidas acêrca dos usos da teoria sistemática, Joseph Bensman e Arthur Vidich descreveram admiravelmente essa função heurística dos paradigmas em seu instrutivo ensaio «Social Theory in field research», *American Journal of Sociology*, maio 1960, 65, 577-84.

isto inclui a ciência sociológica. Não é que nós, sociólogos comuns, desejamos bitolar a todos pela nossa própria pequena estatura; é apenas que as contribuições dos grandes e dos pequenos, de modo imparcial, devem ser codificadas, se é que devem servir ao progresso da sociologia.

Tôdas as virtudes podem fâcilmente tornar-se vícios, simplesmente pelo seu excesso, e isto também se aplica ao paradigma sociológico. É um convite à indolência mental. Equipado com o paradigma, o sociólogo pode vir a cerrar os olhos aos dados estratégicos não expressamente trazidos ao paradigma. Ele pode transformar o paradigma, de binóculo sociológico, em antólho sociológico. O abuso resulta em considerar como absoluto o paradigma, ao invés de usá-lo em tentativas, como ponto de partida. Mas se forem reconhecidos como provisórios e mutáveis, destinados a serem modificados no futuro imediato como o foram no passado recente, êsses paradigmas serão preferíveis aos conjuntos de suposições tácitas.

ABORDAGEM À CODIFICAÇÃO DA ANÁLISE  
FUNCIONAL NA SOCIOLOGIA

A ANÁLISE FUNCIONAL é, ao mesmo tempo, a mais promissora e possivelmente a menos codificada das orientações contemporâneas dos problemas de interpretação sociológica. Tendo-se desenvolvido em muitas frentes intelectuais ao mesmo tempo, cresceu em fragmentos e emendas e não em profundidade. As realizações da análise funcional são suficientes para sugerir que a sua maior promessa será cumprida progressivamente, assim como suas atuais deficiências dão testemunho da necessidade de se revisar periodicamente o passado, a fim de melhor edificar para o futuro. No mínimo as reavaliações ocasionais trazem à luz da discussão franca muitas dificuldades que, de outro modo, permaneceriam tácitas e não mencionadas.

Como todos os esquemas interpretativos, a análise funcional depende de uma tríplice aliança entre a teoria, o método e os dados. Dos três aliados, o método é, em todos os aspectos, o mais fraco. Muitos dos principais praticantes da análise funcional devotaram-se às formulações teóricas e ao aclaramento dos conceitos; alguns encharcaram-se de dados diretamente pertinentes a uma estrutura funcional de referência; porém poucos são os que romperam o silêncio preponderante, relativo ao modo de concretizar a análise funcional. No entanto, a quantidade e variedade das análises funcionais levam à conclusão de que *alguns* métodos têm sido empregados e despertam a esperança de que muito se possa aprender de seus estudos e exames.

Embora seja possível examinar com proveito os métodos sem referência à teoria ou aos dados substantivos — e é precisamente esta a tarefa da metodologia ou da lógica dos processos — as disciplinas empiricamente orientadas são servidas do modo mais completo pela investigação dos processos, se levados em conta seus problemas teóricos e resultados essenciais. Pois o uso do “método” envolve não somente a lógica mas, desafortunadamente talvez, para aqueles que precisam lutar

com as dificuldades da pesquisa, também os problemas práticos de nivelar os dados com os requisitos da teoria. Pelo menos, esta é a nossa premissa. Em consequência, entreteceremos nossa exposição com uma revisão sistemática de algumas das principais concepções da teoria funcional.

## OS VOCABULÁRIOS DA ANÁLISE FUNCIONAL

Desde os seus primórdios, a abordagem funcional na sociologia tem sofrido de confusão terminológica. *Com demasiada freqüência, um só termo tem sido usado para simbolizar diferentes conceitos, assim como o mesmo conceito tem sido simbolizado por termos diferentes.* Tanto a clareza da análise como a adequação da comunicação têm sido vítimas de tal leviandade no uso das palavras. As vezes, a análise sofre pela involuntária variação do conteúdo conceptual de um dado termo, e a comunicação com outras pessoas se rompe quando essencialmente o mesmo conteúdo é obscurecido por uma bateria de diversos termos. Não teremos senão de seguir, por breve espaço, os caprichos do conceito de "função" para descobrir como a clareza conceptual se perde e a comunicação se destrói com vocabulários de análise funcional competidores entre si.

### *Um Só Termo, Diversos Conceitos*

A palavra "função" tem sido utilizada por diversas disciplinas e pela linguagem popular, com o resultado não inesperado de que sua significação seja freqüentemente obscurecida na própria sociologia. Limitando-nos apenas a cinco significados comumente reservados a esta palavra, desprezaremos numerosos outros. Para começar, há o uso popular de acôrdo com o qual "função" se refere a alguma reunião pública ou festividade, usualmente realizada com tonalidades cerimoniais. É em tal sentido que se deve admitir o significado, quando um jornal afirma num cabeçalho: "O Prefeito Tobin não apóia a função social", pois a notícia esclarece que "O Prefeito Tobin declarou hoje que não está interessado em qualquer função social, nem autorizou a pessoa alguma que vendesse bilhetes ou propaganda para qualquer evento". Embora tal uso seja bastante comum, entra tão raramente na literatura acadêmica, que em nada contribui para o caos que prevalece na terminologia. Evidentemente, este significado da palavra é inteiramente estranho à análise funcional na sociologia.

Um segundo uso torna o termo "função", virtualmente equivalente ao termo "ocupação". Max Weber, por exemplo, define ocupação como "o modo de especialização, especificação e combinação das funções de um indivíduo, com referência ao que para ele constitua a base de uma oportunidade contínua de ganho ou lucro".<sup>1</sup> Este uso do termo é freqüen-

1. Max Weber, *Theory of Social and Economic Organization*, (editado por Talcott Parsons), (Londres: William Hodge & Co., 1947), 230.

te, e na verdade quase típico, por alguns economistas que se referem à "análise funcional de um grupo" quando relatam a distribuição de ocupações em tal grupo. Sendo esse o caso, pode ser de bom aviso seguir a sugestão de Sargent Florence<sup>2</sup> de que seja adotada para tais investigações a frase descritivamente mais próxima, "análise ocupacional".

Um terceiro uso, representando uma variedade especial do anterior, encontra-se tanto na linguagem popular como na ciência política. O termo função é usado freqüentemente a fim de significar as atividades atribuídas ao ocupante de uma situação social e, mais particularmente, de um cargo ou posição política. Isto deu origem ao termo "funcionário", ou "empregado". Embora neste sentido a função se sobreponha em significação mais extensa ao significado adotado para tal termo em sociologia e em antropologia, seria melhor que a excluíssemos, uma vez que ela distrai a atenção do fato de que as funções são realizadas não só pelos ocupantes de posições designadas, como também por uma extensa escala de atividades padronizadas, de processos sociais, de padrões de cultura, e de sistemas de crença encontrados numa sociedade.

Desde que foi introduzida por Leibniz, a palavra função tem sua significação mais exata na matemática, na qual ela se refere a uma variável considerada em relação a uma ou mais de outras variáveis, em termos da qual ela pode ser expressa, ou de cujo valor depende seu próprio valor. Esta concepção, num sentido mais extenso (e freqüentemente mais impreciso), é expressa por frases como "interdependência funcional" e "relações funcionais", tão freqüentemente adotadas por cientistas sociais.<sup>3</sup> Quando Mannheim observa que "cada fato social é uma função do tempo e do lugar em que ocorre", ou quando um demógrafo afirma que "os índices de nascimento estão em função da situação econômica", estão manifestamente fazendo uso da significação matemática, embora a primeira não seja relatada na forma de equações e a segunda o seja. O texto geralmente torna claro que o termo função está sendo usado neste sentido matemático, mas os cientistas sociais movem-se de lá para cá entre esta significação e outra que lhe é relativa, embora distinta, a qual também envolve a noção de "interdependência", "relação recíproca", ou "variações mutuamente dependentes".

É esta quinta significação, que é fundamental na análise funcional,

2. P. Sargent Florence, *Statistical Method in Economics*, (Nova Iorque: Harcourt, Brace & Co., 1929); 357-58n.

3. Assim, diz Alexander Lesser: "Em seus aspectos lógicos essenciais, que é uma relação funcional? Tem alguma diferença em espécie com as relações funcionais em outros campos da ciência? Penso que não. Uma relação verdadeiramente funcional é a que se estabelece entre dois ou mais termos ou variáveis de modo tal que se possa afirmar que em certas condições definidas (que formam um termo da relação) se observam certas expressões determinadas das ditas condições (que são o outro termo da relação). A relação ou relações funcionais enunciadas de todo aspecto delimitado da cultura devem ser tais, que expliquem a natureza e o caráter do aspecto delimitado em condições definidas". "Functionalism in social anthropology". *American Anthropologist*, N.S. 37 (1935), 386-93, pág. 392.

tal como tem sido praticada na sociologia e na antropologia social. Derivando em parte do sentido matemático nativo do termo, este uso é mais freqüente e explicitamente adotado nas ciências biológicas, nas quais o termo função se refere aos "processos vitais ou orgânicos, considerados nos aspectos em que contribuem para a manutenção do organismo".<sup>4</sup> Com modificações apropriadas ao estudo da sociedade humana, esta significação corresponde de modo bastante próximo ao conceito-chave de função tal como é adotada pelos funcionalistas antropológicos, puros ou moderados.<sup>5</sup>

Radcliffe-Brown é quem com mais freqüência explica tal significado ao traçar seu eficaz conceito de função social em relação ao modelo analógico encontrado nas ciências biológicas. À maneira de Durkheim, ele afirma que "a função de um processo fisiológico recorrente é assim uma correspondência entre esse e as necessidades (*isto é*, as condições necessárias de existência) do organismo". E na esfera social, em que os seres humanos individuais, "as unidades essenciais", estão ligadas por redes de relações sociais num todo integrado, "a função de qualquer atividade recorrente, tal como a punição de um crime, ou uma cerimônia fúnebre, é a parte que ela desempenha na vida social como um todo e, portanto, a contribuição que ela dá à manutenção da continuidade estrutural."<sup>3</sup>

Embora Malinowski divirja em diversos aspectos em relação às formulações de Radcliffe-Brown, ele concorda com o mesmo quando considera que o núcleo da análise funcional é o estudo "do papel que (os fatores sociais ou culturais) desempenham na sociedade". Malinowski expõe numa de suas primeiras declarações de propósitos: "Este tipo de teoria objetiva a explanação dos fatos antropológicos em todos os níveis de desenvolvimento por sua função, pela parte que lhes toca dentro do sistema integral de cultura, pela maneira com que são relacionados a cada um dos outros componentes dentro do sistema..."<sup>7</sup>

4. Vejam-se, por exemplo, Ludwig von Bertalanffy, *Modern Theories of Development* (Nova Iorque: Oxford University Press, 1933), e 9 e segs., 183 e segs.; W. M. Bayliss, *Principles of General Physiology* (Londres, 1915), 706, onde descreve suas pesquisas sobre as funções dos hormônios descobertos por Starling e por ele próprio; W. B. Cannon, *Bodily Changes in Pain, Hunger, Fear and Rage* (Nova Iorque: Appleton & Co., 1929), 222, em que descreve as "funções de emergência do sistema simpático-supra-renal".

5. Lowie faz distinção entre o "funcionalismo puro" de Malinowski e o "funcionalismo moderado", de Thurnwald. Embora a distinção seja acertada, ver-se-á em seguida que não é pertinente aos nossos propósitos. R. H. Lowie, *The History of Ethnological Theory* (Nova Iorque: Farrar & Rinehart, 1937), Capítulo 13.

6. A. R. Radcliffe-Brown, "On the concept of function in social science", *American Anthropologist*, 1935, 37, 395-6. Veja-se também seu posterior discurso presidencial perante o Royal Anthropological Institute, em que declara: "... Eu definiria a função social de um modo de atividade socialmente padronizado, ou de um modo de pensamento, com sua relação com a estrutura social para cuja existência e continuidade faz qualquer contribuição. Análogamente, num organismo vivo, a função fisiológica das batidas do coração, ou da secreção dos sucos gástricos, é sua relação com a estrutura orgânica..." "On social structure", *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, 1940, 70, Pt. I, 9-10.

7. B. Malinowski, "Anthropology", *Encyclopaedia Britannica*. Primeiro volume suplementar, (Londres e Nova Iorque, 1926), 132-133 [o grifo é nosso].

Tal como veremos em breve, com alguns detalhes, frases que se repetem como esta: "o papel desempenhado no sistema cultural ou social", tendem a conferir imprecisão à importante distinção entre o conceito de função no sentido de "interdependência" e o de "processo". Nem necessitamos fazer pausa aqui a fim de observar que o postulado sustentador de cada item de cultura tem *algumas* relações duráveis com outros itens, de que tem *algum* lugar distinto na cultura total, muito pouco possa equipar o observador de campo ou o analista com um guia específico para os processos de trabalho. Seria melhor que tudo isso aguardasse. No momento, necessitamos apenas reconhecer que certas formulações mais recentes têm aclarado e ampliado este conceito de função através de especificações progressivas. Assim, Kluckhohn diz: "...um determinado artigo de cultura é 'funcional' enquanto define um modo de reação que é adaptativo, se considerado do ponto de vista da sociedade, e ajustável, do ponto de vista do indivíduo".<sup>8</sup>

Dessas conotações do termo "função", e apenas tocamos em algumas poucas extraídas de uma vasta lista, é claro que muitos conceitos são incluídos na mesma palavra. Isto é um convite à confusão. E quando muitas palavras diferentes são usadas para exprimir o mesmo conceito, desenvolve-se confusão cada vez maior.

#### Um Só Conceito, Diversos Termos

O grande conjunto de termos usados de modo indiferente e quase como sinônimo de "função", inclui os significados de uso, utilidade, finalidade, motivo, intenção, alvo, conseqüências. Se puséssemos estes e outros termos semelhantes em uso, para nos referirmos ao mesmo conceito estritamente definido, evidentemente haveria pouca utilidade em observar sua numerosa variedade. Porém, é fato que o uso indisciplinado destes termos, com sua referência conceptual ostensivamente semelhante, conduz a afastamentos sucessivamente maiores, em relação à análise funcional rigorosa e justa. Os significados de cada termo, que mais diferem que coincidem com o significado que têm em comum, constituem a base (inconsciente) para inferências que se tornam crescentemente duvidosas, na proporção em que se distanciam progressivamente do conceito central de função. Uma ou duas ilustrações ressaltarão que um vocabulário móvel estimula a multiplicação dos mal-entendidos.

No trecho seguinte, extraído de um dos mais sensatos tratados da sociologia do crime, podem-se reconhecer as variações do significado de termos nominalmente sinônimos, e as duvidosas inferências que dependem de tais flutuações de entendimento. (Os termos-chave são grifados a fim de nos ajudar a encontrar nosso caminho através do assunto.)

8. Clyde Kluckhohn, *Navaho Witchcraft*, Trabalhos do Museu Peabody de Arqueologia e Etnologia Americanas, Universidade de Harvard, (Cambridge: Peabody Museum, 1944), XXII, N.º 2, 47a.

**Finalidade** do castigo. Em diferentes grupos, e em épocas diferentes, têm sido feitas tentativas para determinar a **finalidade** ou **função** do castigo. Muitos pesquisadores têm insistido em que algum **motivo** era o **motivo** do castigo. Por outro lado, salienta-se a **função** do castigo em restaurar a solidariedade do grupo, que foi enfraquecida pelo crime. Thomas e Znaniecki têm indicado que entre os camponeses da Polónia o castigo do crime é **destinado primariamente** a restaurar a situação que existia antes do crime e a renovar a solidariedade do grupo, e que a vingança é **uma consideração secundária**. Deste ponto de vista, o castigo diz respeito **primariamente** ao grupo e **somente secundariamente** ao ofensor. Por outro lado, a expiação, a intimidação, a reforma, o lucro para o Estado e outras coisas têm sido formuladas como a **função** do castigo. No passado como no presente, não é claro que algum destes seja o **motivo**; os castigos parecem derivar de **muitos motivos** e realizar **muitas funções**. Isto é verdadeiro tanto em relação às vítimas individuais de crimes como em relação ao Estado. Certamente as leis da presente época não são congruentes em **propósitos** ou **motivos**; provavelmente existiam as mesmas condições nas sociedades primitivas. 9

Em primeiro lugar, deveremos atentar para a lista dos termos que ostensivamente se referem ao mesmo conceito: finalidade, função, motivo, destinação primária e consideração secundária, propósito. Examinando-os, torna-se claro que *estes termos se agrupam em estruturas conceituais de referência inteiramente distintas*. Por vezes alguns deles — motivo, desígnio, propósito e finalidade, — claramente se referem às *explicitas finalidades dos representantes do Estado*. Outras vezes — motivos, consideração secundária — referem-se, *às finalidades da vítima do crime*. E ambos estes conjuntos de termos são por igual referidos às *antecipações subjetivas dos resultados do castigo*. Porém, o conceito de função inclui o ponto de vista do *observador*, não necessariamente o do participante. A função social se refere às *conseqüências objetivas observáveis*, e não às *disposições subjetivas* (propósitos, motivos, finalidades). É a falha em distinguir entre as conseqüências sociológicas objetivas e as disposições subjetivas, inevitavelmente conduz à confusão da análise funcional, como se pode perceber no seguinte excerto, (no qual também as palavras-chave são grifadas):

O extremo da irrealidade é atingido na apresentação das chamadas "funções" da família. Ouvimos dizer que a família realiza importantes funções na sociedade; proporciona a perpetuação da espécie e o treinamento dos jovens; preenche funções econômicas e religiosas, e assim por diante. Quase somos levados a acreditar que as **peçoas se casam e têm filhos porque** estão ansiosas em desempenhar essas funções necessárias. Na realidade, as pessoas se casam porque se enamoram, ou por outras razões menos românticas, porém, não menos pessoais. A **função** da família, a partir do ponto de vista dos indivíduos, é satisfazer seus desejos. A **função** da família ou de outra qualquer instituição social é simplesmente o uso que as pessoas dela fazem. As "funções" sociais são em sua maior parte racionalizações de práticas estabelecidas; nós agimos em primeiro lugar, explicamos depois; nós agimos por razões pessoais, e justificamos nosso comportamento por princípios sociais e éticos. Na medida em que essas **funções** das instituições tenham qualquer base real, devem-se afirmar em termos dos processos sociais nos quais as pessoas atuam, na tentativa de satisfazer seus desejos. As funções surgem da integração dos seres humanos concretos e das finalidades concretas. 10

9. Edwin H. Sutherland, *Principles of Criminology*, 3.a edição (Filadélfia: J. B. Lippincott, 1939), 349-350.

10. Willard Waller, *The Family*, (Nova Iorque: Cordon Company, 1938), 26.

Esta passagem é uma interessante mistura de pequenas ilhas de clareza, no meio de vasta confusão. Sempre que ela erradamente identifica motivos (subjetivos) com funções (objetivas), abandona uma tomada de posição funcional lúcida. Pois não é preciso admitir, como veremos, que os *motivos* para contrair matrimônio ("amor", "razões pessoais") são idênticos às *funções* desempenhadas pelas famílias (socialização da criança). Ademais, não é necessário admitir que as *razões* apresentadas pelas pessoas para justificarem seu comportamento, ("nós agimos por razões pessoais") sejam idênticas às conseqüências observadas de tais padrões de comportamento. A disposição subjetiva pode coincidir com a conseqüência objetiva, mas também pode não coincidir. As duas variam de modo independente. Contudo, quando se diz que as pessoas são levadas a se lançar em determinado comportamento que pode dar origem a funções (não necessariamente intencionadas), apresenta-se um escape para se sair do perturbado mar de confusões. 11

Esta breve apresentação de terminologias em competição e suas desafortunadas conseqüências pode servir-nos de guia em direção a esforços posteriores, para atingir a codificação dos conceitos de análise funcional. Evidentemente haverá muita ocasião para limitar o uso do conceito sociológico de "função", e haverá necessidade de se distinguir claramente entre categorias subjetivas de disposição, e categorias objetivas de conseqüências observadas. Se assim não fôr, a substância da orientação funcional poderá perder-se numa nuvem confusa de definições.

## POSTULADOS QUE PREVALECEM NA ANÁLISE FUNCIONAL

Principalmente, mas não somente em antropologia, os analistas funcionais têm adotado comumente três postulados interligados os quais, conforme agora sugeriremos, são discutíveis e desnecessários para a orientação funcional.

De modo substancial, tais postulados mantêm, em primeiro lugar, que as atividades padronizadas ou itens culturais, são funcionais para *todo* o sistema social ou cultural; em segundo lugar, que *todos* esses itens sociais e culturais preenchem funções sociológicas; e em terceiro, que tais itens são conseqüentemente *indispensáveis*. Embora estes três artigos de fé sejam vistos comumente apenas uns em companhia dos outros, seria

11. Estes dois exemplos de confusão entre motivo e função são tirados de um repositório facilmente acessível de materiais adicionais da mesma classe. Mesmo Radcliffe-Brown, que de costume evita esta prática, de vez em quando esquece de fazer a distinção. Por exemplo: "... a troca de presentes não servia à mesma **finalidade** que o comércio e o escambo em comunidades mais desenvolvidas. A **finalidade** que servia era uma finalidade moral. O **objeto** da troca de presentes era produzir um sentimento amistoso entre as duas pessoas afetadas e, se não servia para isso, fracassava em sua **finalidade**". O "objeto" da transação está visto do ponto de vista do observador, do participante ou dos dois? Veja-se A. R. Radcliffe-Brown, *The Andaman Islanders*, (Glencoe, Illinois: The Free Press, 1948), 84 [o grifo é nosso].

melhor que fossem examinados separadamente, desde que cada um deles dá origem a suas próprias dificuldades distintas.

#### Postulado da Unidade Funcional da Sociedade

É Radcliffe-Brown quem de modo característico estabelece esse postulado em termos explícitos:

A função de um uso social particular é a contribuição que ele faz para a vida social total, como se dá o funcionamento do sistema social total. Tal visão implica em que um sistema social (a estrutura social total de uma sociedade, juntamente com a totalidade dos usos sociais, no aspecto em que a estrutura aparece e naquele de que ela depende para sua existência continuada), tem uma certa espécie de unidade, a que podemos nos referir como unidade funcional. Podemos defini-la como uma condição na qual todas as partes do sistema social trabalham em conjunto com um grau suficiente de harmonia ou coerência interna, isto é, sem produzir conflitos persistentes, os quais não podem ser resolvidos nem regulados.<sup>12</sup>

Contudo, é importante notar que ele prossegue descrevendo essa noção de unidade funcional como uma hipótese que exige prova complementar.

Poderia a princípio parecer que Malinowski estava questionando a aceitabilidade empírica desse postulado, quando nota que "a escola sociológica" (na qual ele coloca Radcliffe-Brown) "exagerou a solidariedade social do homem primitivo", e "negligenciou o indivíduo".<sup>13</sup> Porém logo se torna aparente que Malinowski não abandona tal admissão dúbia, como ainda consegue acrescentar-lhe outra. Ele continua a falar de práticas e crenças padronizadas, como sendo funcionais "para a cultura como um todo", e prossegue admitindo que elas são também funcionais para cada membro da sociedade. Assim, referindo-se às crenças primitivas no sobrenatural, ele escreve:

Aqui a visão funcional é submetida à sua prova de fogo... E' obrigada a demonstrar de que maneira a crença e o rito trabalham para integração social, para a eficiência técnica e econômica, para a cultura como um todo, indiretamente, portanto, para o bem-estar biológico e mental de cada membro individual.<sup>14</sup>

Se a suposição não qualificada, isolada, é questionável, esta dupla suposição é duplamente questionável. Se os itens culturais, uniformemente preenchem funções para a sociedade visualizada como um sistema,

12. Radcliffe-Brown, "On the concept of function", op. cit., 397 [o grifo é nosso].

13. Ver Malinowski, "Anthropology", op. cit., 132 e "The group and the individual in functional analysis", *American Journal of Sociology*, 1939, 44, 938-64, pág. 939.

14. Malinowski, "Anthropology", op. cit., 135. Malinowski manteve este ponto de vista, sem mudança essencial, nos seus trabalhos posteriores. Entre estes, veja-se por exemplo, "The group and the individual in functional analysis", op. cit., 962-3: "...vemos que toda instituição contribui de uma parte para o funcionamento integral da comunidade como um todo, mas que também satisfaz as necessidades derivadas e básicas do indivíduo... todos os benefícios que acabamos de enumerar são desfrutados por cada membro individual". (o grifo é nosso).

e para todos os membros da sociedade, é presumivelmente uma questão empírica de fato, ao invés de constituir-se num axioma.

Kluckhohn evidentemente percebe o problema, visto que amplia as alternativas a fim de incluir a possibilidade ou de que as formas culturais "são ajustadas ou adaptativas... para os membros da sociedade ou para a sociedade considerada como uma unidade durável".<sup>15</sup> Este primeiro passo é necessário para que se permita a variação na unidade que é servida pela função imputada. Compelidos pela força da observação empírica, teremos ocasião de alargar a faixa da variação ainda mais, em relação a essa unidade.

Parece razoavelmente claro que a noção da unidade funcional não é um postulado fora do alcance das provas empíricas; muito ao contrário. O grau de integração é uma variável empírica,<sup>16</sup> mudando na mesma sociedade, de tempos a tempos, e diferindo entre sociedades diferentes. Que todas as sociedades humanas devam ter algum grau de integração, é assunto de definição e convida à interrogação. Porém, nem todas as sociedades têm aquele alto grau de integração no qual cada atividade ou crença culturalmente padronizada seja funcional em relação à sociedade como um todo, e uniformemente funcional para o povo que nela vive. Efetivamente, Radcliffe-Brown não precisaria olhar além do seu preferido reino de analogia, a fim de suspeitar da adequabilidade de sua admissão da unidade funcional. Pois encontramos variações significativas no grau de integração, mesmo entre organismos biológicos individuais, embora a admissão do senso comum nos contasse que aqui, seguramente, todas as partes do organismo trabalham em direção a uma finalidade "unificada". Considere-se somente isto:

Fácilmente se pode ver que existem organismos altamente integrados sob estreito controle do sistema nervoso, ou dos hormônios, dos quais a perda de qualquer parcela maior afetará fortemente todo o sistema, e freqüentemente causará a morte. Porém de outro lado, existem os organismos inferiores muito mais frouxamente correlacionados, nos quais a perda de mesmo uma grande parte do corpo causa somente um inconveniente temporário, durante a regeneração dos tecidos de substituição. Muitos desses animais organizados de modo mais frouxo são tão pobremente integrados, que as diferentes partes podem estar em oposição umas às outras. Assim, quando uma estrela-do-mar comum é colocada de costas, parte dos braços pode tentar virar o animal numa direção, enquanto que os outros trabalham para virá-lo na direção oposta... Como resultado de sua frouxa integração, a anêmona-do-mar pode mover-se do lugar e deixar uma porção de seu pé agarrando-se fortemente a uma rocha, de modo que o animal sofre séria ruptura.<sup>17</sup>

Se tal é verdadeiro com organismos isolados, poderia parecer a priori que o mesmo sucedesse com sistemas sociais complexos.

15. Kluckhohn, *Navaho Witchcraft*, 46b [o grifo é nosso].

16. A primeira revisão que fez Sorokin de teorias de unificação social, tem o mérito de não ter perdido de vista este fato importante. Veja-se "Forms and problems of culture-integration", por P. A. Sorokin, em *Rural Sociology*, 1936, 1, 121-41; 344-74.

17. G. H. Parker, *The Elementary Nervous System*, citado por W. C. Allee, *Animal Aggregation*, (University of Chicago Press, 1931), 81-82.

Não precisamos prosseguir muito longe neste campo, para demonstrar que o admitir-se a unidade funcional completa da sociedade humana é repetidamente contrário à realidade. Os usos ou sentimentos sociais podem ser funcionais para alguns grupos e não-funcionais para outros da mesma sociedade. Os antropólogos citam com frequência a "crescente solidariedade da comunidade", e "o crescente orgulho da família", como exemplos de sentimentos funcionalmente adaptativos. No entanto, conforme indicou Bateson<sup>18</sup> entre outros, um aumento de orgulho entre famílias individuais pode frequentemente servir para romper a solidariedade de uma pequena comunidade local. Não somente o postulado da unidade funcional é contrário aos fatos, como também tem pequeno valor heurístico, desde que ele distrai a atenção do analista em relação a possíveis conseqüências díspares de um dado item social ou cultural (uso, crença, padrão de comportamento, instituição) para diversos grupos sociais e para os membros individuais desses grupos.

Se o volume de observação e de realidade que nega a admissão da unidade funcional é tão grande e tão facilmente acessível como temos sugerido, é interessante perguntar como é que Radcliffe-Brown e outros que seguem sua orientação têm continuado a sustentar esta admissão. Uma pista possível é proporcionada pelo fato de que esta concepção, em suas recentes formulações, foi desenvolvida por *antropólogos* sociais, isto é, por homens que se ocupam de modo primacial com o estudo de sociedades ágrafas. Em vista do que Radin descreveu como "a natureza altamente integrada na maioria das civilizações aborígenes", esta admissão pode ser toleravelmente adequada para algumas, senão para todas as sociedades ágrafas. Contudo, paga-se excessiva penalidade intelectual por esta suposição, que possivelmente seja útil ao âmbito de pequenas sociedades letradas, para o das sociedades letradas, grandes, complexas e altamente diferenciadas. Talvez em nenhum outro campo os perigos de tal transferência de suposição se torne mais visível do que na análise funcional da religião. Este assunto merece um breve exame quando mais não seja devido ao fato de que ele exhibe em audacioso relêvo as idéias errôneas das quais nos tornamos herdeiros, quando adotamos simpaticamente esta suposição, sem uma filtragem completa.

*A Interpretação Funcional da Religião.* Ao examinar o preço pago pela transferência desta suposição tácita de uma unidade funcional do campo de grupos letrados relativamente pequenos e comprimidos para o campo de sociedades mais diferenciadas e talvez mais integradas, é útil considerar o trabalho dos sociólogos, particularmente daqueles que sejam ordinariamente sensíveis às suposições sobre as quais trabalham. Isto tem um interesse passageiro devido à sua influência sobre a questão mais geral de procurar, sem modificação apropriada, aplicar ao estudo das sociedades alfabetizadas, concepções desenvolvidas e amadurecidas no estudo das sociedades ágrafas. (A mesma questão essencial vale quanto à

18. Gregory Bateson, Naven, (Cambridge [Inglaterra] University Press, 1936), 31-32.

transferência de processos e técnicas de pesquisa, porém não é aqui que este assunto será tratado).

As grandes generalizações, não limitadas no espaço e no tempo, acerca das "funções integradoras da religião" são derivadas em grande parte, embora evidentemente não seu todo, de observações efetuadas em sociedades ágrafas. Não tem sido raro verificar que o cientista social adota implicitamente os achados relativos a tais sociedades e prossegue discorrendo prolixamente sobre as funções integradoras da religião *em geral*. Daí, há apenas um passo para que se façam afirmações como a seguinte:

A razão pela qual a religião é necessária está aparentemente manifestada no fato de que a sociedade humana alcança sua unidade primariamente através da posse, por seus membros, de certos valores finais e objetivos em comum. Embora tais valores e objetivos sejam de apreciação subjetiva, eles influenciam o comportamento, e sua integração capacita a sociedade a operar como um sistema.<sup>19</sup>

Numa sociedade extremamente avançada erguida sobre a tecnologia científica, a classe sacerdotal tende a perder importância, porque a tradição sagrada e o supernaturalismo caem para um segundo plano... [mas] Nenhuma sociedade tornou-se tão completamente secularizada a ponto de liquidar inteiramente a crença em finalidades transcendentais e entidades sobrenaturais. Mesmo numa sociedade secularizada algum sistema deve existir para a integração dos valores finais, para sua expressão ritualística, e para os ajustamentos emocionais exigidos pelo desengano, a morte e a desgraça.<sup>20</sup>

Partindo da orientação de Durkheim, que era baseada na sua maior parte sobre o estudo de sociedades letradas, estes autores tendem a isolar somente as conseqüências aparentemente integradoras da religião e a negligenciar suas conseqüências possivelmente desintegradoras *em certos tipos de estrutura social*. No entanto, considere-se a seguinte lista de fatos e interrogações: (1) Quando religiões diferentes coexistem na mesma sociedade, frequentemente ocorrem conflitos profundos entre os diversos grupos religiosos (considere-se apenas a enorme literatura acerca de conflitos inter-religiosos nas sociedades européias). Então, em que sentido a religião proporciona a integração "da" sociedade, nas numerosas sociedades multi-religiosas? (2) É clara a afirmação de que "a sociedade humana alcança sua unidade (na medida em que ela exiba tal unidade) primariamente através da posse por seus membros de certos valores e fins definitivos em comum". Porém, qual é a evidência a indicar que os grupos "não-religiosos", digamos, em nossa própria sociedade, subscrevam com menor frequência certos "valores e objetivos" comuns, do que os grupos devotados a doutrinas religiosas? (3) Em que sentido a religião favorece a integração da sociedade em geral, se o conteúdo de sua doutrina e de seus valores está em oposição ao conteúdo de outros valores não-religiosos, adotados por muitas pessoas na mesma sociedade? (Considere-se, por exemplo, o conflito entre a oposição da Igreja Cató-

19. Kingsley Davis e Wilbert E. Moore, "Some principles of stratification", *American Sociological Review*, abril de 1945, 10, 242-49, pág. 244 [o grifo é nosso].

20. *Ibid.*, 246 [o grifo é nosso].

lica à legislação referente ao trabalho das crianças, e os valores seculares de evitar a "exploração de jovens dependentes". Ou as avaliações contrastantes do controle de natalidade por diversos grupos religiosos de nossa sociedade).

Esta lista de fatos que são verdadeiros lugares-comuns, relativos ao papel da religião nas sociedades letradas contemporâneas, poderia ser grandemente ampliada, e elas são evidentemente bem conhecidas daqueles antropólogos e sociólogos funcionais que descrevem a religião como integradora, sem limitar o alcance das estruturas sociais nas quais tal efeito efetivamente se dá. Pelo menos é concebível que uma orientação teórica, derivada da pesquisa realizada em sociedades ágrafas, tenha servido para obscurecer dados de outro modo conspícuos, relativos ao papel funcional da religião nas sociedades multi-religiosas. Talvez seja a transferência da suposição da unidade funcional a responsável pela eliminação de toda a história das guerras de religião, da Inquisição (a qual meteu o bedelho em uma sociedade após outra) e dos conflitos sangrentos entre grupos religiosos. Pois o fato é que todo este material abundantemente conhecido é ignorado em favor de ilustrações extraídas do estudo da religião em sociedades ágrafas. E ainda há mais um fato chocante naquele trabalho acima citado, que prossegue, afirmando que "a religião proporciona a integração em termos de sentimentos, crenças e ritos", e que nenhuma referência sequer faz ao papel possivelmente divisor da religião.

Tais análises funcionais podem significar, evidentemente, que a religião proporciona a integração daqueles que acreditam nos *mesmos* valores religiosos; porém, é improvável que seja isto o que se tinha em mente, porque equivaleria meramente afirmar que toda coincidência sobre qualquer tábua de valores, produz a integração.

Além do mais, isso ilustra também o perigo de tomar a admissão da unidade funcional, a qual *pode* ser uma razoável aproximação para algumas sociedades ágrafas, como parte de um modelo implícito para a análise funcional *generalizada*. Tipicamente, nas sociedades ágrafas, há apenas um sistema religioso predominante, de modo que, à parte os desvios individuais, a filiação da sociedade total e a filiação da comunidade religiosa são virtualmente coexistentes. Obviamente, neste tipo de estrutura social, uma escala comum de valores religiosos pode ter como *uma* de suas conseqüências o reforço de sentimentos comuns e da integração social. Porém, isto não se presta facilmente a uma generalização que se possa defender para outros tipos de sociedade.

Teremos ocasião de voltar a outras conseqüências teóricas da análise funcional atual da religião, porém, no momento, isto pode ilustrar os perigos que herdamos ao adotar o postulado não qualificado da unidade funcional. Esta unidade da sociedade total não pode afirmar-se com proveito antes da observação. É questão de fato e não matéria de opinião. A estrutura teórica da análise funcional deve exigir expressamen-

te que haja *especificação* das *unidades* para as quais seja funcional um dado item social ou cultural. Ela deve conceder que um determinado item tenha diversas conseqüências, funcionais e disfuncionais, para indivíduos, para subgrupos, e para a estrutura e cultura social mais amplas.

#### Postulado do Funcionalismo Universal

Do modo mais sucinto, este postulado afirma que todas as formas sociais ou culturais, padronizadas, têm funções positivas. Como em outros aspectos da concepção funcional, Malinowski formula este em sua forma mais extrema:

"O conceito funcional da cultura insiste, portanto, sobre o princípio de que em cada tipo de civilização, cada costume, objeto material, idéia e crença preenche alguma função vital...<sup>21</sup>

Como temos visto, embora Kluckhohn faça concessões à variação na unidade servida por uma forma cultural, ele se une com Malinowski ao postular o valor funcional para todas as formas sobreviventes de cultura. ("Meu postulado básico... é que *nenhuma* forma de cultura sobreviva em algum sentido..."<sup>22</sup>) Este funcionalismo universal pode ser ou não um postulado heurístico; isto fica para ser verificado. Porém devemos estar preparados para determinar se ele também desvia a atenção crítica de uma variedade de conseqüências não-funcionais de formas culturais existentes.

De fato, quando Kluckhohn procura ilustrar sua afirmação mediante a atribuição de "funções" a itens que aparentemente não as têm, ele volta a um tipo de função que deveria ser encontrada, *por definição* ao invés de por investigação, servida por todos os itens persistentes da cultura. Assim, ele sugere que:

Os botões das mangas de uma roupa européia de homem, presentemente inúteis do ponto de vista mecânico, desempenham a "função" de preservar o familiar, de manter uma tradição. As pessoas se sentem, em geral, mais confortáveis, quando se tornam cónscias de uma continuidade de comportamento, se consideram como seguidoras das formas de comportamento ortodoxas e socialmente aprovadas.<sup>23</sup>

Isto pareceria representar o caso marginal em que a imputação de funções pouco ou nada acrescenta à descrição direta do padrão de cultura ou forma de comportamento. Pode-se bem admitir que todos os elementos *estabelecidos* de cultura (os quais são frouxamente descritos como "tradição") têm a função mínima, embora não exclusiva, de "preservar o familiar, de manter uma tradição". Isto equivale a dizer que a "função" do conformismo com *qualquer* prática estabelecida é habilitar o conformista a evitar as sanções em que incorreria ao se desviar da prática con-

21. Malinowski, "Anthropology", op. cit., 132 [o grifo, que é nosso, talvez seja supérfluo, em vista da linguagem enérgica do original].

22. Kluckhohn, *Navaho Witchcraft*, 46 [o grifo é nosso].

23. *Ibid.*, 47.

sagrada. Isto é sem dúvida verdadeiro, porém pouco esclarecedor. Contudo, serve para nos fazer recordar que teremos que explorar os *tipos de funções* que o sociólogo pressupõe. No momento, isto sugere a suposição provisória de que, embora qualquer manifestação de cultura ou de estrutura social possa ter funções, é prematuro sustentar inequivocamente que cada uma de tais manifestações *deva* ser funcional.

O postulado do funcionalismo universal, evidentemente, é o produto da feroz, estéril e arrastada controvérsia acerca dos "sobreviventes", que grassava entre os antropólogos durante a primeira parte do século. A noção de uma sobrevivência social, isto é, nas palavras de Rivers, de "um costume... (que) não pode ser explicado pela sua utilidade atual, porém somente se torna inteligível através de sua história passada,"<sup>24</sup> data pelo menos do tempo de Tucídides. Mas, quando as teorias evolucionistas da cultura se tornaram proeminentes, o conceito da sobrevivência pareceu muito mais estrategicamente importante para reconstruir os "estágios de desenvolvimento" das culturas, particularmente para as sociedades ágrafas, as quais não possuíam nenhum registro escrito. Para os funcionalistas que desejavam afastar-se de algo que consideravam como a "história" usualmente fragmentária e freqüentemente conjectural das sociedades ágrafas, o ataque sobre a noção da sobrevivência tomou todo o simbolismo de um ataque sobre o total e repugnante sistema do pensamento evolucionista. Talvez, em consequência, eles reagiram de modo extremado contra este conceito central da teoria evolucionista e ofereceram um "postulado" igualmente exagerado, segundo o qual "todo e qualquer costume (em qualquer lugar)... preenche alguma função vital".

Seria lamentável deixar que as polêmicas de nossos antepassados antropólogos criassem esplêndidos exageros no presente. Uma vez descobertas, catalogadas e estudadas, as sobrevivências sociais não podem ser exorcizadas por um postulado. E se não podem apresentar nenhum espécime de tais sobrevivências, então a discussão se extingue por si mesma. Além do mais, pode-se dizer que mesmo quando tais sobrevivências possam ser identificadas nas sociedades letradas contemporâneas, elas parecem pouco acrescentar ao nosso entendimento do comportamento humano ou da dinâmica das mudanças sociais. Não necessitando do duvidoso papel de pobres substitutos da história escrita, o sociólogo das sociedades letradas pode negligenciar as sobrevivências sem nenhuma perda aparente. Porém, ele não precisa ser impelido por uma controvérsia arcaica e irrelevante a adotar o postulado irrestrito, de que todas as manifestações culturais exercem funções vitais, pois isto também é um problema de investigação e não uma conclusão que se antepõe a ela.

24. W. H. R. Rivers, "Survival in sociology", *The Sociological Review*, 1913, 6, 293-305. Veja-se também E. B. Tylor, *Primitive Culture*. (Nova Iorque, 1874), especialmente I. 70-159; e, para uma revisão mais recente da matéria, Lowie, *The History of Ethnological Theory*, 44 e segs., 81 e seg. Uma exposição inteligente e moderada do problema pode ser encontrada em Emile Durkheim, *Rules of Sociological Method*, Capítulo 5, especialmente na pág. 91.

Muito mais útil como uma orientação à pesquisa, poderia ser a admissão provisória de que as formas persistentes têm *um saldo líquido de consequências funcionais* tanto para a sociedade considerada como unidade, quanto para subgrupos suficientemente poderosos para que possam reter intatas essas formas, através de coerção direta ou persuasão indireta. Essa formulação evita imediatamente a tendência da análise funcional no sentido de concentrar-se sobre funções positivas e dirige, ao mesmo tempo, a atenção do pesquisador a outros tipos de consequências.

#### Postulado da Indispensabilidade

O último deste trio de postulados, comuns entre os cientistas sociais funcionais, é o mais ambíguo em alguns aspectos. A ambigüidade torna-se evidente na declaração de Malinowski já mencionada, segundo a qual

em cada tipo de civilização, cada costume, objeto material, idéia e crença preenche alguma função vital, tem alguma tarefa a cumprir, representa uma parte indispensável dentro de um todo que funciona.<sup>25</sup>

Nesta passagem, não é de todo claro se ele afirma a indispensabilidade da *função*, ou da *coisa* (costumes, objeto, idéia, crença) que preenche a função, ou de *ambas*.

Esta ambigüidade é bastante comum na literatura. Assim, os anteriormente citados Davis e Moore relatam o papel da religião, parecendo a princípio sustentar que o indispensável é a *instituição*. "A razão pela qual a religião é necessária...", "...a religião... desempenha um papel único e indispensável na sociedade".<sup>26</sup> Porém, logo se evidencia que não é tanto a religião que é considerada como indispensável, mas ao invés disso, as funções de que a religião é tipicamente encarregada de realizar. Para Davis e Moore, a religião é considerada como indispensável somente na extensão em que ela funciona, a fim de fazer os membros de uma sociedade adotarem "certos valores e fins definitivos em comum". Acrescenta-se que tais valores e fins,

devem... parecer aos membros da sociedade como tendo alguma realidade e que é papel da crença religiosa e do ritual fornecer essa aparência da realidade. Através do rito e da crença, os valores e objetivos comuns são ligados a um mundo imaginário, simbolizado pelos objetos sagrados concretos, mundo este que por sua vez é relacionado de maneira significativa aos fatos e dificuldades da vida do indivíduo. Através da veneração dos objetos sagrados e das entidades que eles simbolizam, da aceitação das *prescrições sobrenaturais* que ao mesmo tempo constituem códigos de comportamento, exerce-se um poderoso controle sobre a conduta humana, guiando-a ao longo de linhas que sustentam a estrutura institucional e que são conformes aos fins e valores definitivos.<sup>27</sup>

25. Malinowski, "Anthropology", *op. cit.*, 132 [o grifo é nosso].

26. Kingsley Davis e Wilbert E. Moore, *op. cit.*, 244, 246. Veja-se a revisão mais recente deste assunto por Davis em sua introdução à obra de W. J. Goode, *Religion Among the Primitives*, (Glencoe, Illinois: The Free Press, 1951) e as instrutivas interpretações funcionais que se encontram nesse volume.

27. *Ibid.*, 244-45 (o grifo é nosso).

Então, a alegada indispensabilidade da religião é baseada na admissão do fato de que é *unicamente* através do "culto" e das "prescrições sobrenaturais" que pode ser alcançado o mínimo necessário de "controle sobre a conduta humana" e a "integração em termos de sentimentos e crenças".

Resumindo, o postulado da indispensabilidade, tal como é comumente afirmado, contém duas asserções relacionadas, porém distinguíveis. Primeiro, supõe-se que haja certas *funções* que são indispensáveis no sentido de que, a menos que não sejam realizadas, a sociedade (o grupo ou o indivíduo) não persistirá. Isto, então, exprime um conceito de *pré-requisitos funcionais*, ou *precondições funcionalmente necessárias* a uma sociedade (teremos ocasião de examinar este conceito com alguns detalhes). Segundo, e isto é assunto bastante diverso, admite-se que *certas formas culturais ou sociais* são indispensáveis para preencher cada uma dessas funções. Isto implica um conceito de estruturas especializadas e insubstituíveis, e dá origem a toda espécie de dificuldades teóricas. Pois, não só pode se demonstrar isto como sendo manifestamente contrário aos fatos, mas também acarreta diversas suposições subsidiárias, as quais têm afetado a análise funcional desde seu início. Isto desvia a atenção do fato de que as estruturas sociais alternativas (e as formas culturais) têm servido, sob condições a serem examinadas, às funções necessárias à persistência dos grupos. Prosseguindo, devemos estabelecer um teorema básico da análise funcional; *tal como a mesma coisa pode ter múltiplas funções, assim pode a mesma função ser diversamente preenchida por coisas diferentes*. As necessidades funcionais são aqui tomadas como permissivas, ao invés de determinantes das estruturas sociais específicas. Ou, em outras palavras, há uma margem de variação nas estruturas que preenchem a função em questão. (Os limites dessa margem de variação envolvem o conceito de coerção estrutural, do qual trataremos mais detidamente a seguir).

Contrastando com este conceito implícito de formas culturais indispensáveis (instituições, práticas padronizadas, sistemas de crença etc.), há então, o conceito de *alternativas funcionais*, ou *equivalentes funcionais*, ou *substitutos funcionais*. Este conceito é amplamente reconhecido e usado, mas é necessário observar que ele não pode apoiar-se confortavelmente sobre o mesmo sistema teórico que acarreta o postulado da indispensabilidade de formas culturais particulares. Assim, depois de haver revisto a teoria de Malinowski, da "necessidade funcional de mecanismos, tais como a magia", Parsons tem o cuidado de fazer a seguinte afirmação:

... Sempre que tais elementos de incerteza entrem a procurar objetivos emocionalmente importantes, pode-se esperar que apareçam, se não a magia, outros fenômenos **funcionalmente equivalentes**.<sup>28</sup>

28. Talcott Parsons, *Essays in Sociological Theory, Pure and Applied*, (Glencoe, Illinois: The Free Press, 1949), 58.

Isto é um grande afastamento da insistência do próprio Malinowski, de que:

Assim, pois, a magia preenche uma função indispensável dentro da cultura. Ela satisfaz uma necessidade definida, a qual não pode ser satisfeita por quaisquer outros fatores da civilização primitiva.<sup>29</sup>

Este duplo conceito da função indispensável e do padrão insubstituível de crença-e-ação frontalmente exclui o conceito das alternativas funcionais.

De fato, o conceito das alternativas ou equivalentes funcionais tem emergido repentinamente em cada disciplina que adotou uma estrutura funcional de análise. Por exemplo, é extensamente usada nas ciências psicológicas, tal como é indicado num trabalho de English.<sup>30</sup> E na neurologia, Lashley tem indicado, baseando-se em evidências experimentais e clínicas, a inadequação da "suposição de que os neurônios individuais são especializados para funções particulares", sustentando, ao contrário, que uma função particular pode ser preenchida por uma variedade de estruturas alternativas.<sup>31</sup>

A sociologia e a antropologia social têm o melhor motivo para evitar o postulado da indispensabilidade de certas estruturas, e para trabalhar sistematicamente com o conceito das alternativas funcionais e dos substitutos funcionais. Pois, assim como os leigos há muito têm errado ao admitir que os costumes "estranhos" e crenças de outras sociedades eram "meras superstições", assim os cientistas sociais funcionais correm o risco de errar no extremo oposto, primeiro, sendo superficiais na determinação de valores funcionais ou adaptativos em tais práticas e crenças, e segundo, deixando de ver quais modos alternativos de ação são eliminados agarrando-se a essas práticas ostensivamente funcionais. Assim, não raramente se encontra entre os funcionalistas a pretensão em concluir que a magia ou certos ritos religiosos e crenças, sejam funcionais, devido a seu efeito sobre o estado de espírito ou autoconfiança do crente. No entanto, pode-se dar em alguns exemplos, que essas práticas de magia obscureçam e tomem o lugar de práticas seculares acessíveis e mais adaptativas. Conforme F. L. Wells observou:

Pregar uma ferradura acima da porta, numa epidemia de varíola, pode erguer o moral dos habitantes da casa mas não afastará a varíola; tais crenças e práticas não suportarão as provas científicas às quais são suscetíveis, e o senso de segurança que elas dão é preservado apenas enquanto as provas verdadeiras são evitadas.<sup>32</sup>

29. Malinowski, "Anthropology", *op. cit.*, 136, [o grifo é nosso].

30. Horace B. English, "Symbolic versus functional equivalents in the neuroses of deprivation", *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 1937, 32, 392-94.

31. K. S. Lashley, "Basic neural mechanisms in behavior", *Psychological Review*, 1930, 37, 1-24.

32. F. L. Wells, "Social maladjustments: adaptive regression", em Carl A. Murchison, editor, *Handbook of Social Psychology*, (Clark University Press, 1935), 880. A observação de Wells está muito longe de ser antiquada. Até a década de 1930, a varíola "não podia ser evitada" nos Estados de Idaho, Wyoming e Montana, os quais, não tendo leis

Os funcionalistas que estão obrigados, por sua teoria, a esperar os efeitos de tais práticas simbólicas, *sòmente* sòbre o estado de espírito do individuo, e que, portanto, concluem que a prática mágica é funcional, desprezam o fato de que estas mesmas práticas podem ocasionalmente tomar o lugar de alternativas mais eficazes.<sup>33</sup> E os teóricos que se referem à indispensabilidade das práticas padronizadas ou das instituições predominantes, devido à sua função observada de reforçar os sentimentos comuns, deverão olhar primeiramente os substitutos funcionais, antes de chegar a uma conclusão, mais freqüentemente prematura do que confirmada.

Após a revisão dessa trindade de postulados funcionais, emergem diversas considerações básicas, as quais devem ser fixadas em nosso esforço de codificar este modo da análise. Esmiuçando, em primeiro lugar, o *postulado da unidade funcional*, encontramos que não se pode admitir a completa integração de tôdas as sociedades, mas que esta é uma questão de fato, empírica, na qual devíamos estar preparados a encontrar uma escala de graus de integração. E ao examinarmos o caso especial das interpretações funcionais da religião, estivemos prevenidos da possibilidade de que, embora a natureza humana possa ser feita de uma só peça, não se segue que a estrutura das sociedades ágrafas seja uniformemente semelhante à das sociedades altamente diferenciadas, e "letradas". Uma diferença em grau entre as duas — por exemplo, a existência de diversas religiões díspares em uma e não na outra — pode tornar aventurosa a passagem entre ambas. De um exame crítico de tal postulado, verificou-se que uma teoria da análise funcional deve provocar a *especificação* das unidades sociais servidas por dadas fun-

para a vacina obrigatória, podiam jactar-se de ter uns 4.300 casos de varíola num período de cinco anos, ao passo que os Estados mais populosos de Massachusetts, Pennsylvania e Rhode Island, que dispunham de leis de vacina obrigatória, não tiveram nem um só caso dessa enfermidade. No que se refere às insuficiências do "senso comum" nesses assuntos, veja-se *The Patient's Dilemma*, por Hugh Cabot (Nova Iorque: Reynal & Hitchcock, 1940), 166-67.

33. Talvez se deva salientar que esta afirmação é feita com pleno conhecimento da observação de Malinowski, segundo a qual os trobriandeses não substituíram suas crenças e práticas mágicas pela aplicação da tecnologia racional. Continua de pé o problema da avaliação do grau em que o desenvolvimento tecnológico é retardado pelo fato de que certas comunidades dependem, até certo ponto, da magia, para lidar com a "margem de incerteza". Esta zona de incerteza provavelmente não é fixa, mas está relacionada com a tecnologia de que se dispõe. Os ritos destinados a regular o tempo, por exemplo, podem facilmente absorver as energias dos homens que, de outra maneira, poderiam reduzir essa "zona de incerteza", atendendo aos progressos dos conhecimentos meteorológicos. Cada caso deve ser julgado de per si. Aqui nos referimos apenas à tendência crescente entre os antropólogos sociais e os sociólogos a limitar-se aos efeitos "morais" observados, provenientes de práticas sem fundamento racional nem empírico e a renunciar à análise das alternativas que poderiam ser utilizáveis em determinada situação, se a orientação para "o transcendental" e "o simbólico" não enfocasse a atenção sòbre outras matérias. Finalmente, é de se esperar que tudo isto não seja interpretado como um retorno ao racionalismo, às vèzes, ingênuo do "Século das Luzes" (século XVIII, em que se desenvolveu na Europa um movimento filosófico e social caracterizado pelo racionalismo). [A explicação entre parêntese é do tradutor].

ções sociais, e que se deve reconhecer que os itens de cultura têm múltiplas conseqüências, algumas delas funcionais e outras, talvez, disfuncionais.

A revisão do segundo *postulado do funcionalismo universal*, que assevera serem tôdas as formas persistentes de cultura inevitavelmente funcionais, resultou em outras considerações que devem ser satisfeitas por uma abordagem codificada em relação à interpretação funcional. Parece que não só devemos estar preparados para encontrarmos conseqüências funcionais, como disfuncionais dessas formas, assim também como o teórico será, ao final, confrontado com o difícil problema de desenvolver um órgão que possa avaliar o saldo líquido das conseqüências, se é que sua pesquisa deva ser aplicável à tecnologia social. De maneira clara, o conselho dos peritos, baseado apenas sòbre a avaliação de uma escala de conseqüências, limitada e talvez arbitrariamente selecionada, a ser antecipada como resultado de uma ação contemplada, será freqüentemente sujeito a erros e será julgado, com razão, como de pouco mérito.

O *postulado da indispensabilidade*, segundo verificamos, acarretava duas proposições distintas: uma, que alega a indispensabilidade de certas funções e dá origem ao conceito da *necessidade funcional ou dos pré-requisitos funcionais*, a outra, que alega a indispensabilidade das instituições sociais existentes, das formas de cultura, ou semelhantes, e isto, quando discutido adequadamente, dá origem ao conceito de *alternativas funcionais, equivalentes ou substitutos funcionais*.

Além do mais, a circulação destes três postulados, separadamente ou em harmonia, é a fonte da apreciação comum, de que a análise funcional inevitavelmente envolve certos compromissos ideológicos. Uma vez que esta é uma questão que repetidamente virá ao pensamento à medida que se examinarem as concepções ulteriores da análise funcional, será melhor examiná-la desde já, se quisermos que a nossa atenção não seja repetidamente afastada dos problemas analíticos em estudo pelo espectro de uma ciência social manchada de ideologia.

## A ANÁLISE FUNCIONAL COMO IDEOLOGIA

### *A Análise Funcional como Elemento Conservador*

Em muitos setores, e com crescente insistência, tem-se afirmado que, qualquer que seja o valor intelectual da análise funcional, ela é inevitavelmente comprometida com uma perspectiva "conservadora" (e mesmo "reacionária"). Para alguns desses críticos, a análise funcional é pouco mais do que uma versão hodierna, da doutrina surgida no século XVII, afirmando a identidade invariável entre os interesses públicos e particulares. Ela é considerada como uma versão secularizada da doutrina estabelecida por Adam Smith, por exemplo, quando, na sua *Theory of Moral Sentiments*, escreveu acêrca da "ordem harmoniosa da Natureza, sob orientação divina, a qual promove o bem-estar do homem

através da ação de suas propensões individuais".<sup>34</sup> Assim, dizem tais críticos, a teoria funcional é meramente a orientação do cientista social conservador, que defenderia a presente ordem de coisas assim como ela é, e que atacaria a conveniência de se fazerem mudanças embora moderadas. Sob este ponto de vista, o analista funcional sistematicamente ignora a advertência de Tocqueville, de não confundir o familiar com o necessário: "... aquilo que chamamos de instituições necessárias, são freqüentemente apenas as instituições às quais nos acostumamos..." Fica por demonstrar que análise inevitavelmente cai, presa dessa ilusão atraente; mas, tendo revisado o postulado da indispensabilidade, podemos bem apreciar que este postulado, se fôr adotado, poderá facilmente dar origem a tal acusação ideológica. Myrdal é um dos que mais recentemente e não de maneira menos típica, entre os críticos, argüi a inevitabilidade de uma inclinação conservadora na análise funcional:

... se uma coisa tem uma "função", ela é boa, ou pelo menos essencial.\* A palavra "função" somente pode ter um significado, em termos de uma imposta finalidade;\*\* se tal finalidade é deixada indefinida ou implícita, como sendo o "interesse da sociedade", o qual não é ulteriormente definido, \*\*\* deixa-se uma considerável folga para a arbitrariedade, na consequência prática, porém já se dá a direção principal: uma descrição das instituições sociais, em termos de suas funções, necessariamente conduzirá a uma teleologia conservadora".<sup>35</sup>

As notas de Myrdal são instrutivas, menos por sua conclusão do que por suas premissas, pois, conforme temos observado, ele se apóia em dois postulados tão freqüentemente adotados por analistas funcionais, para chegar à acusação irrestrita que aquêle que descreve as instituições em termos de funções, está, inevitavelmente, entregue a "uma teleologia conservadora". Porém, em nenhuma passagem Myrdal desafia a inevitabilidade dos postulados em si mesmos. Será interessante perguntar como serão inevitáveis os postulados, quando o perquiridor escapou das premissas.

De fato, se a análise funcional na sociologia fôsse comprometida com a teleologia, ou pelo menos com a teleologia conservadora, ela tornar-se-ia logo sujeita, e aliás, adequadamente, a acusações ainda mais rudes que essas. Tal como tem acontecido com tanta freqüência com a teleologia na história do pensamento humano, ela seria submetida a uma *reductio ad absurdum*. O analista funcional poderia, então, enfrentar o destino de Sócrates (embora não pela mesma razão) que sugeriu ter Deus colocado nossa boca logo abaixo do nariz, a fim de que pudéssemos go-

34. Jacob Viner, "Adam Smith and Laissez Faire", *Journal of Political Economy*, 1937, 35, 206.

\* Deve-se admitir que Myrdal aceita gratuitamente a teoria da indispensabilidade como intrínseca a toda análise funcional.

\*\* Isto, como vimos, não somente é gratuito, como falso.

\*\*\* Aqui, Myrdal assinala apropriadamente o postulado vago e duvidoso da unidade funcional.

35. Gunnar Myrdal, *An American Dilemma* (Nova Iorque: Harper & Brothers, 1944) II, 1056 [grifos e observações são nossos].

zar do cheiro de nossos alimentos.<sup>36</sup> Ou, de maneira semelhante aos teólogos cristãos baseados no argumento do desígnio, êle poderia ser logrado por um Benjamin Franklin, o qual demonstrava que evidentemente Deus "queria que nós bebericássemos, pois êle fez as juntas do braço justamente do comprimento necessário para levarmos um copo à boca, sem ultrapassar do alvo ou deixar de atingi-lo: "Adoremos, pois, de copo na mão, a esta benevolente sabedoria; adoremos, e bebamos".<sup>37</sup> Ou êle poderia estar disposto a declarações mais sérias, como a de Michelet quando observava "quão belo tudo que é disposto pela Natureza. Logo que a criança chega a este mundo, encontra uma mãe que está pronta para cuidar dela".<sup>38</sup> De maneira semelhante a qualquer outro sistema de pensamento, que se limite com a teleologia, embora evite atravessar a fronteira daquele estranho e improdutivo território, a análise funcional em sociologia é ameaçada por uma redução ao absurdo, desde que adote o postulado de que tôdas as estruturas sociais são indispensáveis ao preenchimento de necessidades funcionais notórias.

#### A Análise Funcional como Elemento Radical

É muito interessante observar que outros autores têm chegado a conclusões exatamente opostas à acusação de que a análise funcional esteja intrinsecamente comprometida com o conceito de que tudo o que existe é bom e de que este mundo é, na verdade, o melhor dos mundos possíveis. Estes observadores, LaPiere por exemplo, sugerem que a análise funcional seja uma abordagem inerentemente crítica na perspectiva, e pragmática no julgamento:

Há... uma significação mais profunda do que poderia parecer à primeira vista, na passagem da descrição estrutural para a análise funcional, nas ciências sociais. Esta passagem representa uma ruptura com o absolutismo social e o moralismo da Teologia cristã. Se o aspecto importante de qualquer estrutura social é o de suas funções, segue-se que nenhuma estrutura pode ser julgada unicamente em termos de estruturas. Na prática isto significa, por exemplo, que o sistema de família patriarcal é coletivamente valioso, unicamente só e na extensão em que funcione atingindo a satisfação das finalidades coletivas. Como estrutura social, não tem nenhum valor intrínseco, uma vez que seu valor funcional variará de tempos em tempos e de lugar para lugar.

O ponto de vista funcional aplicado ao comportamento coletivo, sem dúvida, afrontara todos aqueles que acreditam que as estruturas sociopsicológicas tenham valores intrínsecos. Assim, para aqueles que acreditam que o ritual eclesástico é bom, porque é um ritual eclesástico, a afirmação de que algumas cerimônias eclesásticas são apenas movimentos formais, vazios de significação religiosa, e que outros são funcionalmente comparáveis a representações teatrais, e que ainda outros são uma forma de festança e, portanto, são comparáveis a uma orgia de bêbados, será uma afronta ao senso comum, um ataque à integridade das pessoas decentes, ou, pelo menos, os desvarios de um pobre louco.<sup>39</sup>

36. Farrington tece algumas outras observações muito interessantes sobre pseudoteleologia em sua obra *Science in Antiquity* (Londres: T. Butterworth, 1936), 160.

37. Trecho de uma carta de Franklin ao padre Morellet, extraído das *Memórias* deste último por Dixon Wecter, *The Hero in America* (Nova Iorque: Scribner, 1941), 53-54.

38. Foi Sigmund Freud que colheu esta observação em *A Mulher*, de Michelet.

39. Richard LaPiere, *Collective Behavior*, (Nova Iorque: McGraw-Hill, 1938), 55-56 [o grifo é nosso].

O fato de que a análise funcional pode ser encarada por alguns como inerentemente conservadora, e por outros como intrinsecamente radical, sugere que talvez ela não seja *inerentemente* uma coisa, nem outra. Sugere que a análise funcional pode não implicar em nenhum compromisso ideológico *intrinseco*, embora, como outras formas de análise sociológica, ela possa estar imbuída de uma extensa variedade de valores ideológicos. Ora, não é esta a primeira vez que se atribuem significações ideológicas diametralmente opostas a uma orientação teórica da ciência social ou da filosofia social. Portanto, pode ser útil examinar um dos mais notáveis exemplos no qual uma concepção sociológica e metodológica tenha sido objeto das mais variadas imputações ideológicas e comparar este exemplo, na medida do possível, com o caso da análise funcional. O exemplo de comparação é o do materialismo dialético. Seus porta-vozes são os historiadores da economia, filósofos sociais e revolucionários profissionais, Karl Marx e seu íntimo amigo e colaborador Friedrich Engels.

#### As Orientações Ideológicas do Materialismo Dialético

1. "A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel, de modo algum impede de ser o primeiro a apresentar sua forma geral de funcionamento, de maneira compreensiva e consciente.

Com ele, ela está de cabeça para baixo. Ela poderá ser novamente colocada direito, se for descoberta a parte central racional dentro da concha mística.

2. "Em sua forma mistificada a dialética tornou-se moda na Alemanha, porque pareceu transfigurar e glorificar o estado de coisas existente.

3. "Em sua forma racional é um escândalo e uma abominação para a burguesia e seus professores doutrinários, porque abrange em seu reconhecimento compreensivo e afirmativo do estado de coisas existente, também ao mesmo tempo o reconhecimento da negação daquele estado [de coisas], de sua inevitável ruptura;

#### As Orientações Ideológicas comparáveis, da Análise Funcional

1. Alguns analistas funcionais, gratuitamente, admitiram que todas as estruturas sociais existentes preenchem funções sociais indispensáveis. Isto é pura fé, misticismo, se assim o quiserem, em vez de ser o produto final de uma inquirição sustentada e sistemática. É preciso ganhar o postulado, e não herdá-lo, se é que ele deva conquistar a aceitação dos homens da ciência social.

2. Os três postulados: unidade funcional, universalidade e indispensabilidade, compreendem um sistema de premissas, as quais inevitavelmente conduzem a uma glorificação do estado de coisas existente.

3. Em suas formas mais empiricamente orientadas e analiticamente precisas, a análise funcional é freqüentemente encarada com suspeição por aqueles que consideram uma estrutura social existente como eternamente fixada e imune à mudança. Esta forma de análise funcional mais minuciosa abrange não só um estado das funções das estruturas sociais existentes, mas também um estudo de suas disfunções em relação aos indivíduos diversamente situados, aos subgrupos ou estratificações sociais, e à sociedade considerada em sua maior extensão. Admite provisoriamente, como veremos, que quando o saldo líquido do agregado de conseqüências de uma estrutura social existente é clara-

mente disfuncional, desenvolve-se forte e insistente pressão para a mudança. Aqui embora isto ainda tenha que ser comprovado, é possível que, para além de um certo ponto, esta pressão provocará inevitavelmente rumos mais ou menos determinados de mudança social.

4. "porque ela considera cada forma desenvolvida historicamente como em movimento fluido, e, portanto, leva em conta sua natureza transitória, não menos que sua existência momentânea; porque ela não permite que nada se lhe imponha e é, em sua essência, crítica e revolucionária." 40.

4. Embora a análise funcional haja focalizado com freqüência a estática da estrutura social em vez da dinâmica da mudança social, tal aqui não é intrinseco a esse sistema de análise. Apontando as funções, ao mesmo tempo que as disfunções, este modo de análise pode avaliar não só as bases da estabilidade social como também as fontes potenciais da mudança social. A frase "formas historicamente desenvolvidas" pode ser lembrete útil de que as estruturas sociais estão tipicamente sofrendo uma mudança perceptível. Resta descobrir as pressões que favorecem vários tipos de mudança. Na medida em que a análise funcional focalize inteiramente as conseqüências funcionais, ela se inclina a uma ideologia ultraconservadora; na medida em que ela focalize inteiramente as conseqüências disfuncionais, inclina-se em direção a uma utopia ultra-radical. "Em sua essência", não é uma coisa nem outra.

5. "... todas as situações históricas sucessivas são apenas estágios transitórios, no infindável caminho do desenvolvimento da sociedade humana, da forma inferior para a superior. Cada estágio é necessário, e, portanto, justificado para o tempo e condições aos quais deve sua origem."

5. Reconhecendo, como o devem fazer, que as estruturas sociais estão em permanente mudança, os analistas sociais devem, não obstante, explorar os elementos interdependentes e com freqüência mutuamente apoiadores, da estrutura social. De modo geral, parece que a maior parte das sociedades são integradas ao ponto em que muitos, senão todos, dos seus elementos, estejam reciprocamente ajustados. As estruturas sociais não possuem um sortimento de atributos tomado ao acaso, mas tais atributos estão entrelaçados de várias maneiras, e com freqüência se apoiam mutuamente. Reconhecer isso, não é adotar uma afirmação indiscriminada de todo status quo; deixar de reconhecer isso, é succumbir às tentações de utopismo radical.

6. "Mas nas mais novas e mais altas condições que gradualmente se desenvol-

6. As tensões e os esforços numa estrutura social, que se acumulam como con-

40. Até aqui, o trecho está citado sem supressões, nem acréscimos e somente com o grifo adequado para dar maior ênfase à grande fonte do materialismo dialético, que é O Capital, de Karl Marx (Chicago: C. H. Kerr, 1906), I, 25-26.

vem em seu próprio seio, cada uma delas perde sua validade e justificação. Ela necessariamente dará lugar a formas mais elevadas que também por sua vez decairão e perecerão..."

7. "O [materialismo dialético], revela o caráter transitório de cada coisa e em cada coisa; nada pode durar ante ele, exceto o processo ininterrupto de vir a ser e de desaparecer... A [dialética] evidentemente, tem também um lado conservador: reconhece que os estágios definidos do conhecimento e da sociedade são justificados por seu tempo e circunstâncias; mas somente até aí. O conservadorismo de tal modo de encarar as coisas é relativo; porém seu caráter revolucionário é absoluto — o único absoluto que ele admite".<sup>41</sup>

Esta comparação sistemática poderá ser o bastante para sugerir que a análise funcional, da mesma forma que a dialética, não acarreta necessariamente um compromisso ideológico específico. Isso não quer dizer que tais compromissos não estejam freqüentemente implícitos nas obras dos analistas funcionais. Porém parece extrínseco, em lugar de intrínseco à teoria funcional. Aqui, tal como em outros departamentos de atividade intelectual, o abuso não impede as possibilidades do uso. Criticamente revisada, a análise funcional é neutra relativamente aos principais sistemas ideológicos. Nessa extensão, e somente neste

41. Da mesma forma, este trecho é citado apenas com a supressão de material irrelevante e também com grifo nosso, da obra de Friedrich Engels, *Karl Marx, Selected Works*, (Moscou; Sociedade Editôra Cooperativa, 1935), I, 422.

42. Admite-se que esta paráfrase contraria a intenção original do bardo, mas espera-se que a ocasião justifique a falta.

seqüências disfuncionais de elementos existentes, não são apertadas, confinadas e cerceadas mediante planejamento social apropriado, e no seu devido desenvolvimento conduzirão à ruptura institucional e a mudanças sociais básicas. Quando essa mudança passou para além de um ponto dado, não facilmente identificável, é costumeiro dizer-se que um novo sistema social emergiu.

7. Mas de novo, deve ser reiterado: nem só a mudança nem só a fixidez sózinha podem ser o objeto próprio do estudo de analista funcional. A medida que examinamos o curso da história, parece razoavelmente claro que todas as principais estruturas sociais, em seu devido tempo, têm sido cumulativamente modificadas ou abruptamente terminadas. Em qualquer caso, elas não têm sido eternamente fixas e inflexíveis às mudanças. Porém, num dado momento de observação, qualquer uma dessas estruturas sociais pode estar toleravelmente acomodada, tanto aos valores subjetivos de muitos, ou da maior parte da população, como às condições objetivas com que ela é confrontada. Reconhecer isto é ser consentâneo com os fatos, e não fiel a uma ideologia preestabelecida. E pelo mesmo motivo, quando se observa que a estrutura não está ajustada às necessidades do povo, ou com as condições de ação igualmente sólidas, isto também deve ser reconhecido. Quem ousar fazer tudo isso pode tornar-se um analista funcional; quem ousar menos, não será.<sup>42</sup>

sentido limitado,<sup>43</sup> ela é semelhante àquelas teorias ou instrumentos das ciências físicas os quais se prestam indiferentemente ao uso de grupos opostos, para finalidades que freqüentemente não fazem parte da intenção dos cientistas.

#### A Ideologia e a Análise Funcional da Religião

Ainda é instrutivo voltar, se bem que resumidamente, à discussão das funções da religião, a fim de demonstrar como a lógica da análise funcional é adotada por pessoas de suas posições ideológicas opostas.

O papel social da religião tem sido evidentemente observado e repetidamente interpretado através de muitos séculos. O núcleo central da continuidade de tais observações consiste na ênfase sobre a religião como meio institucional de controle social, quer se dê no conceito de Platão, de "nobres mentiras", quer na opinião de Aristóteles, de que ela opera "com vistas à persuasão da multidão", ou segundo o incomparável julgamento de Políbio, de que "as massas... podem ser controladas apenas por terrores misteriosos e medos trágicos". Se as expressões de Montesquieu acerca dos legisladores romanos informam que eles procuravam "inspirar a um povo que nada temia, o medo dos deuses, e usar tal medo para o conduzir onde quer que lhes aprouvesse", Jawaharlal Nehru observou, depois, com base em sua própria experiência, que "os únicos livros que os funcionários britânicos recomendavam acaloradamente (aos prisioneiros políticos na Índia), eram livros religiosos ou novelas. É maravilhoso quão caro é ao coração do Governo Britânico o assunto da religião, e quão imparcialmente ele encoraja todas as formas dessa atividade".<sup>44</sup> Poderia parecer que há uma antiga e duradoura tradição que mantém, de uma ou de outra forma, que a religião tem servido para controlar as massas. Igualmente é aparente que a linguagem em que esta proposição é vazada, usualmente fornece uma pista reveladora do compromisso ideológico do autor.

Que é, então, que se passa com algumas das atuais análises funcionais da religião? Em sua consolidação crítica das diversas teorias principais da sociologia da religião, Parsons resume algumas das conclusões básicas que emergiram em relação à "significação funcional da religião":

... se as normas morais e os sentimentos que as suportam são de tão primordial importância, quais são os mecanismos pelos quais elas são mantidas, além dos processos externos de coação? Durkheim opinava que os rituais religiosos eram de primordial significação como

43. Não se deve tomar isto como negação do importante fato de que os valores, implícitos e explicitamente reconhecidos, do cientista social, possam contribuir a fixar sua escolha de problemas para a pesquisa e, por conseguinte, a utilidade de seus resultados para determinados propósitos e não para outros. Nossa afirmação não significa mais do que diz: a análise funcional não tem compromisso intrínseco com qualquer campo ideológico, como se deduz, ao menos, da discussão precedente.

44. Jawaharlal Nehru, *Toward Freedom*, (Nova Iorque: John Day, 1941), 7.

um mecanismo para expressar e reforçar os sentimentos mais essenciais à integração institucional da sociedade. Facilmente pode-se ver que esta formulação é claramente ligada aos pontos de vista de Malinowski acerca da significação das cerimônias fúnebres como um mecanismo para se reafirmar a solidariedade do grupo em ocasião de fortes tensões emocionais. Assim, Durkheim estabeleceu certos aspectos das relações específicas entre a religião e a estrutura social, mais agudamente que Malinowski, e, além disso, colocou o problema numa perspectiva funcional diferente, ao aplicá-lo à sociedade como um todo, abstraindo-o de situações particulares de tensão e esforços em relação ao indivíduo.<sup>45</sup>

E novamente, resumindo um resultado essencial do principal estudo comparativo da sociologia da religião, Parsons observa que "talvez a mais surpreendente característica da análise de Weber seja a demonstração da medida em que precisamente as variações dos valores sancionados socialmente e dos objetivos da vida secular, correspondem às variações da filosofia religiosa dominante das grandes civilizações".<sup>46</sup>

Semelhantemente ao explorar o papel da religião entre os subgrupos raciais e étnicos dos Estados Unidos, Donald Young observa com efeito a estreita correspondência entre seus "valores e objetivos socialmente sancionados na vida secular" e sua "filosofia religiosa dominante":

Uma função que uma religião de minoria pode desempenhar é a de reconciliação com um status inferior e suas conseqüências discriminatórias. A prova do serviço religioso desta função pode ser encontrada entre todas as minorias norte-americanas. Por outro lado, as instituições religiosas também podem desenvolver-se de maneira tal a serem um incitamento e apoio da revolta contra um status inferior. Assim, os índios cristianizados, tendo-se em conta as exceções, manifestaram a tendência de ser mais submissos do que os pagãos. Cultos especiais tais como aqueles associados com o uso do peyote, a Igreja dos Índios "Tremedores" e a Dança dos Fantasmas, as três contendo elementos nativos e cristãos, foram tentativas predestinadas ao malôgo, no sentido de se desenvolverem modos de expressão religiosa adaptados a circunstâncias individuais e de grupos. O último culto, com sua insistência em garantir um "millennium" de liberdade em relação ao homem branco, incitava à revolta violenta. O cristianismo do negro, embora encorajando bastante a crítica à ordem existente, fomentou a aceitação das dificuldades presentes pelo conhecimento de melhores tempos na vida depois desta. As numerosas variedades de cristianismo e o judaísmo, trazidos pelos imigrantes do México e da Europa, apesar de conterem elementos nacionalistas comuns, também salientavam recompensas posteriores em vez de ação imediata.<sup>47</sup>

Estas observações diversas e esporádicas, com sua proveniência ideológica notavelmente variada, apresentam algumas semelhanças básicas. Primeiro, todas elas estão relacionadas com as conseqüências de sistemas religiosos específicos quanto a sentimentos, definições de situações e ações predominantes. As conseqüências observadas com maior freqüência, são as de reforço de normas morais já prevalecentes, dócil aceitação dessas normas, adiamento das ambições e recompensas (se a doutrina religiosa assim o exige), e assim por diante. Contudo, como

45. Talcott Parsons, *Essays in Sociological Theory*, 61 [o grifo é nosso].

46. *Ibid.*, 63.

47. Donald Young, *American Minority Peoples*, (Nova Iorque: Harper, 1937), 204 [o grifo é nosso]. Uma análise funcional da religião dos negros nos Estados Unidos pode ser encontrada na obra de George Eaton Simpson e J. Milton Yinger, *Racial and Cultural Minorities* (Nova Iorque: Harper & Brothers, 1953), 522-530.

observa Young, as religiões também têm servido, sob determinadas circunstâncias, para provocar rebeliões, ou como Weber demonstrou, as religiões têm servido para motivar ou para canalizar o comportamento de grande número de homens e mulheres, para a modificação das estruturas sociais. Seria prematuro, portanto, concluir que todas as religiões em toda parte visam unicamente o objetivo de fomentar a apatia das massas.

Em segundo lugar, o ponto de vista marxista, de modo implícito, e a opinião funcionalista, de modo explícito, afirmam o ponto fundamental de que os sistemas de religião afetam o comportamento, de que eles não são simplesmente epifenômenos, mas determinantes de comportamento parcialmente independentes. Pois, presumivelmente, faz diferença se "as massas" aceitam ou não uma religião particular, assim como faz diferença se um indivíduo toma ou deixa de tomar ópio.

Em terceiro lugar, as teorias mais antigas, assim como a marxista, cogitam das conseqüências diferenciais das crenças e rituais religiosos de vários subgrupos e estratos da sociedade — por exemplo, "as massas" — tal como, neste particular, faz o não-marxista Donald Young. O funcionalista não se limita, como temos visto, a explorar as conseqüências da religião para a "sociedade como um todo".

Em quarto lugar, começa a manifestar-se a suspeita de que os funcionalistas, com sua ênfase na religião como mecanismo social para "reforçar os sentimentos mais essenciais à integração institucional da sociedade" talvez não se tenham diferenciado materialmente — em sua estrutura analítica — dos marxistas, que também afirmam que a religião opera como um mecanismo social para reforçar certos sentimentos seculares, assim como sagrados, entre seus seguidores, se convertermos sua metáfora do "ópio das massas" numa afirmação neutra de um fato social.

A diferença só aparece quando as avaliações deste fato comumente aceito entram em questão. Na medida em que os funcionalistas se referem somente à "integração institucional" sem explorar as diversas conseqüências da integração a respeito de tipos de valores e de interesses muito diferentes, eles se confinam à interpretação puramente formal, pois a integração é um conceito claramente formal. Uma sociedade pode ser unificada sobre normas de castas estritas, de regimentação, e docilidade de estratos sociais subordinados, assim como pode ser unificada sobre normas abertas e amplas, de largas áreas de auto-expressão e independência de opinião entre estratos temporariamente inferiores. E na medida em que os marxistas afirmam, indiscriminadamente, que toda religião em toda parte, qualquer que seja seu conteúdo doutrinário e sua forma organizada, inclui "um ópio" para as massas, eles também se baseiam em interpretações puramente formais, sem admitir, como demonstra ser o caso do parágrafo de Donald Young, que algumas religiões particulares em estruturas sociais particulares, servem para ativar em vez de entorpecer a ação das massas. É, portanto, na avaliação de

tais funções da religião, e não na lógica da análise, que se separam os funcionalistas e os marxistas. E são as *avaliações* que permitem verter o conteúdo ideológico nas garrafas do *funcionalismo*.<sup>48</sup> As garrafas em si mesmas são estranhas a seus conteúdos, e podem servir igualmente como recipientes para um veneno ideológico ou para um néctar ideológico.

48. Este tipo de quiproquó é talvez mais comum do que se costuma suspeitar. Muitas vezes, o acórdão fundamental na análise de uma situação é totalmente obscurecido pelo desacórdio fundamental na avaliação dessa situação. Em consequência, supõe-se erroneamente que os adversários diferem em seus processos de conhecimento e em suas descobertas, ao passo que diferem apenas em suas escalas de valores. Observemos, por exemplo, o conhecido caso dos debates e controvérsias públicas entre Winston Churchill e Harold Laski, que deixava muita gente supor — e Churchill era um dos que supunham — que os dois políticos estavam em desacórdio sobre a premissa essencial de que a mudança social se efetua mais facilmente em tempo de guerra do que em tempo de paz. Comparemos os seguintes extratos das obras dessas duas personalidades:

"A antiga estrutura de tempo de paz da sociedade tinha sido descartada e a vida tinha atingido estranha intensidade devido ao feitiço da guerra. Sob esta misteriosa influência, homens e mulheres tinham sido notoriamente exaltados em direção da morte, da dor e do trabalho. A unidade e a camaradagem se tinham tornado possíveis entre indivíduos, classes e nações e se fortaleceram enquanto duraram a pressão hostil e a causa comum. Mas agora o feitiço está rôto: tarde demais para alguns propósitos, cedo demais para outros e súbitamente demais para todos! Cada país vitorioso voltou a seus níveis e arranjos anteriores, mas bem depressa se descobriu que essas organizações estavam estragadas, sua trama enfraquecida e desconjuntada, parecendo muito estreitas e obsoletas".

"Ao passar o feitiço, passou também, precisamente quando as novas dificuldades estavam em seu apogeu, grande parte dos poderes de direção e de controle... Para as massas fiéis, sobrecarregadas de trabalho, a vitória foi tão completa que não parecia necessário prorrogar o esforço... Uma grande fadiga dominava a ação coletiva. Embora todos os elementos subversivos procurassem colocar-se em evidência, o furor revolucionário, como todas as demais formas de energia psíquica, se extinguiu".

"A intensidade dos esforços suscitados pelo perigo nacional excederam de muito

"A atmosfera de guerra permite, e mesmo impõe, inovações e experiências que não são possíveis quando volta a paz. A invasão da nossa rotina de vida nos acostuma ao que William James chamava de costume vital de romper com os costumes... Vemo-nos de repente estimulados a fazer esforços e até sacrifícios que não sabíamos que éramos capazes de fazer. O perigo comum cria uma base para um novo companheirismo, cujo futuro depende por completo de serem ou não seus alicerces provisórios ou permanentes. Se são provisórios, o final da guerra parece o retorno a todas as nossas divergências anteriores, dez vezes agravados pelos graves problemas que aquela nos legou". "Sustento, portanto, que as mudanças podem ser feitas pelo consenso geral num período em que, como agora, as circunstâncias fazem recordar aos indivíduos suas identidades e não suas diferenças".

"Podemos iniciar agora essas mudanças, porque o ambiente está preparado para recebê-las. É muito duvidoso que possamos fazê-los, apoiados no consenso geral quando esse ambiente tiver deixado de existir. É tanto mais duvidoso porque o esforço que a guerra requer provocará em muitos, sobretudo nos que concordaram com a suspensão de privilégios, uma cansaça, uma ânsia para voltar às velhas formas, à qual será difícil resistir".

"Em todas as revoluções, surge um período de inércia em que a fadiga do es-

## A LÓGICA DO PROCEDIMENTO

### *Predomínio da Orientação Funcional*

A orientação funcional não é evidentemente nova, nem limitada às ciências sociais. Efetivamente, ela surgiu relativamente tarde na cena sociológica, a julgar por seu uso externo e anterior, numa grande variedade de outras disciplinas.<sup>49</sup> A orientação central do funcionalismo — expressa na prática de interpretar dados mediante o estabelecimento

as capacidades ordinárias de seres humanos. Todas estavam engrenadas a uma altura anormal. Uma vez desaparecido o supremo incentivo, todo mundo tomou consciência da intensidade do esforço. Uma grande e geral distensão e a descida aos níveis ordinários da vida eram iminentes. Nenhuma comunidade teria podido continuar gastando tamanha riqueza e energia vital a semelhante velocidade. Maior de todas foi a exaustão que se deu nas fileiras dos trabalhadores intelectuais. Tinham trabalhado sustentados pelo estímulo que agora ia desaparecer. 'Posso trabalhar até cair' — isto era suficiente enquanto troou o canhão e marcharam os exércitos. Mas agora era a paz e, em toda parte, tornou-se evidente o esgotamento nervoso e físico, que antes não fora sentido ou fora desdenhado".

Os trechos da primeira coluna, que lembram Gibbon são, naturalmente, de Churchill. O Winston Churchill de entre as duas grandes guerras, que escrevia retrospectivamente sobre as consequências da primeira delas: *The World Crisis*, vol. 4, *The Aftermath*, (Londres: Thornton Butterworth, 1928), 30, 31, 33. As observações da segunda coluna são de Harold Laski, doutrinário do Partido Trabalhista Britânico, escritas durante a Segunda Guerra Mundial, para dizer que a política do Sr. Churchill é "o adiamento deliberado de qualquer questão considerada 'controvertida' até que obtenha a vitória [e] isto significa... que as relações de produção vão ficar inalteradas até que chegue a paz e que, em consequência, nenhum dos instrumentos para a mudança social em grande escala estará à disposição da nação para fins sobre os quais toda a gente está de acórdio." *Revolution of Our Time*, (Nova Iorque: Wiking Press, 1943), 185, 187, 193, 227-8, 309. A menos que Churchill tenha esquecido sua análise das consequências da Primeira Guerra, é evidente que ele e Laski concordavam no diagnóstico de que uma alteração social importante e deliberadamente efetuada era improvável na era imediata do pós-guerra. É evidente que a diferença estava na apreciação da conveniência de se instituírem mudanças deliberadas. [Em nenhuma das duas colunas acima os grifos são dos autores].

É interessante assinalar, de passagem, que a própria expectativa em que concordavam Churchill e Laski — ou seja, de que o período de pós-guerra na Inglaterra seria um período de letargia e de indiferença das massas para a mudança institucional planejada — não foi inteiramente confirmada pelo curso real dos acontecimentos. A Inglaterra, depois da Segunda Grande Guerra, não repudiou a idéia da reforma planificada (muito pelo contrário; como se sabe, o Partido Trabalhista foi eleito para o poder e levou a efeito profunda reforma social) — [a explicação entre parênteses é do tradutor].

49. A prevalência geral de uma atitude funcionalista tem sido assinalada diversas vezes. Por exemplo: "O fato de se observar a mesma tendência em todos os campos do pensamento demonstra que agora existe uma tendência geral para interpretar o mundo

fôrço impõe uma pausa no processo de inovação. É natural que esse período so-brevenha com a cessação das hostilidades.

Depois de viver certo tempo nas alturas, a constituição humana parece exigir tranquilidade e repouso. Insistir, num período de pausa, para nos prepararmos para nova e difícil jornada e, sobretudo, para um passo no escuro, seria pedir o impossível... Quando terminarem as hostilidades contra o nazismo, os indivíduos necessitarão, antes de mais nada, de uma rotina de pensamentos e de costumes que não imponha às suas mentes a penosa adaptação a uma excitação perturbadora".

de suas conseqüências aplicadas a estruturas maiores nas quais elas estavam comprometidas — tem sido encontrada virtualmente em tôdas as ciências do homem — biologia e fisiologia, psicologia, economia e direito, antropologia e sociologia.<sup>50</sup> O predomínio do modo funcional de encarar as coisas, em si mesmo, não é garantia de seu valor científico, mas sugere que a experiência cumulativa tem forçado essa orientação sobre os disciplinados observadores do homem como organismo biológico, como ator psicológico, como membro da sociedade e como portador de cultura.

Imediatamente relevante é a possibilidade de que a experiência anterior em outras disciplinas pode proporcionar modelos metodológicos

em termos de interconexão de funcionamento e não por unidades substanciais separadas. Albert Einstein na física, Claude Bernard na fisiologia, Alexis Carrel na biologia, Frank Lloyd Wright na arquitetura, A. N. Whitehead na filosofia, W. Koehler na psicologia, Theodor Litt na sociologia, Hermann Heller na ciência política, B. Cardoso no direito: êsses homens todos representam diferentes culturas, diferentes aspectos da vida e do espírito humanos, contudo, todos êles enfocam seus problemas com um sentido de 'realidade' que visa, não à substância material, mas à interação funcional para a compreensão dos fenômenos", G. Niemeyer, *Law Without Force*, (Princeton University Press, 1941), 300. Esta variegada companhia sugere, uma vez mais, que o acôrdo sobre o ponto de vista funcional não implica necessariamente identidade de filosofia ou política.

50. A bibliografia que comenta a tendência ao funcionalismo é quase tão numerosa e é consideravelmente mais extensa que as diversas bibliografias científicas que representam a tendência. As limitações de espaço e o interesse pela relevância imediata, reduzem o número de tais referências, que têm que ocupar aqui o lugar de uma revisão e estudo extensos desses desenvolvimentos colaterais do pensamento científico.

No que se refere à biologia, uma fonte geral e agora clássica, é a obra de J. H. Woodger, *Biological Principles: A Critical Study* (Nova Iorque: Harcourt Brace & Co., 1929), especialmente 327 e segs. Como materiais correlativos, podem ser indicados, pelo menos, os seguintes trabalhos: Bertalanffy, *Modern Theories of Development*, op. cit., especialmente 1-46, 64 e segs., 179 e segs.; E. S. Russell, *The Interpretation of Development and Heredity: A Study in Biological Method* (Oxford: Clarendon Press, 1930), especialmente 166-280. Estudos anteriores serão encontrados em trabalhos menos instrutivos de W. E. Ritter, E. B. Wilson, E. Ungerer, J. Schaxel, J. von Uexküll etc. Podem ser consultados proveitosamente os trabalhos de J. Needham, por exemplo: "Thoughts on the problem of biological organization", em *Scientia*, agosto de 1932, 84-92. No que concerne à fisiologia, devem ser levados em conta os trabalhos de C. S. Sherrington, *The Integrative Action of the Nervous System*, (New Haven, Yale University Press, 1923); W. B. Cannon, *Bodily Changes in Pain, Hunger, Fear and Rage*, capítulo 12 e *The Wisdom of the Body*, (Nova Iorque: W. W. Norton, 1932), todos menos o infeliz epílogo sobre "homeostase social"; G. E. Coghill, *Anatomy and the Problem of Behavior*, (Cambridge University Press, 1929); Joseph Barcroft, *Features in the Architecture of Physiological Function*, (Cambridge University Press, 1934).

No que se refere à psicologia, são oportunas virtualmente tôdas as contribuições básicas à psicologia dinâmica. Seria não apenas corriqueiro, mas também exato, dizer que as concepções freudianas são carregadas de funcionalismo, já que os conceitos principais se referem, invariavelmente, a uma estrutura funcional (ou disfuncional). Para uma diferente ordem de conceitos, veja-se Harvey Carr, "Functionalism", em Carl Murchison, redator, *Psychologies of 1930* (Clark University Press, 1930); e um dentre muitos outros artigos que tratam substancialmente dêste conjunto de conceitos, veja-se "Homeostasis as an explanatory principle in psychology", por J. M. Fletcher, em *Psychological Review*, 1942, 49, 80-87. Uma exposição da aplicação da abordagem funcional da personalidade, encontra-se no capítulo I de *Personality in Nature, Society and Culture*, por Clyde Kluckhohn e Henry A. Murray (Nova Iorque: A. A. Knopf, 1948), 3-32. Têm sido amplamente reconhecidos os importantes aspectos sob os quais o grupo de Lewin abordou o funcionalismo.

úteis à análise funcional aplicada à sociologia. Contudo, aprender dos cânones do processo analítico em tais disciplinas freqüentemente mais rigorosas, não significa adotar seus conceitos e técnicas específicas, de olhos fechados. Por exemplo, lucrar com a lógica do processo empregado de modo bem sucedido nas ciências biológicas, não é descambar na aceitação de analogias em grande parte irrelevantes e de homologias, que por tanto tempo têm fascinado os devotos da sociologia organicista. Examinar a armação *metodológica* das pesquisas biológicas não é adotar seus conceitos *substantivos*.

A *estrutura lógica* da experimentação, por exemplo, não difere em física, química ou psicologia, embora as hipóteses substantivas, as ferramentas técnicas, os conceitos básicos e as dificuldades práticas possam diferir enormemente. Nem os substitutos aproximados da experimentação — a observação controlada, o estudo comparativo e o método de "discernir" — diferem em sua *estrutura lógica* em antropologia, sociologia ou biologia.

Considerando rapidamente a lógica do processo de Cannon na fisiologia, estamos, então, procurando um modelo metodológico que possivelmente poderia ser adaptado para a sociologia, sem adotar as infelicitadas homologias de Cannon entre a estrutura dos organismos biológicos e a da sociedade.<sup>51</sup> Seu processo apresenta-se como se segue. Adotando a orientação de Claude Bernard, Cannon primeiramente indica que o organismo *exige* um estado relativamente constante e estável. Uma das tarefas do fisiologista, então, é fornecer "uma exposição concreta e pormenorizada dos modos de assegurar os estados duráveis". Ao examinar as numerosas exposições "concretas e pormenorizadas", proporcionadas por Cannon, encontramos que o *modo geral de formulação* é invariável, não importando qual o problema específico que esteja à mão. Uma formulação típica é a seguinte: "A fim de que o sangue...

No que diz respeito ao direito, veja-se o trabalho crítico de Felix S. Cohen, intitulado "Transcendental nonsense and the functional approach", *Columbia Law Review*, 1935, XXXV, 809-849, e as numerosas citações que contém.

Quanto à sociologia e antropologia, veja-se a breve amostra de citações ao longo de todo este capítulo. O volume editado por Robert Redfield constitui uma ponte muito útil sobre o abismo que separa com excessiva freqüência as ciências biológicas das ciências sociais: "Levels of Integration in Biological and Social Systems", *Biological Symposia*, 1943, VIII. Importante esforço para expor a estrutura conceptual da análise funcional, encontra-se em: Talcott Parsons, *The Social System*, (Glencoe, Illinois: Free Press, 1951).

51. Como já se tornou implícito anteriormente, o epílogo de Cannon à sua obra *Wisdom of the Body*, continua sendo um exemplo insuperável dos extremos infrutíferos a que se vê arrastada até mesmo uma mentalidade excepcional, quando começa a deduzir analogias e homologias essenciais entre organismos biológicos e sistemas sociais. Veja-se, por exemplo, a sua comparação entre a substância intercelular fluida do corpo e os canais, rios e estradas de ferro que "carregam os produtos da mina e da fábrica, da granja e do bosque". Esse tipo de analogia, desenvolvido anteriormente em copiosos volumes, por René Worms, Schaeffle, Vincent, Small and Spencer entre outros, não representa o valor distintivo dos trabalhos de Cannon para o sociólogo.

sirva de meio circulante, preenchendo as várias funções de um carregador comum de nutrientes e de dejetos..., é preciso haver precauções para retê-lo, sempre que haja perigo de escapamento". Ou, analisando outra afirmação: "Se a vida da célula deve continuar..., o sangue... deve circular com velocidade suficiente para entregar às células vivas o (necessário) suprimento de oxigênio".

Havendo estabelecido os requisitos do sistema orgânico, Cannon, então, continua a descrever em pormenores os vários mecanismos que operam a fim de satisfazer esses requisitos (por exemplo, as complicadas alterações que conduzem à coagulação, a contração local de vasos sanguíneos ofendidos que diminuem a gravidade da hemorragia, a acelerada formação de coágulos através da secreção de adrenalina e sua ação sobre o fígado etc.) Ou ainda, ele descreve os vários dispositivos bioquímicos que asseguram um suprimento adequado de oxigênio ao organismo normal e as mudanças compensadoras que ocorrem quando alguns de tais dispositivos não funcionam de modo adequado.

Se a lógica de tal abordagem é afirmada em seus termos mais gerais, torna-se evidente a seguinte seqüência inter-relacionada de etapas. Antes de tudo, certos requisitos funcionais dos organismos são definidos, requisitos que devem ser satisfeitos se o organismo deve sobreviver ou funcionar com algum grau de eficiência. Em segundo lugar, há uma descrição concreta e pormenorizada dos dispositivos (estruturas e processos) através dos quais estes requisitos são tipicamente satisfeitos em casos "normais". Em terceiro lugar, se alguns dos mecanismos típicos para satisfazer tais requisitos são destruídos ou funcionam inadequadamente, o observador é sensibilizado em relação à necessidade de descobrir mecanismos compensadores (se houver algum), que desempenhem a função necessária. Em quarto lugar, e de modo implícito em todos aqueles elementos anteriores, há uma narrativa pormenorizada da estrutura para a qual os requisitos funcionais atuam assim como uma narrativa pormenorizada dos arranjos através dos quais a função é preenchida.

A lógica da análise funcional é tão bem estabelecida nas ciências biológicas que tais requisitos de uma análise adequada vêm a ser preenchidos quase como fato normal. Assim não se dá com a sociologia. Aqui, encontramos concepções extraordinariamente variadas do destino apropriado dos estudos sobre a análise funcional. Para alguns eles consistem especialmente (ou mesmo exclusivamente) no estabelecimento de inter-relações empíricas entre "partes" de um sistema social; para outros, ele consiste em mostrar o "valor para a sociedade" de uma prática padronizada socialmente, ou de uma organização social; para outros ainda, consiste em exposições elaboradas das finalidades das organizações sociais formais.

A medida que se examina a variada formação das análises funcionais na sociologia, torna-se evidente que os sociólogos, em contraste, digamos, com os fisiólogos, tipicamente não trabalham com processos operacionais

mente inteligíveis, não reúnem sistematicamente os tipos de dados necessários, não empregam um corpo comum de conceitos e não utilizam os mesmos critérios de validade. Em outras palavras, encontramos na fisiologia um corpo de conceitos-padrão, de processos e de desígnios de análise ao passo que na sociologia encontramos uma variada seleção de conceitos, de processos e de desígnios, dependendo, ao que pode parecer, dos interesses e dos gostos do sociólogo tomado como indivíduo. Certamente, esta diferença entre as duas disciplinas tem algo a ver — e talvez bastante — com as diferenças nas características dos dados examinados pelo fisiólogo e pelo sociólogo. As oportunidades relativamente grandes dos trabalhos experimentais da fisiologia, — e esta afirmação já é muito banal, — são dificilmente igualadas na sociologia. Porém, isto explica muito pouco os dispositivos sistemáticos dos processos e dos conceitos num caso, e o caráter disparatado, freqüentemente não-coordenado e não raro defeituoso, dos processos e dos conceitos na sociologia funcional.

## UM PARADIGMA DA ANÁLISE FUNCIONAL NA SOCIOLOGIA

Apresentamos um paradigma dos conceitos e problemas centrais à codificação da análise funcional na sociologia, como um passo inicial e admitido como tentativa nessa direção. Logo se tornará evidente que os principais componentes de tal paradigma emergiram progressivamente das páginas anteriores, à medida que fomos examinando criticamente os vocabulários, os postulados, os conceitos e as imputações ideológicas que agora são encontrados neste campo de atividade. O paradigma os reúne de forma compacta, permitindo assim o exame simultâneo dos principais requisitos da análise funcional e servindo como auxílio à autocorreção das interpretações provisórias, resultado este difícil de conseguir quando estão esparsos e ocultos, página após página de exposição discursiva.<sup>52</sup> O paradigma apresenta o núcleo maciço dos conceitos, dos processos e das inferências na análise funcional.

Acima de tudo, deve-se notar que o paradigma não representa um conjunto de categorias introduzido *de novo*, mas sim uma *codificação* daqueles conceitos e problemas que têm sido impostos à nossa atenção pelo exame crítico da pesquisa atual e da teoria relativa à análise funcional. (A referência às seções anteriores deste capítulo mostrarão que o terreno foi preparado para cada uma das categorias incluídas no paradigma).

1. O (s) item (s) a que são imputadas as funções

A escala total dos dados sociológicos pode ser submetida à análise funcional e em grande parte isso tem sido feito. O requisito básico é que o objeto da análise representa um item padronizado (isto é, conforme a uma norma e repetitivo), tais como os papéis sociais, os

52. Para uma breve exposição da finalidade dos paradigmas analíticos como este, veja-se a nota sobre paradigmas em outro trecho deste volume.

padrões culturais, as emoções culturalmente padronizadas, as normas sociais, a organização de grupos, a estrutura social, os dispositivos para controle social etc.

**INTERROGAÇÃO BÁSICA:** Que deve entrar no protocolo da observação do item dado para ser acessível à análise funcional sistemática?

## 2. Conceitos de disposições subjetivas (motivos, propósitos)

A qualquer momento, a análise funcional invariavelmente admite ou opera explicitamente com alguma concepção da motivação dos indivíduos incluídos num sistema social. Conforme a discussão anterior demonstrou, tais conceitos de disposição subjetiva são freqüente e erroneamente fundidos com os conceitos relacionados, porém diferentes, de conseqüências objetivas de atitudes, crenças e comportamento.

**INTERROGAÇÃO BÁSICA:** Em que tipos de análise é suficiente tomar motivações observadas, como dados, e em quais são eles corretamente considerados como **problemáticos**, como deriváveis de outros dados?

## 3. Conceito de conseqüências objetivas (funções, disfunções)

Temos observado dois tipos predominantes de confusão que envolvem as várias concepções correntes de "função":

(1) A tendência a limitar observações sociológicas às contribuições **positivas** de um item sociológico para o sistema cultural ou social em que esteja implicado; e

(2) A tendência a confundir a categoria subjetiva de **motivo** com a categoria objetiva de **função**.

Para eliminar essas confusões, são necessárias distinções conceptuais apropriadas.

O primeiro problema exige um conceito de **conseqüências múltiplas** e um **saldo líquido de um agregado de conseqüências**.

**Funções** são aquelas conseqüências observadas que propiciam a adaptação ou ajustamento de um dado sistema e **disfunções** são aquelas conseqüências observadas que diminuem a adaptação ou o ajustamento do sistema. Há também a possibilidade empírica de conseqüências **não-funcionais** as quais são simplesmente irrelevantes ao sistema em consideração.

Em qualquer situação dada, um item pode ter conseqüências tanto funcionais como disfuncionais, originando o difícil e importante problema de desenvolver cânones para avaliar o saldo líquido do agregado de conseqüências. (É claro que isto é muito importante no uso da análise funcional para guiar a formação e a execução do plano).

O segundo problema (originado da fácil confusão dos motivos e das funções) exige que introduzamos uma distinção conceptual entre os casos em que o alvo em vista, subjetivo, coincide com a conseqüência objetiva, e os casos em que ambos diverjam.

As **funções manifestas** são aquelas conseqüências objetivas que contribuem para o ajustamento ou adaptação do sistema, que são intencionadas e reconhecidas pelos participantes do sistema.

As **funções latentes**, correlativamente, são aquelas que não constam das intenções, nem são reconhecidas.\*

**INTERROGAÇÃO BÁSICA:** Quais são os efeitos da transformação de uma função previamente latente numa função manifesta (o que inclui o problema do conhecimento do comportamento humano e os problemas da "manipulação" do comportamento humano)?

## 4. Conceitos da unidade servida pela função

Temos observado as dificuldades acarretadas pela **limitação** da análise às funções exercidas para a "sociedade", uma vez que certos itens podem ser funcionais para alguns indivíduos e subgrupos e disfuncionais para outros. Portanto, é necessário considerar uma **amplitude** de unidades para as quais tenha conseqüências designadas: indivíduos em posições sociais diferentes, subgrupos, o sistema social geral, e os sistemas de cultura. (Terminologicamente isto afeta os conceitos de função psicológica, de função do grupo, de funções sociais, de função cultural etc.).

\* As relações entre as "conseqüências imprevistas" da ação, e as "funções latentes", podem ser claramente definidas, uma vez que estão implícitas na seção precedente no paradigma. As conseqüências não procuradas da ação são de três tipos:

(1) as que são funcionais para um sistema deliberado e compreendem as funções latentes;

## 5. Conceitos de exigências funcionais (necessidades, pré-requisitos)

Implantada em cada análise funcional, existe alguma concepção, tácita ou expressa, dos requisitos funcionais do sistema em observação. Conforme foi anotado em outro lugar<sup>53</sup> isto permanece como um dos conceitos mais nebulosos e empiricamente mais sujeitos a debate, na teoria funcional. Conforme é utilizado pelos sociólogos, o conceito de requisito funcional tende a ser tautológico, ou **ex post facto**; tende a ser limitado às condições de "sobrevivência" de um dado sistema; tende, como no trabalho de Malinowski, a incluir as "necessidades" biológicas, assim como as sociais.

Isto envolve o difícil problema de estabelecer tipos de requisitos funcionais (universais versus específicos); e determinar processos para validar as suposições de tais requisitos etc.

**INTERROGAÇÃO BÁSICA:** Que é necessário para estabelecer a validade de variáveis como "requisito funcional" em situações em que seja impraticável a experimentação rigorosa?

## 6. Conceitos dos mecanismos através dos quais se realizam as funções

A análise funcional na sociologia, como em outras disciplinas tais como a fisiologia e a psicologia, exige uma exposição "concreta e detalhada" do mecanismo com o qual opera a fim de realizar uma função deliberada. Isto se refere a mecanismos sociais, e não a psicológicos (por exemplo, a divisão de papéis, o isolamento de exigências institucionais, a ordenação hierárquica de valores, a divisão social do trabalho, os atos rituais e cerimoniais etc.).

**INTERROGAÇÃO BÁSICA:** Qual é o balanço presentemente disponível de mecanismos sociais correspondentes, por exemplo, ao grande balanço dos mecanismos psicológicos? Quais os problemas metodológicos que estão implícitos na percepção do funcionamento de tais mecanismos sociais?

## 7. Conceitos de alternativas funcionais (equivalentes ou substitutos funcionais)

Como temos visto, desde que abandonamos a suposição gratuita da indispensabilidade funcional de estruturas sociais particulares, necessitamos imediatamente de algum conceito das alternativas funcionais, equivalentes ou substitutos. Isto focaliza a atenção sobre a **amplitude de variação possível** no que diz respeito aos itens que, no caso em exame, possam servir a um requisito funcional. Isto descongela a identidade do existente e do inevitável.

**INTERROGAÇÃO BÁSICA:** Desde que a prova científica da equivalência de uma alegada alternativa funcional exige idealmente uma experimentação rigorosa, e desde que isto não é freqüentemente praticável em situações sociológicas de larga escala, quais são os processos de investigação que se aproximam mais de perto da lógica da experimentação?

## 8. Conceitos de contexto estrutural (ou de coerção estrutural)

A margem de variação nos itens que podem preencher designadas funções numa estrutura social não é ilimitada (e isto tem sido observado repetidamente em nosso estudo precedente). A interdependência dos elementos de uma estrutura social limita as possibilidades efetivas de mudança ou as alternativas funcionais. O conceito de coerção estrutural corresponde, na área da estrutura social, ao "princípio de possibilidades limitadas" de Goldenweiser, numa esfera mais ampla. O não reconhecimento da relevância da interdependência e das restrições estruturais concomitantes, conduz ao pensamento utópico em que se admite tacitamente que certos elementos de um sistema social podem ser eliminados sem afetar o resto daquele sistema. Esta consideração é reconhecida tanto pelos cientistas sociais marxistas (por exemplo, Karl Marx) como pelos não-marxistas (por exemplo, Malinowski).<sup>54</sup>

(2) as que são disfuncionais para um sistema deliberado e compreendem as disfunções latentes; e

(3) as que são alheias ao sistema, que não afetam nem funcional nem disfuncionalmente, ou seja, a classe de conseqüências afuncionais que, do ponto de vista pragmático, carecem de importância.

Para uma exposição preliminar, veja-se R. K. Merton, "The unanticipated consequences of purposive social action", *American Sociological Review*, 1936, 1, 894-904; para a tabulação destes tipos de conseqüências, ver Goode, *Religion Among the Primitives*, 32-33.

53. R. K. Merton, "Discussion of Parsons' 'Position of sociological theory'", *American Sociological Review*, 1949, 13, 164-168.

54. Palavras de Marx anteriormente citadas documentam esta afirmação, mas são apenas alguns dos muitos trechos em que Marx sublinha a importância de se levar em consideração o contexto estrutural. Em *A Contribution to the Critique of Political Economy*

**INTERROGAÇÃO BÁSICA:** Por que modo de coerção um dado contexto estrutural limita a amplitude de variação dos itens que podem efetivamente satisfazer as exigências funcionais? Em que condições ainda por determinar, encontramos uma área de indiferença, na qual qualquer alternativa tirada de grande número destas, pode preencher a função?

#### 9. Conceitos de dinâmica e de mudança

Temos observado que os analistas funcionais tendem a focalizar a estática da estrutura social e a negligenciar o estudo da mudança estrutural.

Esta ênfase sobre a estática, contudo, não é inerente à teoria da análise funcional. Mais que isto, é uma ênfase adventícia que deriva da preocupação dos primitivos funcionalistas antropológicos, de contrapor-se a tendências anteriores de escrever histórias conjecturais a respeito de sociedades iletradas. Esta prática, útil no tempo em que a ciência foi introduzida na antropologia, persistiu com desvantagens no trabalho de alguns sociólogos funcionais.

O conceito de disfunção, que implica no conceito de tensão, esforço e oposição no nível estrutural, propicia uma aproximação analítica ao estudo da dinâmica e da mudança. Como se observam as disfunções contidas dentro de uma estrutura particular de modo a não produzir instabilidade? A acumulação de esforços e tensões produz pressão que favorece a mudança, em direções tais que provavelmente conduzem à respectiva redução?

**INTERROGAÇÃO BÁSICA:** A preocupação dominante entre os analistas funcionais, com o conceito de equilíbrio social, distrai a atenção dos fenômenos de desequilíbrio social? Quais os processos disponíveis que permitirão ao sociólogo, pelo modo mais adequado, medir a acumulação de tensões e esforços num sistema social? Em que extensão o conhecimento do contexto estrutural permite ao sociólogo antecipar as direções mais prováveis da mudança social?

#### 10. Problemas de validação da análise funcional

No desenvolvimento do paradigma, chamou-se a atenção repetidamente para os pontos específicos em que devem ser validados suposições, atribuições e observações.<sup>55</sup> Isto requer, sobretudo, uma formulação rigorosa dos processos sociológicos de análise que mais se aproximam da lógica da experimentação. Requer uma revisão sistemática das possibilidades e limitações da análise comparada (cultural e de grupo).

**INTERROGAÇÃO BÁSICA:** Até que ponto está limitada a análise funcional pela dificul-

(que apareceu em 1859 e foi publicada de novo em *Selected Works* de Karl Marx, op. cit., I, 354-71), ele observa por exemplo: "Jamais desaparece uma ordem social antes que todas as forças produtivas que encerra se tenham desenvolvido; e jamais aparecem relações mais elevadas de produção antes que as condições materiais de sua existência tenham amadurecido no seio da velha sociedade. Portanto, a humanidade só estabelece para si as tarefas que pode realizar, pois, observando o assunto mais cuidadosamente, verificaremos sempre que a tarefa somente nasce quando as condições materiais necessárias para sua solução existem, ou estão, pelo menos, em processo de formação" (p. 357). Talvez a mais conhecida das suas numerosas referências sobre a influência coercitiva de uma determinada estrutura social se encontre no segundo parágrafo de *O Dezoito Brumário de Luís Napoleão*: "O homem faz a sua história, mas não a faz com circunstâncias escolhidas por ele, mas com as que encontra ao alcance da sua mão". (Trecho extraído da paráfrase do original, publicada em *Selected Works* de Marx, II, 315). Pelo que se vê, A. D. Lindsay é o mais profundo dos comentaristas que assinaram as aplicações teóricas de afirmações como essas. Veja-se seu opúsculo *Karl Marx's Capital: An Introductory Essay* (Oxford University Press, 1931), especialmente as págs. 27-52.

Para outra linguagem com conteúdo ideológico totalmente diferente mas com implicações teóricas essencialmente análogas, veja-se B. Malinowski: "Dada uma necessidade cultural definida, os meios de satisfazê-la são poucos em número e, portanto, o dispositivo cultural que entra em vigor como resposta à necessidade está determinado dentro de estreitos limites". "Culture", *Encyclopedia of the Social Sciences*, op. cit., 626.

<sup>55</sup> Deste ponto, é evidente que estamos considerando a análise funcional como um método para a interpretação de dados sociológicos. Isto não significa negar o papel importante da orientação funcional para sensibilizar o sociólogo para a coleta de tipos de dados que, de outro modo, poderiam ser esquecidos. Talvez seja desnecessário

dade de localizar modelos adequados de sistemas sociais, que podem submeter-se a um estudo comparado (semi-experimental)? 56

#### 11. Problemas das implicações ideológicas da análise funcional

Numa seção anterior foi salientado que a análise funcional não tem compromisso intrínseco com qualquer posição ideológica. Isto não contradiz o fato de que quaisquer análises funcionais particulares e hipóteses particulares formuladas por funcionalistas podem ter um papel ideológico identificável. Então, isto se torna um problema específico para a sociologia do conhecimento: em que medida a posição social do sociólogo funcional (por exemplo, em relação a um "cliente" particular que haja autorizado determinada (pesquisa) evoca determinada formulação de um problema, em vez de outra, afeta suas suposições e conceitos e limita a amplitude das inferências derivadas dos seus dados?

**INTERROGAÇÃO BÁSICA:** Como se pode descobrir o colorido ideológico de uma análise funcional, e em que grau uma ideologia particular deriva dos supostos básicos adotados pelo sociólogo? A incidência de tais assuntos está relacionada com o status e o papel do sociólogo como pesquisador?

Antes de passar a um estudo mais intensivo de algumas partes deste paradigma, sejamos claros acerca dos usos a que se supõem ser possível aplicar o paradigma. Afinal, as taxonomias dos conceitos podem ser indefinidamente multiplicadas, sem fazer progredir materialmente as tarefas da análise sociológica. Quais, então, são as finalidades do paradigma e como poderá ele ser usado?

#### Finalidades do Paradigma

A primeira e mais importante finalidade é fornecer um guia codificado e provisório às análises funcionais adequadas e frutíferas. Este objetivo evidentemente significa que o paradigma contém o conjunto mínimo de conceitos, com os quais o sociólogo necessita trabalhar a fim de levar ao fim uma análise funcional adequada e, como corolário, que ele possa ser usado aqui e agora, como um guia para o estudo crítico das análises existentes. Propõe-se que ele seja, assim, um guia demasiado compacto e conciso na formulação de pesquisas de análises funcionais e uma ajuda em localizar as contribuições distintas e as deficiências de pesquisas anteriores. As limitações de espaço nos permitirão aplicar somente partes limitadas do paradigma a uma avaliação crítica de uma lista selecionada de assuntos.

repetir o axioma de que os conceitos de um indivíduo determinam a inclusão ou a exclusão de dados e que, apesar da etimologia da palavra, os dados não são "dados" mas "arbitrados" com a inevitável ajuda de conceitos. No processo de elocubrar uma interpretação funcional, o analista sociólogo considera invariavelmente necessário obter dados diferentes dos inicialmente imaginados. A interpretação e a coleta de dados estão, portanto, inextricavelmente entrecidas com o conjunto de conceitos e de proposições relativos a estes conceitos. Essas observações são estudadas com mais vagar no Capítulo II.

<sup>56</sup> *Social Structure*, de George P. Murdock (Nova Iorque: Macmillan, 1949), demonstra que procedimentos como os que implica o exame minucioso da cultura são muito promissores para o estudo de certos problemas metodológicos de análise funcional. Vejam-se também os processos de análise funcional em *Marriage, Authority, and Final Causes*, por George C. Homans e David M. Schneider (Glencoe: The Free Press, 1955).

Em segundo lugar, o paradigma se propõe a conduzir diretamente aos postulados e suposições (freqüentemente tácitos) que se acham no substrato da análise funcional. Como temos assinalado anteriormente algumas dessas suposições são de fundamental importância, outras são insignificantes e dispensáveis e outras mais são dúbias e até mesmo enganosas.

Em terceiro lugar, o paradigma procura sensibilizar o sociólogo não somente em relação às correlações estreitamente científicas de vários tipos de análise funcional, como também a suas correlações políticas e algumas vezes ideológicas. Os pontos em que uma análise funcional pressupõe um ângulo político implícito e os pontos em que ela se relaciona com a "engenharia social", são questões que encontram lugar integral no paradigma.

Fica obviamente além dos limites deste Capítulo explorar em detalhe os grandes e amplos problemas incluídos no paradigma. Isto pode aguardar uma exposição mais completa num volume devotado a tal finalidade. Portanto, limitaremos o restante de nossa presente dissertação a aplicações breves apenas das primeiras partes do paradigma, a um número de casos rigorosamente limitados, da análise funcional na sociologia. E, de tempos em tempos, estes poucos casos serão usados como ponto de partida para a discussão de problemas especiais que são apenas ilustrados de modo imperfeito, pelos casos em questão.

## ITENS SUJEITOS À ANÁLISE FUNCIONAL

A primeira vista, pode parecer que a crua *descrição* do item a ser analisado funcionalmente, acarreta poucos problemas, se é que surge algum. Presumivelmente, deve-se descrever o item "de modo tão completo e exato" quanto possível. No entanto, depois de pensar mais, fica evidente que esta máxima não fornece quase nenhuma orientação para o observador. Considere-se a situação embaraçosa de um neófito funcionalmente orientado, armado somente com esta máxima, como se fosse um auxílio destinado a responder à pergunta: O *que* é que vou observar, o *que* é que vou incorporar às minhas anotações de campo e o *que* poderei omitir sem prejuízo?

Sem admitir que se possa dar agora uma resposta detalhada e circunstancial ao trabalhador do campo, não obstante, poderemos observar que a pergunta em si mesmo é legítima e que se desenvolveram parcialmente respostas *implícitas*. A fim de provocar estas respostas implícitas, a fim de codificá-las, é necessário abordar os casos de análise funcional com a interrogação: *Que espécie de dados foram consistentemente incluídos, não importa qual seja o item submetido à análise, e porque estes dados foram incluídos, ao invés de outros?*

Logo se torna claro que a orientação do funcionalista determina grandemente o que é que se inclui na descrição do item a ser interpretado. Assim, a descrição de um espetáculo de magia ou de uma cerimônia não

é confinada a um relato do conjuro ou da fórmula, do rito e dos executantes. Inclui a exposição sistemática das pessoas que participam e dos espectadores, dos tipos e índices de interação entre os executantes e a audiência, de mudanças nestes modelos de interação, no decurso do cerimonial. Assim, a descrição das cerimônias de chuva dos Hopi, por exemplo, \* envolve mais do que as ações aparentemente orientadas em direção à intervenção dos deuses nos fenômenos meteorológicos. Inclui um relatório das pessoas *que* são envolvidas de várias maneiras no padrão de comportamento. A descrição dos participantes (e espectadores) é apresentada em *têrmos estruturais*, isto é, em *têrmos de colocação* de tais pessoas em seus lugares interligados de situação social.

Breves citações ilustrarão o modo pelo qual as análises funcionais começam com a inclusão sistemática (e, preferivelmente, com esquemas) das situações sociais e inter-relações sociais dos que entrem no comportamento que se examina.

Cerimônia Chiricahua, da puberdade, para meninas: a família doméstica, ampliada, (pais e parentes capazes de auxiliar do ponto de vista financeiro) suportam a despesa dessa cerimônia de quatro dias. Os pais escolhem o tempo e o lugar da cerimônia. "Todos os membros do acampamento da moça comparecem, bem como quase todos os membros do grupo local. Um regular número de visitantes de outros grupos locais e alguns viajantes de bandos de fora, são vistos: seu número aumenta à proporção que o dia avança". O líder do grupo local ao qual pertence a família da moça, fala, dando as boas-vindas a todos os visitantes. Resumindo, este relato chama a atenção de modo explícito para as seguintes situações sociais e grupos envolvidos por várias formas na cerimônia: a moça; seus pais e a família mais próxima; o grupo local, especialmente através de seu chefe; o bando representado pelos grupos locais externos, e a "tribo representada pelos membros de outros bandos".<sup>57</sup>

Tal como veremos no momento oportuno, embora seja pertinente definir agora, a *descrição crua* da cerimônia em *têrmos* da posição social e das filiações dos grupos de pessoas envolvidas de várias formas, *fornece uma pista principal* que leva às *funções* desempenhadas por este cerimonial. Numa palavra, sugerimos que a descrição estrutural dos participantes na atividade em análise, proporciona hipóteses para interpretações funcionais subseqüentes.

Outro exemplo indicará novamente a natureza de tais descrições em *têrmos* de papel, situação social, filiação no grupo e as inter-relações entre estes fatores.

Reações estandardizadas ao 'mirriri' (ouvir obscenidades dirigidas à própria irmã) entre os Murugin da Austrália. A reação padronizada deve ser descrita de modo bastante resumido: quando um marido amaldiçoa sua esposa na presença do irmão dela, o irmão se lança ao comportamento aparentemente anômalo de atirar dardos à esposa (não contra o marido)

\* HOPI. Uma das tribos Shoshones dos índios da nação Pueblo, também conhecida por Moqui. São agricultores industriais, trabalham com tinturaria e tecelagem, criam gado, e são conhecidos por sua complexa organização de clãs e cerimônias religiosas. (N. do T.)

57. Morris E. Opler, "An outline of Chiricahua Apache social organization", em *Social Anthropology of North American Tribes*, ed. por Fred Eggan (Chicago: University of Chicago Press, 1937), 173-239, especialmente as págs. 226-230 [o grifo é nosso].

e às suas irmãs. A descrição de tal padrão inclui descrições da situação social dos participantes. As irmãs são membros do clã do irmão; o marido provém de outro clã.

Observe-se ainda que os participantes são localizados dentro de estruturas sociais e essa localização é básica à análise funcional subsequente de tal comportamento.<sup>58</sup>

Uma vez que estes casos são extraídos de sociedades ágrafas, poder-se-ia admitir que estes requisitos de descrição fôssem peculiares a materiais ágrafos. Contudo, tomando-se outros casos de análises funcionais de padrão encontrados na sociedade ocidental moderna, podemos identificar este mesmo requisito, assim como oferecer guias adicionais aos "dados descritivos necessários".

O "complexo do amor romântico" na sociedade americana: embora tôdas as sociedades reconheçam "ocasionais ligações emocionais violentas", a sociedade norte-americana contemporânea está entre as poucas sociedades que valorizam as ligações românticas, e pelo menos na crença popular, tomam-nas como a base para a escolha de um cônjuge para casamento. Este padrão característico de escolha diminui ou elimina a escolha do cônjuge pelos pais ou pelo grupo de parentesco mais amplo.<sup>59</sup>

Observe-se que a ênfase sobre um padrão de escolha de cônjuge exclui padrões de escolha alternativos, cuja ocorrência é conhecida em outras partes.

Este caso sugere um *segundo* desiderato para um tipo de dados a serem incluídos no relato do item submetido à análise funcional. Ao descrever o padrão característico (modal) de manejar um problema estandardizado (escolha do cônjuge), o observador, sempre que seja possível indica as principais alternativas assim excluídas. Como veremos, isso propicia indicações diretas ao contexto estrutural do padrão e mediante a sugestão de materiais comparativos adequados, aponta na direção da validação da análise funcional.

Um *terceiro* elemento constitutivo da descrição do item problemático, preparatório à análise funcional real — por assim dizer, um requisito adicional à preparação do espécime para análise — é incluir os "significados" (ou significação cognitiva e afetiva) da atividade ou padrão, para os membros do grupo. De fato, como se tornará evidente, um relato total circunstanciado das significações ligadas ao item muito contribui a sugerir as linhas apropriadas de análise funcional. Um caso ex-

58. W. L. Warner, *A Black Civilization — A Social Study of an Australian Tribe* (Nova Iorque: Harper & Brothers, 1937), 112-113.

59. Sobre diferentes atitudes em relação à análise funcional do "complexo de amor romântico", ver Ralph Linton, *Study of Man*, (Nova Iorque: D. Appleton-Century Co., 1936), 174-5; T. Parsons, "Age and sex in the social structure of the United States", *American Sociological Review*, outubro de 1942, 7, 604-616, especialmente as págs. 614-15; T. Parsons, "The kinship system of the contemporary United States", *American Anthropologist*, 1943, 45, 22-38, especialmente as págs. 31-32, 36-37, ambos êsses trabalhos reproduzidos em seus *Essays in Sociological Theory*, op. cit.; T. Parsons, "The social structure of the family", em *The Family: Its Function and Destiny*, ed. por Ruth N. Anshen (Nova Iorque: Harper, 1949), 173-201; R. K. Merton, "Intermarriage and the social structure", *Psychiatry*, 1941, 4, 361-74, especialmente as págs. 367-8; e Isidor Thorner, "Sociological aspects of affectional frustration", *Psychiatry*, 1943, 6, 157-173, especialmente as págs. 169-72.

traído das muitas análises funcionais de Veblen, serve para ilustrar a tese geral:

O padrão cultural do consumo ostensivo: o consumo ostensivo de artigos relativamente dispendiosos "significa" (simboliza) a posse de suficiente riqueza para "permitir-se" tais despesas. Por sua vez, a riqueza é honorífica. As pessoas que se lançam ao consumo por ostentação não só obtêm prazer com o consumo direto, como também do elevado status social refletido nas atitudes e opiniões dos outros que as observam. Este padrão, é notado especialmente entre a classe folgada, isto é, aqueles que podem e em grande parte se abstêm do trabalho produtivo [esta é a situação social ou papel componente da descrição]. Contudo, este consumo se difunde a outras camadas que procuram emular o padrão e que do mesmo modo experimentam orgulho em despesas "de desperdício". Finalmente, o consumo em termos ostensivos tende a eliminar outros critérios de consumo (por exemplo, o gasto "eficiente" de fundos). [Esta é uma referência explícita aos modos alternativos de consumo obscurecidos da vista pela ênfase cultural do padrão que está sendo examinado].<sup>60</sup>

Como bem se sabe, Veblen continua a imputar uma variedade de funções ao padrão de consumo ostensivo — funções de engrandecimento e validação do status social, de "boa reputação", de exibição de força pecuniária (pág. 96). Estas conseqüências, compartilhadas pelos participantes da atividade padronizada são produtoras de satisfação, e justificam a explicação da continuação do padrão. *As pistas das funções imputadas são fornecidas quase totalmente pela descrição do próprio padrão*, o que inclui referências explícitas (1) ao status social daqueles que exibem diferencialmente o padrão, (2) alternativas conhecidas ao padrão de consumir em termos de exibição e "desperdício", ao invés de fruição privada e "intrínseca" do item de consumo; e (3) os diversos significados culturalmente circunscritos ao comportamento de consumo de ostentação pelos participantes e observadores do padrão.

Êstes três componentes da descrição do espécime a ser analisado não invocam de maneira alguma a exaustão do tema. Um protocolo descritivo completo, adequado à análise funcional subsequente, inevitavelmente se espalhará por uma gama de conseqüências psicológicas imediatas e sociais, do comportamento em exame. Porém, essas correlações, podem ser examinadas com mais proveito em conexão com os conceitos de função. Aqui torna-se unicamente necessário repetir que a descrição do item não segue de acôrdo com a inclinação ou a intuição, mas deve incluir no mínimo essas três características do item, se é que o protocolo descritivo do item em exame deva apresentar valor ótimo para a análise funcional. Embora reste muito a ser aprendido com relação aos desideratos da fase descritiva da análise total, esta breve apresentação de modelos para um conteúdo descritivo pode servir para indicar que os procedimentos da análise funcional *podem* ser codificados com o resultado final de que o trabalhador sociológico de campo terá um mapa que guiará a observação.

Outro caso ilustrará mais um desiderato para a descrição do item a ser analisado.

60. Thorstein Veblen, *The Theory of the Leisure Class*, (Nova Iorque: Vanguard Press, 1928), especialmente nos capítulos 2-4.

**Tabu da exogamia:** Quanto maior a solidariedade do grupo, tanto mais marcado será o sentimento contrário ao casamento com pessoa fora do grupo. "Não faz nenhuma diferença qual seja a causa do desejo que favoreça a solidariedade do grupo..." O casamento fora dele significa ou perder um membro do grupo a favor de outro grupo ou a inclusão no próprio grupo, de pessoas que não tenham sido completamente socializadas nos valores, sentimentos e práticas do grupo em que ingressam.<sup>61</sup>

Isto sugere um *quarto* tipo de dados a serem incluídos na descrição do espécime social ou cultural, antecipada à análise funcional. Inevitavelmente, os participantes da prática que está sendo examinada têm alguma lista de motivos para manifestarem sua conformidade, ou para a respectiva dissidência. O relato descritivo deverá, tanto quanto possível, incluir uma relação destas motivações, porém tais motivos não devem ser confundidos como temos visto, com (a) o padrão objetivo do comportamento, ou (b) com as funções sociais daquele padrão. A inclusão dos motivos no relato descritivo ajuda a explicar as funções psicológicas servidas pelo padrão e freqüentemente verifica-se ser sugestiva quanto às funções sociais.

Até aqui, temos considerado itens que são práticas ou crenças claramente padronizadas, padrões esses reconhecidos como tais pelos participantes da sociedade. Assim, os membros da sociedade dada podem, em vários graus, descrever os contornos da cerimônia de puberdade dos Chiricahuas, o tipo de "mirriri" dos Murgin, a preocupação com o consumo ostensivo e os tabus da exogamia, a escolha dos parceiros na base de ligações românticas. Todos esses casos são partes da cultura pública, e como tais, são mais ou menos conhecidos completamente por aqueles que participam dessa cultura. Contudo, o cientista social não se limita a tais padrões manifestos. De tempos a tempos, ele revela um padrão cultural oculto, um conjunto de práticas ou crenças que é modelado tão consistentemente quanto os padrões públicos, mas que não é considerado como um padrão normativamente regulado pelos próprios participantes. Os exemplos de tais casos são abundantes. Assim, as estatísticas mostram que na situação de quase-casta que predomina nas relações entre negros e brancos, nos Estados Unidos, o padrão predominante de casamentos inter-raciais (quando ocorrem) é entre mulheres brancas com homens negros (ao invés de ser entre mulheres negras e homens brancos). Embora este padrão, que pode ser denominado — hipogamia de casta —, não seja institucionalizado, é persistente e notavelmente estável.<sup>62</sup>

Ou então, consideremos outro exemplo de um padrão fixo, porém aparentemente não reconhecido. Malinowski relata que os trobriandeses cooperativamente ocupados na tarefa tecnológica da construção de uma canoa, não estão somente unidos naquela tarefa técnica explícita, mas

61. Romanzo Adams, *Interracial Marriage in Hawaii*, especialmente as págs. 197-204; Merton, "Intermarriage...", *op. cit.*, especialmente as págs. 368-9; K. Davis, "Intermarriage in caste societies", *American Anthropologist*, 1941, 43, 376-395.

62. Cf. Merton, "Intermarriage...", *op. cit.*; Otto Klineberg, ed., *Characteristics of the American Negro* (Nova Iorque: Harper, 1943).

também para estabelecer e reforçar, no processo de sua execução, relações interpessoais entre eles. Boa parte dos dados recentes, acerca de tais grupos primários, chamados "organizações informais", trata de tais padrões de relações que são observadas pelo cientista social, mas não são reconhecidas pelos próprios participantes, pelo menos em suas conclusões totais.<sup>63</sup>

Tudo isto aponta a um *quinto* desiderato do protocolo descritivo: as regularidades de comportamento, associadas com a atividade nominalmente central (embora não façam parte da norma explícita de cultura), devem ser incluídas nos protocolos do pesquisador de campo, uma vez que estas regularidades não-propositais freqüentemente proporcionam pistas básicas à indicação de funções distintivas da norma total. Como veremos, a inclusão destas regularidades "não-propositais" no protocolo, dirige o investigador quase imediatamente à análise da norma, em termos daquilo que temos chamado — funções latentes.

Resumindo, então, o protocolo descritivo deve incluir, tanto quanto possível, o seguinte:

- 1) localização dos participantes na norma, dentro da estrutura social — participação diferencial;
- 2) consideração dos modos de comportamento alternativos, excluídos pela ênfase sobre a norma observada (isto é, atenção não somente ao que ocorre, mas também ao que é desprezado em virtude da norma existente);
- 3) os significados emotivos e cognitivos conceituados pelos participantes da norma;
- 4) uma distinção entre as motivações da participação na norma e o comportamento objetivo incluído na norma;
- 5) regularidades de comportamento não reconhecidas pelos participantes, mas que sejam não obstante associadas com a norma central de comportamento.

Que estes desideratos do protocolo do observador estão longe de serem completos, é inteiramente provável. Porém, eles fornecem um passo tateante na direção de se *especificarem* os pontos de observação, que facilitarão a subsequente análise funcional. Pretendemos que eles sejam um tanto mais específicos do que as sugestões ordinariamente encontradas em afirmações gerais quanto aos processos de trabalho, tais como os que aconselham o observador a ser sensível com referência ao "contexto da situação".

## FUNÇÕES MANIFESTAS E LATENTES

Conforme tem sido ventilado em seções anteriores, a distinção entre funções manifestas e latentes foi imaginada para evitar a confusão inadvertida, freqüentemente encontrada na literatura sociológica, entre *motivações* conscientes do comportamento social e suas *consequências* ob-

63. A redescoberta do grupo primário pelos interessados nos estudos sociológicos da indústria tem sido um dos principais estímulos à abordagem funcional na pesquisa sociológica recente. Referimo-nos aos trabalhos de Elton Mayo, Roethlisberger e Dickson, William Whyte e Burleigh Gardner, entre muitos outros. Continuam de pé, naturalmente, diferenças de interpretação a que conduzem esses mesmos dados.

jetivas. Nosso exame dos vocabulários correntes da análise funcional têm demonstrado quão facilmente, e quão desafortunadamente, o sociólogo pode identificar os motivos com as funções. Já foi antes esclarecido que o motivo e a função variam cada uma de per si e que a falha em registrar este fato numa terminologia estabelecida tem contribuído para a tendência inconsciente entre os sociólogos, de confundir as categorias subjetivas da motivação com as categorias objetivas da função. Este, então, é o propósito central de nossa adesão à prática nem sempre recomendável de introduzir novos termos no vocabulário técnico da sociologia, em rápido crescimento, prática essa considerada por muitos leigos como uma afronta à sua inteligência e uma ofensa contra a inteligibilidade comum.

Como se perceberá facilmente, tenho adaptado os termos "manifesto", e "latente", diferenciando-os de seu uso em outro sentido por Freud (embora Francis Bacon já há muito tempo falasse de "processo latente" e "configuração latente", em conexão com processos que estão abaixo do limiar da observação superficial).

A mesma distinção tem sido repetidamente traçada por observadores do comportamento humano, a intervalos regulares, numa extensão de muitos séculos.<sup>64</sup> Na verdade, seria desconcertante verificar que uma distinção que chegamos a considerar como principal na análise funcional, não tivesse sido feita por qualquer um daqueles que em numerosa companhia, com efeito, adotaram uma orientação funcional. Precisamos mencionar apenas uns poucos daqueles que, nas décadas recentes, têm verificado ser necessário distinguir em suas interpretações específicas de comportamento, a finalidade em vista, das conseqüências funcionais da ação.

George H. Mead<sup>65</sup> "... aquela atitude em relação ao infrator da lei tem a única vantagem [leia-se, função latente] de unir todos os membros da comunidade na solidariedade emocional da agressão. Enquanto os mais admiráveis esforços humanitários certamente correrão contra os interesses individuais de muitos componentes da comunidade, ou deixarão de tocar o interesse e a imaginação da massa, ficando a comunidade dividida ou indiferente, o grito de 'ladrão' ou de 'assassino' é sintonizado por profundos complexos, que jazem abaixo da superfície dos esforços individuais em concorrência, e cidadãos que têm [permanecido] separados por interesses divergentes unem-se contra o inimigo comum".

A análise semelhante de Emile Durkheim,<sup>66</sup> das funções sociais do castigo, é também focalizada sobre suas funções latentes (conseqüências em relação à comunidade) ao invés de serem confinadas às funções manifestas (conseqüências em relação ao criminoso).

Estes e outros numerosos observadores sociológicos, então, de tempos a tempos, têm distinguido entre categorias de disposição subjetiva ("ne-

64. Referências a algumas das mais notáveis entre as primeiras manifestações da distinção, podem ser encontradas em "Unanticipated consequences...", de Merton, *op. cit.*
65. George H. Mead, "The psychology of punitive justice", *American Journal of Sociology*, 1918, 23, 577-602, especialmente pág. 591.
66. Como já foi indicado neste capítulo, Durkheim adotou uma orientação funcional em toda sua obra e trabalhou, embora muitas vezes sem aviso explícito, com conceitos equivalentes. A referência do texto neste trecho é ao seu "Deux lois de l'évolution pénale", em *L'année sociologique*, 1899-1900, 4, 55-95, bem como com a sua *Division of Labor in Society*, (Glencoe, Illinois: The Free Press, 1947).

W.G. Sumner<sup>67</sup>: "... desde os primeiros atos pelos quais os homens procuram satisfazer suas necessidades, cada ato explica-se por si, e não olha além da satisfação imediata. Das necessidades periódicas surgem os hábitos para os indivíduos, e os costumes para o grupo, mas estes resultados são conseqüências que nunca foram conscientes, e nunca foram previstas ou procuradas. Elas não são observadas até que hajam existido por longo tempo, e ainda leva mais tempo até que sejam apreciadas." Embora isto falhe na localização das ações sociais padronizadas para uma estrutura social designada, faz claramente a distinção básica entre as finalidades à vista e as conseqüências objetivas.

R.M. MacIver<sup>68</sup>: Além dos efeitos diretos das instituições, "há efeitos ulteriores, a modo de controles, que fazem fora das finalidades diretas dos homens este tipo de forma de controle relativo... pode ser profundamente útil à sociedade, embora não intencionado".

W.I. Thomas e F. Znaniecki<sup>69</sup>: "Embora todas as novas instituições [cooperativas de camponeses poloneses] sejam assim formadas com o propósito definido de satisfazer certas necessidades específicas, sua função social não é de modo nenhum limitada à sua finalidade explícita e consciente... cada uma dessas instituições — comuna ou círculo agrícola, banco de empréstimos e de economia, ou teatro — não é simplesmente um mecanismo para lidar com certos valores, mas também uma associação de pessoas, da qual cada membro se supõe que participe das atividades comuns como um indivíduo vivente e concreto. Qualquer que seja o interesse comum oficial, predominante, sobre o qual a instituição é fundada, a associação, como grupo concreto de personalidades humanas, de modo não oficial envolve muitos outros interesses; os contatos sociais entre seus membros não são limitados ao seu objetivo comum, embora este último, é evidente, constitua tanto a razão principal pela qual a associação é formada, como o laço mais permanente que a mantém coesa. Devido a essa combinação de um mecanismo abstrato, político, econômico ou de qualquer modo racional, para a satisfação de necessidades específicas, com a unidade concreta de um grupo social a nova instituição é também o melhor elo intermediário entre o grupo primário camponês e o sistema nacional secundário".

cessidades, interesses, propósitos") e categorias de conseqüências funcionais objetivas, geralmente não reconhecidas ("únicas vantagens", conseqüências "nunca conscientes", "serviço... não intencional à sociedade", "função não limitada a uma finalidade consciente e explícita").

Desde que a ocasião para fazer a distinção se apresenta com grande freqüência, e desde que o propósito de um esquema conceptual é dirigir as observações para os elementos salientes de uma situação e evitar o descuido inadvertente de tais elementos, talvez fôsse justificável designar esta distinção por um conjunto apropriado de termos ou expressões.

67. Esta, uma entre muitas das suas observações, encontra-se naturalmente em W. G. Sumner, *Folkways* (Boston: Ginn & Co., 1906), 3. Seu colaborador, Albert G. Keller conservou a distinção em seus próprios trabalhos; veja-se, por exemplo, sua *Social Evolution* (Nova Iorque: Macmillan, 1927), 93-95.
68. Este trecho está propositadamente tirado de uma das primeiras obras de MacIver: *Community*, (Londres: Macmillan, 1915). A distinção adquire maior importância em seus trabalhos posteriores, chegando a ser elemento muito importante em sua *Social Causation* (Boston: Ginn & Co., 1942), especialmente as págs. 314-321 e informando a maior parte da sua *The More Perfect Union* (Nova Iorque: Macmillan, 1948).
69. O parágrafo citado no texto é um dos muitos que, com justiça, induziram a considerar *The Polish Peasant in Europe and America*, um "clássico sociológico". Vejam-se as págs. 1426-7, 1523 e segs. Como será dito mais tarde neste capítulo, as idéias e as distinções conceptuais contidas neste trecho — e há muitos outros que se lhe assemelham no ponto de vista da riqueza de conteúdo — foram esquecidas ou nunca foram levadas em conta pelos sociólogos industriais que chegaram recentemente a formular a noção de "organização informal" na indústria.

Esta é a atitude racional que justifica a distinção entre funções manifestas e funções latentes; a primeira refere-se àquelas conseqüências objetivas para uma unidade especificada (pessoa, subgrupo, sistema social ou cultural) a qual contribui para seu ajustamento ou adaptação e assim é intencionada; a segunda se refere às conseqüências não intencionadas e não reconhecidas da mesma ordem.

Existem algumas indicações de que o batismo dessa distinção pode servir a um propósito heurístico de tornar-se incorporado a um aparelho conceptual explícito, ajudando assim tanto à observação sistemática como mais tarde à análise. Nos anos recentes, por exemplo, a distinção entre as funções manifestas e as latentes tem sido utilizada em análises de casamento inter-racial,<sup>70</sup> estratificação social,<sup>71</sup> frustração afetiva,<sup>72</sup> teoria sociológica de Veblen,<sup>73</sup> atitudes norte-americanas predominantes com relação à Rússia,<sup>74</sup> propaganda como meio de controle social,<sup>75</sup> teoria antropológica de Malinowski,<sup>76</sup> feitiçaria dos Navajos,<sup>77</sup> problemas da sociologia do conhecimento,<sup>78</sup> moda,<sup>79</sup> dinâmica da personalidade,<sup>80</sup> medidas de segurança nacional,<sup>81</sup> dinâmica social interna da burocracia<sup>82</sup> e grande variedade de outros problemas sociológicos.

A própria diversidade de tais assuntos sugere que a distinção teórica entre as funções manifestas e as latentes não seja destinada a uma variedade particular de comportamento humano. Porém ainda permanece a grande tarefa de desentocar os usos específicos aos quais possa ser aplicada esta distinção, e é a esta grande tarefa que devotamos as restantes páginas deste capítulo.

70. Merton, "Intermarriage and the social structure", *op. cit.*  
 71. Kingsley Davis, "A conceptual analysis of stratification", *American Sociological Review*, 1942, 7, 309-321.  
 72. Thorner, *op. cit.*, especialmente a pág. 165.  
 73. A. K. Davis, Thorstein Veblen's Social Theory, tese doutoral, Harvard, 1941 e "Veblen on the decline of the Protestant Ethic", *Social Forces*, 1944, 22, 282-86; Louis Schneider, *The Freudian Psychology and Veblen's Social Theory* (Nova Iorque: King's Crown Press, 1948), em especial o Capítulo 2.  
 74. A. K. Davis, "Some sources of American hostility to Russia", *American Journal of Sociology*, 1947, 53, 174-183.  
 75. Talcott Parsons, "Propaganda and social control", em seus *Essays in Sociological Theory*.  
 76. Clyde Kluckhohn, "Bronislaw Malinowski, 1884-1942", *Journal of American Folklore*, 1943, 56, 208-219.  
 77. Clyde Kluckhohn, *Navaho Witchcraft*, *op. cit.*, esp. as págs. 46-47 e segs.  
 78. Merton, Capítulo XII deste volume.  
 79. Bernard Barber e L. S. Lobel, "'Fashion' in women's clothes and the American social system", *Social Forces*, 1952, 31, 124-131.  
 80. O. H. Mowrer e C. Kluckhohn, "Dynamic theory of personality", em J. M. Hunt, ed., *Personality and the Behavior Disorders* (Nova Iorque: Ronald Press, 1944), 1, 69-135, especialmente a pág. 72.  
 81. Marie Jahoda e S. W. Cook "Security measures and freedom of thought: an exploratory study of the impact of loyalty and security programs", *Yale Law Journal*, 1952, 61, 296-333.  
 82. Philip Selznick, *TVA and the Grass Roots* (University of California Press, 1949); A. W. Gouldner, *Patterns of Industrial Bureaucracy* (Glencoe, Illinois: The Free Press, 1954); P. M. Blau, *The Dynamics of Bureaucracy* (University of Chicago Press, 1955); A. K. Davis, "Bureaucratic patterns in Navy officer corps", *Social Forces*, 1948, 27, 142-153.

### Propósitos Heurísticos da Distinção

A distinção esclarece a análise de padrões sociais aparentemente irracionais. Em primeiro lugar, a distinção ajuda a interpretação sociológica de muitas práticas sociais que persistem mesmo quando seu propósito manifesto não esteja claramente alcançado. O processo consagrado pelo tempo nestes casos tem sido o de que diversos observadores, especialmente os leigos, se referem a tais práticas como "superstições", "irracionalidades", "simples inércia da tradição" etc. Em outras palavras, quando o comportamento do grupo não atinge suas finalidades ostensivas — e na verdade, freqüentemente não pode fazê-lo — há uma inclinação para atribuir sua ocorrência à falta de inteligência, à crua ignorância, às sobrevivências ou à chamada inércia. Assim, as cerimônias dos Hopi, destinadas a produzir abundante chuva, podem ser rotuladas como uma prática supersticiosa de gente primitiva e isto permite encerrar o assunto. Deve-se notar que isso, de modo nenhum explica o comportamento do grupo. É simplesmente um caso de nomenclatura, coloca o epíteto de "superstição" em substituição a uma análise do papel real desse comportamento na vida do grupo. Dado o conceito de função latente, contudo, lembramo-nos de que este comportamento talvez possa realizar uma função para o grupo, embora esta função possa ser muito afastada da finalidade declarada da conduta.

O conceito de função latente amplia a atenção do observador para mais além da questão de se saber se a conduta consegue ou não a sua finalidade confessada. Ignorando temporariamente esses propósitos explícitos, dirige a atenção para outro campo de conseqüências: as que se relacionam, por exemplo, com as personalidades individuais dos Hopi que concorrem na cerimônia e com a persistência e continuidade do grupo maior. Se alguém se limitasse ao problema de saber se existe uma função manifesta (deliberada), isto se converteria num problema não para o sociólogo mas para o meteorologista. É certo que os nossos meteorologistas estão de acordo em que a cerimônia da chuva não produz chuva; mas isto nada tem a ver com o assunto. Significa, simplesmente, que a cerimônia não tem este uso técnico, que esta finalidade da cerimônia e suas conseqüências reais não coincidem. Mas com o conceito de função latente, continuamos nossa investigação e examinamos as conseqüências da cerimônia, não para os deuses da chuva ou para os fenômenos meteorológicos, mas para o grupo que realiza a cerimônia. E então se pode verificar, como muitos observadores já o indicaram, que o cerimonial tem realmente funções, mas funções latentes ou não deliberadas.

As cerimônias podem desempenhar a função latente de reforçar a identidade do grupo, proporcionando uma ocasião periódica em que os indivíduos disseminados de um grupo se reúnem para entregar-se a uma atividade comum. Como Durkheim, entre outros, indicou faz muito tempo, tais cerimônias constituem um meio de se expressarem coletivamente.

te sentimentos que, numa análise ulterior, resultam ser uma fonte fundamental de unidade do grupo. Mediante a aplicação sistemática de função latente, pode descobrir-se, às vezes, que a conduta aparentemente irracional é positivamente funcional para o grupo. Se trabalharmos com o conceito de função latente, não seremos levados a concluir muito apressadamente que, se uma certa atividade de um grupo não atinge sua finalidade nominal, sua persistência somente possa ser descrita como um caso de "inércia", "sobrevivência" ou "manipulação de subgrupos poderosos da sociedade".

Na realidade, alguma concepção parecida com a da função latente tem sido empregada com muita frequência, quase invariavelmente, pelos cientistas sociais que seguem um processo padronizado destinado a alcançar um objetivo que se sabia não poder ser alcançado pela ciência física bem acreditada. Seria este claramente o caso, por exemplo, dos ritos dos índios Pueblo relativos à chuva e à fertilidade. Mas, com uma conduta que não se dirige para um objetivo claramente inatingível, é menos provável que os observadores sociológicos examinem as funções colaterais ou latentes da conduta.

A distinção dirige a atenção para campos de pesquisa teoricamente frutíferos. A distinção entre funções manifestas e latentes, além disso, serve para dirigir a atenção dos sociólogos precisamente para as esferas da conduta, da atitude e da crença, em que podem aplicar com maior proveito suas habilidades especiais. Pois qual seria a sua tarefa se se limitassem ao estudo de funções manifestas? Interessar-se-iam, então, em grande parte, em determinar se uma prática instituída para um propósito específico consegue na realidade esse propósito. Investigaram, por exemplo, se um sistema novo de pagamento de salário atingiria seu propósito declarado de reduzir a mão-de-obra e de aumentar a produção. Indagaram se uma campanha de propaganda logrou de fato seu objetivo de aumentar a "decisão de lutar", ou a "decisão de comprar bônus de guerra" ou a "tolerância para com outros grupos étnicos". Pois bem, estes tipos de investigação são importantes e complexos; mas, na medida em que os sociólogos se limitarem a estudar funções manifestas, sua investigação será fixada para eles por homens práticos de negócios (que seja um capitão de indústria, um líder sindical ou mesmo, um chefe navajo, isto não importa no momento) e não pelos problemas teóricos que estão no núcleo da disciplina. Ocupando-se primordialmente com o campo das funções manifestas e com o problema chave de verificar se as práticas ou organizações deliberadamente instituídas logram conseguir seus objetivos, o sociólogo se transforma num hábil e aplicado registrador de uma norma de conduta completamente familiar. Os termos de estimativa são fixados e limitados pela questão que lhe é apresentada por homens de negócios não teóricos, p. ex.: o novo sistema de pagamento de salários alcançou tal e tal objetivo?

Armado, porém, com o conceito de função latente, o sociólogo estende sua investigação às direções mais promissoras para o desenvolvimento teórico da matéria. Examina a prática social familiar (ou planejada)

para descobrir as funções latentes e, por isso mesmo, geralmente não reconhecidas (examina também, é claro, as funções manifestas). Examina, por exemplo, as conseqüências do novo plano de salários, a pedido, suponhamos, do sindicato em que estão organizados os trabalhadores; ou as conseqüências de um programa de propaganda, não somente para aumentar seu propósito confessado de despertar entusiasmo patriótico, mas também para que um grande número de pessoas deixe de manifestar sua oposição quando diverge da política oficial etc. Em resumo, supõe-se que as contribuições intelectuais *distintivas* do sociólogo se dirigem primordialmente ao estudo das conseqüências inesperadas (entre as quais figuram as funções latentes) de práticas sociais, assim como ao estudo das conseqüências previstas (entre as quais se contam as funções manifestas).<sup>83</sup>

Existem algumas provas de que os sociólogos fizeram suas contribuições maiores e mais *distintivas* precisamente no momento em que sua atenção investigadora passou do plano das funções manifestas para o plano das funções latentes. Isto poderia ser documentado com muitos exemplos, mas umas poucas ilustrações serão suficientes.

ESTUDOS DA HAWTHORNE WESTERN ELECTRIC:<sup>84</sup> Como se sabe, as primeiras etapas dessa investigação foram dedicadas ao problema das relações entre a "iluminação e a eficiência" dos trabalhadores industriais. Durante uns dois anos e meio, focalizou-se a atenção sobre problemas como este: As mudanças de intensidade de luz afetam a produção? Os resultados iniciais demonstraram que, dentro de amplos limites, não havia relação uniforme entre iluminação e produção. O rendimento da produção aumentou tanto no grupo experimental em que se aumentou (ou se diminuiu) a iluminação, como no grupo de controle em que não se fizeram mudanças na iluminação. Em suma, os pesquisadores se limitaram estritamente a investigar funções manifestas. Na ausência de um conceito de função social latente não se prestou inicialmente qualquer atenção às conseqüências sociais da experiência sobre os indivíduos dos grupos de prova e de controle ou sobre as relações entre os operários e as autoridades da sala de provas. Em outras palavras, faltava aos investigadores uma estrutura sociológica de referência e, assim sendo, eles operaram somente como "engenheiros" (exatamente como um grupo de meteorologistas poderia ter estudado os "efeitos" da cerimônia Hopi, sobre a chuva).

83. Breve ilustração deste conceito geral aparece em *Mass Persuasion*, de Robert K. Merton, Marjorie Fiske e Alberta Curtis (Nova Iorque: Harper, 1946), 185-189; Jahoda e Cook, *op. cit.*

84. Isto é citado como estudo em um caso de como uma investigação complicada se modificou completamente em orientação teórica e no caráter dos seus resultados pela introdução de um conceito parecido com o de função latente. A escolha do caso para este propósito não implica, naturalmente, na aceitação plena das interpretações que os autores deram aos seus resultados. Entre os diversos livros que analisaram a pesquisa da Western Electric, veja-se particularmente *Management and the Worker*, de F. J. Roethlisberger e W. J. Dickson (Harvard University Press, 1939).

Sòmente depois de prolongadas investigações, lembrou-se o grupo pesquisador de explorar as conseqüências da nova "situação experimental" sòbre as imagens e os conceitos que tinham de si mesmos os trabalhadores que tomavam parte na experiência, sòbre as relações pessoais entre os indivíduos do grupo, sòbre a coerência e unidade do grupo. Como diz Elton Mayo, "o fiasco da iluminação os havia pôsto de sobreaviso para a necessidade de manter registros muito minuciosos de tudo o que acontecia na sala, além dos dispositivos industriais e de engenharia manifestos. Em conseqüência, as observações incluíam não sòmente registros de mudanças industriais e técnicas, como também registros de alterações fisiológicas ou médicas e, em certo sentido, de mudanças sociais e antropológicas. Estas últimas tomaram a forma de um diário, que dava conta, o mais completamente possível, dos acontecimentos reais de cada dia..."<sup>85</sup> Em resumo, sòmente depois de uma longa série de experiências que descuidaram por completo as funções sociais latentes da experiência (como situação social preparada), foi que se introduziu esta estrutura claramente sociológica. "Quando nos demos conta disto — escrevem os autores, — a pesquisa mudou de caráter. Os investigadores já não se interessaram em comprovar os efeitos de variáveis simples. A experiência dirigida foi substituída pela idéia de uma situação social que necessitava ser descrita e compreendida como um sistema de elementos interdependentes". Daí por diante, como hoje é bem conhecido, a pesquisa se dirigiu em grande parte à indagação das funções latentes de práticas padronizadas entre os trabalhadores das organizações informais que se desenvolvem entre os operários, das diversões instituídas para eles por "sábios administradores", dos grandes programas de conselhos e diálogos com os operários etc. O nôvo esquema conceptual alterou o terreno e os tipos dos dados recolhidos na investigação subsequente.

É suficiente voltarmos ao parágrafo acima citado da obra clássica de Thomas e Znaniecki, já velha de trinta anos, para reconhecermos a exatidão da observação de Shils:

... realmente, a história do estudo de grupos primários na sociologia norte-americana é um exemplo extremo das *descontinuidades no desenvolvimento dessa disciplina*: certo problema é destacado por um dos fundadores incontestes da disciplina, é deixado de lado e, alguns anos mais tarde, volta a ser entusiasticamente apresentado como se ninguém tivesse antes pensado nele.<sup>86</sup>

Thomas e Znaniecki tinham, pois, insistido repetidas vêzes na opinião sociológica de que, qualquer que fôsse sua principal finalidade, "a associação de pessoas humanas como grupo concreto implica, de maneira não oficial, muitos outros interesses; os contatos sociais entre seus membros não se limitam à sua finalidade comum..." Resulta, portanto, que

85. Elton Mayo, *The Social Problems of an Industrial Civilization*, (Harvard University Press, 1945), 70.

86. Edward Shils, *The Present State of American Sociology*, (Glencoe, Illinois: The Free Press, 1948), 42, [o grifo é nosso]

foram necessários anos de experimentação para que a equipe de pesquisa da Western Electric dirigisse sua atenção para as funções sociais latentes de grupos primários que se formam em organizações industriais. É preciso salientar que não citamos êste caso como exemplo de plano experimental defeituoso; não é isto o que imediatamente nos interessa. É considerado apenas como exemplo da aplicabilidade para a pesquisa *sociológica* do conceito de função latente e dos conceitos de análise funcional que lhe são associados. Demonstra como a inclusão dêste conceito (não importa que se usem ou não estas mesmas palavras) pode tornar sensíveis aos pesquisadores sociológicos um campo de variáveis sociais importantes que, de outra maneira, passaria fàcilmente despercebido. A catalogação explícita do conceito poderá talvez diminuir a freqüência das ocasiões de descontinuidade nas futuras investigações sociológicas.

O descobrimento das funções latentes representa importantes incrementos aos conhecimentos sociológicos. Há outro aspecto em que a investigação das funções latentes representa característica contribuição dos cientistas sociais. São precisamente as funções latentes de uma prática ou crença as que não são do conhecimento comum, porque são conseqüências sociais e psicológicas inesperadas e, em geral, não reconhecidas. Portanto, os resultados concernentes a funções latentes representam um incremento maior de conhecimentos do que os resultados concernentes a funções manifestas. Representam também maior afastamento da sabedoria de "senso comum" ou de "bom senso" a respeito da vida social. Como as funções latentes se distanciam mais ou menos das funções manifestas declaradas, a pesquisa que vem a descobrir funções produz, freqüentemente, resultados "paradoxais". O paradoxo aparente nasce da radical modificação de um preconceito popular familiar, que vê uma prática ou crença padronizada *unicamente* pelas suas funções manifestas; tal modificação se dá quando se indicam algumas das suas funções latentes subsidiárias ou colaterais. A introdução do conceito de função latente na pesquisa social leva a conclusões que revelam que "a vida social não é tão simples como parece à primeira vista"; pois enquanto as pessoas se limitam a *certas* conseqüências (por exemplo, a conseqüências manifestas), é relativamente simples para elas formular juízos morais sòbre o procedimento ou crença em questão. As avaliações morais, baseadas em geral sòbre as conseqüências manifestas, tendem a polarizar-se em termos absolutos de "branco ou prêto", mas a percepção de outras conseqüências (latentes) complica amiúde o panorama. Os problemas de avaliação moral (que, por enquanto, não são de nosso imediato interesse) e os problemas de engenharia social (que constituem nosso interesse imediato)<sup>87</sup> assumem ambos as complicações

87. Isto não significa negar que a engenharia social tenha implicações morais diretas, ou que a técnica e a moralidade estejam inevitavelmente entrelaçadas, mas não pretendo tratar dêste tipo de problema no presente capítulo. Estes problemas serão tratados nos Capítulos VI, XV e XVII. Veja-se também Merton, Fiske e Curtis, *Mass Persuasion*, Capítulo 7.

adicionais quase sempre implícitas nas decisões sociais de responsabilidade.

Um exemplo de pesquisa que emprega implicitamente o conceito de função latente esclarecerá o sentido em que o "paradoxo" — discrepância entre a função aparente, meramente manifesta, e a verdadeira função, que implica também funções latentes — tende a ocorrer como resultado da inclusão deste conceito. Assim, voltando à famosa análise do "consumo ostensivo" feito por Veblen, não é por acaso que este autor foi considerado como um analista social dotado de perspicácia para o paradoxo, a ironia e a sátira; pois são estes os resultados, freqüentes se não inevitáveis, da aplicação do conceito de função latente (ou sem equivalente).

O PADRÃO DO CONSUMO OSTENSIVO. O propósito evidente da compra de bens de consumo é, naturalmente, a satisfação das necessidades às quais estão explicitamente destinados esses bens. Assim, os automóveis estão destinados, evidentemente, a proporcionar certa classe de transporte; as lâmpadas, a proporcionar luz; os artigos alimentícios, a proporcionar o sustento; os produtos artísticos raros, a proporcionar prazer estético. Como esses produtos têm esses usos, em geral se supõe que tais usos abarcavam todo o campo das funções socialmente importantes. Veblen sugere que era esta a opinião comum predominante (é claro que na era pré-vebleniana): "Afirma-se, convencionalmente, que o fim da aquisição e da acumulação é o consumo dos bens acumulados... Pelo menos, acredita-se que esta seja a finalidade econômica legítima da aquisição, *única que a teoria deve levar em conta*".<sup>88</sup>

Mas, diz Veblen em substância, como sociólogos devemos considerar as funções latentes na aquisição, acumulação e consumo, e essas funções latentes se afastam muito, na realidade, das funções manifestas. "Mas, somente quando tomado num sentido muito afastado da sua significação ingênua (isto é, da função manifesta) se pode dizer que esse consumo de bens oferece o incentivo do qual deriva invariavelmente a acumulação". E entre as funções latentes, que ajudam a explicar a persistência e a localização social do padrão de consumo ostensivo, figura sua simbolização de "força pecuniária, e a aquisição e conservação, por esse meio, de um bom nome". O exercício de uma "escolha escrupulosa" na qualidade da "comida, da bebida, da residência, do serviço, dos ornamentos, das baixelas e dos divertimentos" redundava não somente na satisfação de consumir artigos "superiores" em vez de "inferiores" mas também e sobretudo, no dizer de Veblen, de *um aumento ou reafirmação do status social*.

O paradoxo vebleniano é que as pessoas comprem coisas caras não tanto porque são melhores mas porque são caras. Reside nisto a equação latente ("alto custo = sinal de alta posição social") que Veblen destaca em sua análise funcional, e não a equação manifesta ("alto custo =

qualidade excelente dos produtos"). Não nega que as funções manifestas tenham *algum* lugar no apoio ao padrão do consumo ostensivo; elas também são operantes. "O que se acaba de dizer não deve ser interpretado no sentido de que não haja outros incentivos para a aquisição e a acumulação do que este desejo de exibir a sua situação pecuniária, conseguindo assim a estima e a inveja dos semelhantes. O desejo de maior comodidade e segurança perante a necessidade está presente em todos e cada um dos estágios..." Ou ainda: "Seria temerário afirmar que sempre falta uma finalidade proveitosa na utilidade de qualquer artigo ou serviço, por mais evidente que seja o fato de que seu propósito primordial e seu elemento fundamental estejam constituídos pelo desperdício ostensivo" e pela consideração social que daí resulta.<sup>89</sup> Só que as *funções diretas, manifestas, não explicam plenamente as normas predominantes de consumo. Em outras palavras, se as funções latentes de status-reforço ou status-consolidação separam-se das normas do consumo ostensivo, as referidas normas sofrerão mudanças graves, de um tipo não previsto pelo economista "convencional"*.

A este respeito, a análise que faz Veblen das funções latentes se afasta da idéia de sentido comum, segundo a qual o produto final do consumo é "naturalmente, a satisfação direta que proporciona": "A gente come caviar porque tem fome; compra Cadillacs porque quer o melhor carro que possa conseguir; janta à luz das velas porque aprecia o ambiente tranqüilo". A interpretação de sentido comum, em termos de motivos manifestos escolhidos, cede o lugar, na análise de Veblen, a funções colaterais que são também, e talvez de maneira mais significativa, realizadas pelas referidas práticas. É fora de dúvida que nas últimas décadas, a análise vebleniana tanto se popularizou que agora as funções latentes são, de modo geral, reconhecidas. [Isto levanta o interessante problema das mudanças que têm lugar num tipo predominante de conduta quando suas funções *latentes* chegam a ser geralmente reconhecidas (e então já não são latentes). Não teremos oportunidade de discutir este importante problema no presente livro].

O descobrimento de funções latentes não só torna mais precisos os conceitos das funções desempenhadas por certas normas sociais (como também ocorre com os estudos sobre funções manifestas) mas introduz

89. *Ibid.*, 32, 101. É de ser notar que Veblen costuma entregar-se a vagas terminologias. Nas passagens citadas (e em muitos outros lugares), ele emprega "incentivo", "desejo", "propósito" e "função" como termos equivalentes. O dano não é grande, porque o contexto costuma esclarecer a acepção dessas palavras. Mas é claro que os propósitos expressos de conformar-se com uma norma cultural não são idênticos, de modo algum, às funções latentes da conformidade. Veblen o reconhece de vez em quando. Por exemplo: "Para sermos estritamente exatos, não deveríamos incluir sob a epígrafe de desperdício ostensivo senão os gastos realizados na base de uma invejosa comparação pecuniária. Mas para incluir qualquer elemento sob esta epígrafe, não é necessário que seja reconhecido como desperdício, nesse sentido, pela pessoa que realiza a despesa." (*Ibid.*, 99; o grifo é nosso). Cf. A. K. Davis, "Veblen on the decline of the Protestant Ethic", *op. cit.*

88. Veblen, *Theory of Leisure Class*, *op. cit.*, pág. 25.

um incremento qualitativamente diferente no estado prévio dos conhecimentos.

A distinção impede a substituição da análise sociológica por juízos morais ingênuos. Pôsto que as avaliações morais numa sociedade tendem a ser feitas, em grande parte, pelas conseqüências manifestas de uma prática ou de um código, devemos estar preparados para constatar que a análise por funções latentes certas vèzes vai contra as avaliações morais predominantes. Pois as funções latentes não operam da mesma maneira que as conseqüências manifestas que de ordinário são base de tais juízos. Assim, em grandes setores da população norte-americana, a máquina política ou a "camarilha política", são consideradas inequivocamente "más" e "indesejáveis". As bases desses juízos morais variam bastante mas, em substância, consistem em analisar que as máquinas políticas violam os códigos morais; o favoritismo político viola o código de seleção do pessoal, que deve ser na base de considerações impessoais e não de lealdade a um partido ou de contribuições de fundos para o mesmo; o caciquismo viola o princípio de que os votos devem basear-se na avaliação individual dos méritos dos candidatos e das questões políticas, e não em manter lealdade a um líder feudal; o suborno e o tráfico com cargos públicos obviamente infringem as regras da correção; a "proteção" dos delitos viola de maneira manifesta a lei e os costumes, e assim sucessivamente.

Em vista das múltiplas ocasiões em que as máquinas políticas, em grau variável, infringem os bons costumes e às vèzes a própria lei, é oportuno averiguar como se arranjam para continuar funcionando. As "explicações" familiares da continuação da máquina política não são aqui tratadas. Pode ser, é claro, que, se "os cidadãos decentes" estivessem à altura das suas obrigações políticas, se o corpo eleitoral fôsse ativo e ilustrado, se o número de funcionários eletivos fôsse bastante menor que as dezenas e até as centenas, cujas nomeações espera-se que sejam tacitamente endossadas pelas eleições municipais, distritais, estaduais ou nacionais; se o corpo eleitoral fôsse conduzido pelas "classes ricas e educadas sem cuja participação — como disse Bryce, nem sempre de orientação democrática — o govêrno melhor formado tem que degenerar rapidamente"; se se introduzissem essas e outras muitas alterações na estrutura política, talvez pudessem realmente ser evitados os "males" da máquina política.<sup>90</sup> Mas é necessário observar que não se fazem com freqüência tais alterações, que as máquinas políticas têm, como a fênix, a qualidade de renascerem, vigorosas e indenes, das suas próprias cinzas e que, em

90. Estas "explicações" pretendem ser "causais". Pretendem assinalar as circunstâncias sociais que dão às máquinas políticas. Na medida em que são confirmadas pela experiência, essas explicações aumentam, naturalmente, nosso conhecimento do problema: por que as máquinas políticas funcionam em certas áreas e não em outras? Como conseguem perdurar? Mas estas explicações causais não são suficientes. As conseqüências funcionais da dita máquina ultrapassam, em grande parte, como veremos, a interpretação causal.

suma, esta estrutura exhibe notável vitalidade em muitas zonas da vida política norte-americana.

Resulta, portanto, do ponto de vista funcional, que nós esperamos habitualmente (mas não invariavelmente) que normas e estruturas sociais persistentes realizem funções positivas que naquele momento não são realizadas em forma adequada por outras normas e estruturas existentes; acode, então, ao pensamento, que talvez essa organização publicamente difamada satisfaz, nas presentes circunstâncias, funções latentes fundamentais.<sup>91</sup> Um breve exame de análises correntes desse tipo poderá servir também para aclarar novos problemas de análise funcional.

ALGUMAS FUNÇÕES DA MÁQUINA POLÍTICA. Sem cogitarmos de entrar nas diferenças de detalhe que distinguem as diversas máquinas políticas — um Tweed, um Vare, um Crump, um Flynn ou um Hague não são, em absoluto, tipos idênticos de chefes políticos, — podemos examinar rapidamente as funções mais ou menos comuns à máquina política, como tipo genérico de organização social. Não pretendemos pormenorizar tôdas as diversas funções da máquina política, nem supor que tôdas essas funções são realizadas em forma análoga por tôda e cada uma das máquinas.

A função estrutural chave do cacique ou chefe político é organizar, centralizar e manter em boas condições de funcionamento "os fragmentos disseminados de poder" que andam agora dispersos em nossa organização política. Mediante esta organização centralizada de poder político, o chefe e a sua máquina podem satisfazer às necessidades de diversos subgrupos da comunidade maior, que não se sentem satisfeitos com estruturas sociais legalmente concebidas e culturalmente aprovadas.

Portanto, para compreender o papel do caciquismo ("bossism") e da máquina política, teremos de observar dois tipos de variáveis sociológicas: (1) o contexto estrutural, que torna difícil, se não impossível, que estruturas com sanção moral realizem funções sociais essenciais, deixando assim aberta a porta às máquinas políticas (ou seus equivalentes estruturais) para que executem aquelas funções; (2) os subgrupos, cujas necessidades distintivas ficam insatisfeitas, exceto no que diz respeito às funções latentes que a máquina realmente efetua.<sup>92</sup>

91. Creio que é supérfluo acrescentar que esta hipótese não se destina a "apoiar a instituição da máquina política". A questão de se saber se as disfunções da máquina superam as suas funções, a questão de se dispor ou não de outras estruturas que possam realizar suas funções, sem implicar necessariamente em disfunções sociais, ficam para ser examinadas na ocasião adequada. Agora apenas nos interessa documentar a afirmação de que os juízos morais baseados exclusivamente na apreciação das funções manifestas de uma estrutura social, são "irreais" no sentido estrito, isto é, não tomam em consideração outras conseqüências efetivas da estrutura, conseqüências essas suscetíveis de proporcionar um suporte social básico para a mesma estrutura. Como indicaremos adiante, as "reformas sociais" ou a "engenharia social" que ignoram as funções latentes o fazem ao risco de sofrer profundas decepções e efeitos de bumerangue (arma que, como se sabe, quando não alcança o alvo, volta para trás, atingindo, às vèzes, o próprio, arremessador). [A explicação entre parênteses é do tradutor].

92. Mais uma vez, como em trechos anteriores, deixaremos de examinar as possíveis disfunções da máquina política.

*Contexto Estrutural:* A armação constitucionar da organização política norte-americana evita de modo específico a possibilidade legal de um poder altamente centralizado e, como tem sido observado, assim "desalenta a formação de uma liderança eficiente e responsável. Os autores da Constituição, como observou Woodrow Wilson, estabeleceram o sistema de controle e contrapêso 'para manter o governo numa espécie de equilíbrio mecânico, por meio de uma pugna amistosa constante entre suas diferentes partes orgânicas.' Desconfiavam do poder por considerá-lo perigoso para a liberdade: em consequência, espalharam-no para rarefazê-lo e levantaram valetas para impedir sua concentração". Esta dispersão do poder se encontra não somente no plano nacional, mas também nas áreas locais. "Em consequência" — continua Sait a observar — "quando o povo ou grupos particulares dentro do povo exigiram ação positiva, ninguém tinha autoridade bastante para agir. A máquina forneceu um antídoto".<sup>93</sup>

A dispersão constitucional do poder não somente dificulta a decisão e a ação eficazes mas também, quando a ação chega a realizar-se, é definida e envolta dentro de considerações legalistas. Em consequência, desenvolveu-se "um sistema muito mais humano de governo de partido, cujo principal objetivo não tardou a ser o de embair o governo da lei... A ilegalidade da democracia extra-oficial foi simplesmente o contrapêso do legalismo da democracia oficial. Tendo-se permitido ao advogado subordinar a democracia à Lei, o chefe político era chamado para desvencilhar a vítima, o que fazia dentro de certas regras costumeiras e medianas retribuição, pecuniária ou de outro gênero".<sup>94</sup>

Oficialmente, o poder político está disperso. Vários expedientes muito conhecidos foram imaginados para este objetivo manifesto. Estabeleceu-se não somente a habitual separação de poderes entre os diferentes ramos do governo, senão que, em certa medida, foi limitado o período de exercício dos cargos e aprovada a rotação no poder. A esfera de poder inerente a cada cargo foi estritamente delimitada. Mas, diz Sait em termos rigorosamente funcionais: "A liderança é necessária e, já que não é fácil de ser exercida dentro da estrutura constitucional, o chefe político proporciona-a de fora, numa forma imperfeita e irresponsável".<sup>95</sup>

Em termos mais genéricos, *as deficiências funcionais da estrutura oficial dão origem a outra estrutura (não oficial) para satisfazer, de modo um tanto mais eficiente, certas necessidades existentes.* Sejam quais forem suas origens históricas específicas, a máquina política persiste como aparelho apto a satisfazer necessidades de grupos diversos da po-

93. Edward M. Sait, "Machine, Political", *Encyclopedia of the Social Sciences*, IX, 658b, [o grifo é nosso]; cf. A. F. Bentley, *The Process of Government* (Chicago, 1908), Capítulo 2.

94. Herbert Croly, *Progressive Democracy*, (Nova Iorque, 1914), pág. 254, citação de Sait, *op. cit.*, 658b.

95. Sait, *op. cit.*, 659a, [o grifo é nosso].

pulação que, de outra forma, não lograriam satisfação. Mas, ao examinar alguns desses subgrupos, bem como as suas necessidades características, seremos levados ao mesmo tempo a um campo de funções latentes da máquina política.

*Funções da Máquina Política para Diversos Subgrupos.* Sabe-se que uma fonte de força da máquina política procede das suas raízes na comunidade local e nos bairros. A máquina política não considera o corpo eleitoral como sendo uma massa amorfa e indiferenciada de votantes. Com aguda intuição sociológica, a máquina reconhece que cada eleitor é um indivíduo que vive num determinado bairro, com problemas e necessidades pessoais específicos. As questões públicas são abstratas e longínquas; os problemas particulares são extremamente concretos e imediatos. A máquina não funciona apelando genericamente aos grandes interesses públicos, mas mediante relações diretas, semifudais, entre os representantes locais da máquina e os eleitores do seu bairro. As eleições se ganham no bairro.

A máquina estabelece seus vínculos com homens e mulheres comuns, mediante complicadas rédes de relações pessoais. A política se transforma em laços pessoais. O cabo eleitoral de bairro "deve ser amigo de todos, simulando simpatia (se não a sente) pelos infelizes e utilizando para suas boas obras os recursos que o chefe põe à sua disposição".<sup>96</sup> O cabo eleitoral de bairro é sempre "o amigo que se procura nas horas de apêto". Em nossa sociedade predominantemente impessoal, a máquina política, por intermédio dos seus agentes locais, desempenha a importante *função social de humanizar e personalizar toda classe de auxílio a quem necessita dele.* Distribuição de gêneros alimentícios, provimento de empregos, conselhos legais e extralegais, solução de pequenos conflitos com a lei, apoio para conseguir uma bolsa de estudos, "política" para uma criança pobre e inteligente num colégio local, atenção aos aflitos — toda a gama de crises em que a pessoa precisa de um amigo e, sobretudo, de um amigo que compreenda bem as coisas e que possa ajudar — tudo isto pode ser conseguido com o cabo eleitoral sempre prestativo.

Para dar o devido valor a esta função da máquina política, é preciso observar não somente a ajuda efetivamente prestada, mas também a *maneira como é prestada.* É preciso ver também que existem outros organismos que distribuem auxílios. As agências de bem-estar social, as casas de beneficência, os consultórios de ajuda jurídica, a assistência médica em hospitais gratuitos, as repartições públicas de assistência, as autoridades de imigração; estas e muitas outras organizações existem para dar os mais diversos tipos de assistência. Mas, em contraste com as técnicas profissionais dos funcionários da assistência social, que podem representar tipicamente na mente dos que a recebem uma fria, burocrática e limitada ajuda, conseguida depois de detalhada investigação do direito *legal*

96. *Ibid.*, 659a.

que a ela tem o "cliente", acham-se as técnicas não profissionais do chefe político de arrabalde, que não faz perguntas, não exige o cumprimento de regras legais para prestar atenção e que não se "intromete" nas vidas privadas.<sup>97</sup>

Para muitos indivíduos, a perda do amor-próprio é um preço por demais elevado que se tem que pagar para receber assistência legalizada. Em contraste com o abismo que o separa dos funcionários da casa de beneficência, que procedem amiúde de uma classe social, um ambiente educativo e um grupo étnico diferentes, o cabo eleitoral de bairro é "um sujeito igual a nós", que compreende o que está acontecendo. A dama da alta sociedade, condescendente e generosa, dificilmente poderá competir com o amigo compreensivo, num caso de aperto. *Nesta luta entre estruturas que competem para desempenhar uma função que nominalmente é a mesma*, ou seja, dar ajuda e apoio aos que precisam, é notório que o político da máquina está melhor entrosado com os grupos a que serve, do que o assistente social impessoal, profissionalizado, socialmente longínquo e legalmente limitado. E como o "político" pode às vezes influir e mexer com as organizações oficiais para a outorga de assistência, enquanto o funcionário do bem-estar social não tem praticamente influência sobre a máquina política, isto só contribui para aumentar a eficiência do primeiro. Foi Martin Lomasny, chefe político de Boston, quem descreveu esta função essencial em termos familiares porém incisivos, quando declarou ao jornalista Lincoln Steffens, famoso por suas reportagens sobre "corrupção política": "Creio que deveria haver em cada bairro uma pessoa a quem qualquer sujeito pudesse se dirigir para pedir ajuda — não importando a pessoa ou o assunto. *Ajuda, você entende? Nada de vossas leis nem de vossa justiça, apenas ajuda*".<sup>98</sup>

As "classes necessitadas" constituem, portanto, um subgrupo para o qual a máquina política satisfaz necessidades que a estrutura social legal não poderia satisfazer em forma adequada e da mesma maneira.

Para um segundo subgrupo (principalmente os "grandes" negócios, mas também os "pequenos"), o chefe político desempenha a função de proporcionar os privilégios políticos que implicam benefícios econômicos

97. Caso bem semelhante de contraste com a política oficial de assistência social, encontra-se na distribuição de ajuda aos desempregados, feita de mãos abertas e sem cômputo político, por Harry Hopkins, assistente de Franklin Delano Roosevelt no governo do Estado de Nova Iorque. Conforme diz Sherwood: "Hopkins foi ásperamente criticado pelas agências consagradas de beneficência, por causa dessas atividades irregulares; diziam que não era 'conduta profissional' distribuir boletins de trabalho sem uma investigação completa sobre cada requerente, sobre seus recursos financeiros e de sua família e, provavelmente, sobre a sua religião. 'Harry mandou as agências ao diabo', disse Goldberg [o Dr. Jacob A. Goldberg era um colaborador de Hopkins]." Robert E. Sherwood, *Roosevelt and Hopkins, An Intimate History* (Nova Iorque: Harper, 1948), 30.

98. *The Autobiography of Lincoln Steffens* (Chautauqua, Nova Iorque: Chautauqua Press, 1931), 618. Inspirando-se em grande parte em Steffens, como ele mesmo diz, F. Stuart Chapin expõe com grande clareza as funções da máquina política. Veja-se sua obra *Contemporary American Institutions* (Nova Iorque: Harper, 1934), 40-54.

imediatos. As corporações de negócio, entre as quais as empresas de serviços públicos (estradas de ferro, transportes e companhias locais de luz elétrica, empresas de comunicações) são as mais notórias a este respeito, buscando isenções políticas especiais que lhes permitam estabilizar sua situação e aproximar-se do objetivo de elevar seus lucros ao máximo. Interessante é que as empresas querem com frequência evitar um caos de competição incontrolada. Desejam a maior segurança, que lhes pode ser proporcionada por um "ditador" econômico que domine, regule e organize a competição, sempre que esse ditador não seja um funcionário público, cujas decisões estejam sujeitas ao exame e ao controle público. (Este último tipo representaria o "controle do governo", sendo, portanto, considerado tabu). O chefe político preenche esses requisitos de maneira admirável.

Examinada por um momento, à parte de qualquer consideração moral, a aparelhagem política manejada pelo cacique, está eficazmente destinada a desempenhar essas funções com um mínimo de ineficiência. Tendo nas suas mãos competentes os fios das diversas seções, ministérios e agências governamentais, o chefe político racionaliza as relações entre os negócios públicos e os particulares. Serve de embaixador da comunidade dos negócios no território por demais estranho (e às vezes inimigo) do governo. E, em termos estritos de negócios, está bem pago pelos serviços econômicos que presta aos seus respeitáveis clientes, os negociantes. Num artigo intitulado "An Apology to Graft" (Apologia do suborno), Lincoln Steffens sugeriu que "o culpado era o nosso sistema econômico, que oferecia riqueza, poder e aplausos como prêmio aos indivíduos bastante atrevidos e hábeis para comprar, mediante suborno, minas, campos petrolíferos e privilégios e que 'se saíram bem' sem serem incomodados".<sup>99</sup> E numa conferência perante uma centena de homens de negócio de Los Angeles, descreveu um fato que todos conheciam muito bem: o chefe político e sua máquina eram *parte integrante* da organização da economia. "Vocês não podem construir nem explorar uma estrada de ferro, uma empresa de bondes urbanos ou uma companhia de gás, de água ou de energia elétrica, abrir ou explorar uma mina, possuir bosques e explorar madeira em grande escala ou manter qualquer outro negócio privilegiado, sem subornar, ou contribuir para subornar, o governo. Vocês me dizem em particular que têm de fazê-lo, e eu aqui lhes digo semipublicamente que têm mesmo de fazê-lo. E é assim em todo o país. Isto significa que temos uma organização da sociedade em que, *por alguma razão*, vocês e sua classe, os líderes da sociedade mais hábeis, mais inteligentes, mais imaginosos, mais ousados e engenhosos, estão e têm que estar contra a sociedade, suas leis e todas as suas excrescências".<sup>100</sup>

99. *Autobiography of Lincoln Steffens*, 570.

100. *Ibid.*, 572-3 [o grifo é nosso]. Isto ajuda a explicar, como disse Steffens, concordando com o membro da Comissão de Polícia Theodore Roosevelt, "a proeminência e respêi-

Como a procura de serviços especialmente privilegiados nasce dentro da estrutura da sociedade, o chefe político preenche diversas funções para este segundo subgrupo de negócios que busca privilégios. Essas "necessidades" dos negócios, tal como estão agora constituídos, não são adequadamente cobertas por estruturas sociais tradicionais e culturalmente aprovadas; em consequência, a organização extralegal mais ou menos eficiente da máquina política surge para proporcionar esses serviços. Adotar uma atitude *exclusivamente* moral para com a "corrupta máquina política", é perder de vista as próprias circunstâncias estruturais que originam o "mal" que se ataca tão rigorosamente. Adotar um ponto de vista funcional é proporcionar, não uma apologia da máquina política, mas uma base mais sólida para modificar ou eliminar a máquina, desde que se façam arranjos estruturais específicos, seja para eliminar as procuras efetivas da comunidade dos negócios, ou seja, se tal for o objetivo, para satisfazer essas demandas por outros meios.

Um terceiro grupo de funções específicas que a máquina política realiza para um subgrupo especial, é o de proporcionar novos canais de mobilidade social às pessoas que, de outra maneira, estariam excluídas dos caminhos mais tradicionais para a "ascensão" pessoal. Tanto as fontes dessa "necessidade" especial (de mobilidade social), como a forma em que a máquina política vem contribuir para a satisfação da referida necessidade podem ser compreendidas, examinando-se a estrutura da cultura e da sociedade em geral. Como se sabe, a cultura norte-americana atribui enorme importância ao dinheiro e ao poder como meta legítima de "êxito" para todos os indivíduos da sociedade. Embora não seja a única em nosso inventário de metas culturais, continua figurando entre as mais fortemente carregadas de afeto e valor positivos. Todavia, certos grupos e certas zonas ecológicas são notáveis pela ausência relativa de oportunidades de se alcançar esses tipos (monetário e de poder) de êxito. Tais subgrupos constituem, em suma, subpopulações em que "a importância cultural atribuída ao êxito pecuniário tem sido assimilada, mas que oferecem pouco acesso a meios tradicionais e legítimos para alcançarem esse êxito". As oportunidades tradicionais de trabalho para as pessoas de (tais áreas) se limitam quase completamente ao trabalho manual. Dada nossa estigmatização cultural do trabalho manual,<sup>101</sup> e o corres-

tabilidade dos homens e das mulheres que intercedem pelos escroques e pelos corruptos", quando estes são detidos durante alguma campanha periódica para "limpar a máquina política". Cf. Steffens, 371 e passim.

101. Veja-se o estudo do "National Opinion Research Center" sobre a avaliação das ocupações, que comprova firmemente a impressão geral de que as ocupações manuais estão colocadas muito baixo na escala social de valores, mesmo entre aqueles que se dedicam a um trabalho manual. Observe-se bem as implicações deste último caso. Com efeito, a estrutura cultural e social impõe os valores do sucesso pecuniário e do poder mesmo àqueles que se acham presos às estigmatizadas ocupações manuais. Examine-se, sobre este pano de fundo, a poderosa motivação para se alcançar esse tipo de sucesso por qualquer meio. Um lixeiro, que concorda com outros norte-americanos na opinião de que a profissão de lixeiro "é a mais baixa das ocupações baixas", dificilmente pode

pondente prestígio do trabalho "de colarinho branco e gravata", é evidente que o resultado é a tendência a conseguir os objetivos culturalmente aprovados, *por todos os meios possíveis*. Por outro lado, "pede-se a essas pessoas que orientem sua conduta para a perspectiva de acumular riqueza (e poder) e, por outro lado, nega-se-lhes, em grande parte, as oportunidades efetivas para fazê-lo dentro dos padrões institucionais".

Neste contexto de estrutura social, a máquina política preenche a função básica de proporcionar caminhos de mobilidade social àqueles que, de outro modo, ficariam em desvantagem. Dentro desse contexto, a própria máquina e a camarilha políticas corruptas "representam o triunfo da inteligência amoral sobre o 'fracasso' moralmente prescrito quando os canais de mobilidade vertical se fecham ou se estreitam numa sociedade que outorga alto valor à *afluência econômica, ao [poder] e à elevação social para todos os seus indivíduos*".<sup>102</sup> Como notou um sociólogo, baseado em vários anos de atenta observação numa zona de bairros pobres:

O sociólogo que deixa de lado camorras, camarilhas ("rackets") e organizações políticas, por se desviarem dos padrões desejáveis, assim esquece alguns dos principais elementos na vida dos bairros afastados, favelas ou cortiços ("slums")... Não descobre as funções que desempenham para os indivíduos [dos agrupamentos do bairro]. Os irlandeses e os imigrantes de outras nacionalidades que se lhe seguiram mais tarde, acharam as maiores dificuldades para encontrar seu lugar em nossa estrutura social, econômica e urbana. Acredita alguém que os imigrantes e seus filhos teriam atingido seu grau atual de mobilidade social, sem conseguir previamente o controle da organização política de algumas das nossas maiores cidades? O mesmo pode ser dito das organizações de "racket" ou intimação. A política e a intimação proporcionaram um meio de mobilidade social a indivíduos que, devido à sua origem étnica e à sua baixa posição social, não podiam avançar pelos canais "respeitáveis".<sup>103</sup>

Isto constitui, portanto, um terceiro tipo de função, desempenhada para um subgrupo diferenciado. Esta função, diga-se de passagem, é realizada pela mera existência da máquina política, porque é na própria

ter de si mesmo uma imagem que lhe agrada: faz um trabalho de "pária" na própria sociedade que não se cansa de lhe garantir que "todo indivíduo que tenha verdadeiro mérito pode progredir". Acrescente-se a isto sua confissão ocasional de que "não teve as mesmas possibilidades que os outros, digam o que quiserem" e se perceberá a enorme pressão psicológica que pesa sobre ele para "igualar a marcação", encontrando algum meio, legal ou ilegal, de melhorar. Tudo isto proporciona o pano de fundo estrutural e derivadamente psicológico para a "necessidade socialmente induzida" em certos grupos, para se encontrar um caminho acessível de mobilidade social.

102. Merton, "Social structure and anomie", Capítulo IV deste volume.

103. William F. Whyte, "Social organization in the slums", (Organização social nas favelas ou cortiços) *American Sociological Review*, fevereiro de 1943, 8, 34-39 [o grifo é nosso]. Assim, pois, a máquina política e a camorra ("racket") de intimação representam um caso especial do tipo de ajustes organizativos às condições descritas no Capítulo IV. Note-se que representam um ajuste organizativo; estruturas definidas nascem e funcionam para reduzir um tanto as tensões agudas e os problemas dos indivíduos apanhados no conflito descrito entre a "pressão cultural do sucesso para todos" e o "fato socialmente estruturado de oportunidades desiguais para o sucesso". Como o indica o Capítulo IV, são possíveis outros tipos de "ajustamento" individual: delinquência do tipo "lôbo solitário", estados psicopatológicos, rebeldia, retraimento provocado pelo abandono de metas culturalmente aprovadas etc. Da mesma maneira, outros tipos de ajustamentos organizativos surgem de vez em quando; o "racket" ou a máquina

máquina que estes indivíduos e subgrupos encontram mais ou menos satisfeitas suas necessidades induzidas pela cultura. Isto se refere aos serviços que a própria aparelhagem política distribui ao seu pessoal. Mas visto dentro do contexto social mais amplo que temos examinado, já não parece *simplesmente* um meio de engrandecimento próprio para os indivíduos ansiosos de lucro e de poder, mas também como uma providência organizada para *subgrupos* que, de outra maneira, seriam excluídos ou prejudicados na corrida para o "êxito".

Assim como a máquina política presta serviço aos negócios "legítimos", também funciona para prestar serviços da mesma espécie a atividades "ilegítimas", tais como, centros de vício, delitos e grupos de chantagem ou intimidação ("gangsters" e "racketeers"). Uma vez mais, o papel sociológico fundamental da máquina a este respeito, só pode ser apreciado em sua forma mais completa quando se abandonam provisoriamente as atitudes de indignação moral, a fim de examinar com toda inocência moral o funcionamento real da organização. Sob esta luz, torna-se desde logo evidente que o subgrupo dos delinquentes, dos malfeitores que operam na base da chantagem ou intimidação ("racket") e dos jogadores profissionais, tem analogias fundamentais de organização, exigências e funcionamento com o subgrupo dos industriais, dos homens de negócio e dos especuladores. Se existem Reis da Madeira ou Reis do Petróleo, também existem Reis do Vício e Reis da Camorra. Se os negócios legítimos em expansão organizam sindicatos administrativos e financeiros para "racionalizar" ou "unificar" zonas diversas de produção e de empresas, também o *racket* e o delito prósperos organizam sindicatos do crime, para pôr ordem nas zonas de outra maneira caóticas da produção de bens e serviços ilícitos. Se o grande comércio legítimo considera ruí­nosa e ineficiente a proliferação de pequenas empresas que substituem, por exemplo, as cadeias de supermercados gigantes por centenas de pequenas mercearias de esquina, também os negócios ilegítimos adotam a mesma atitude e organizam sindicatos do crime e do vício.

Finalmente, e este é um dos aspectos mais importantes, existe a analogia fundamental, se não a quase identidade, entre o papel econômico dos negócios "legítimos" e o dos negócios "ilegítimos". *Uns e outros se dedicam em certo grau a fornecer bens e serviços para os quais existe demanda econômica.* Moral à parte, uns e outros são negócios, empresas industriais e profissionais, que distribuem bens e serviços desejados por alguém, para os quais há um mercado em que os bens e serviços se transformam em mercadoria. E, numa sociedade predominantemen-

políticas não são os únicos meios organizados disponíveis para enfrentar este problema induzido pela sociedade. A participação em organizações revolucionárias, por exemplo, pode ser considerada, dentro deste contexto, como um modo alternativo de ajustamento organizativo. Aqui damos apenas uma informação teórica disso tudo, já que, de outro modo, poderíamos perder de vista os conceitos funcionais básicos de substitutos funcionais e de equivalentes funcionais, que deverão ser discutidos por extenso numa próxima publicação.

te de mercado, outra coisa não se poderia esperar senão o aparecimento de empresas adequadas onde quer que haja uma demanda de mercado para certos bens e serviços.

Como se sabe, o vício, o crime e os *rackets* são "grandes negócios". Basta pensar que, em 1950, o número de prostitutas profissionais nos Estados Unidos foi calculado em 500.000; compare-se esse número com os 200.000 médicos e as 350.000 enfermeiras profissionais registrados na mesma época. É difícil calcular quem tenha a maior clientela: os homens e as mulheres profissionais da medicina ou os homens e as mulheres que fazem profissão do vício. É difícil, naturalmente, calcular o ativo econômico, a renda, os lucros e dividendos do jogo clandestino no mesmo país e compará-lo, por exemplo, com o ativo, a renda, os lucros e os dividendos da indústria de calçados, mas é bem possível que as duas indústrias estejam mais ou menos a par. Não existem cifras exatas sobre os gastos anuais em narcóticos proibitivos e é provável que sejam menos que os gastos em doces, mas também é provável que sejam maiores que os gastos em livros.

Basta refletir um momento para reconhecer que, em termos estritamente econômicos, não há nenhuma diferença importante entre o fornecimento de bens e serviços lícitos e ilícitos. O tráfico de bebidas alcoólicas documenta isto de forma adequada. Seria extravagante argumentar que, antes de 1920 (quando entrou em vigor a emenda constitucional N.º 18, ou seja, a "lei seca") o fornecimento de bebidas alcoólicas constituía um serviço econômico, que de 1920 a 1933 já não constituía um serviço econômico prestado a um mercado, e que de 1934 até o presente tomou novamente um caráter útil. Ou seria *economicamente* (não moralmente) absurdo dizer que a venda de álcool de contrabando no Estado seco de Kansas não corresponde à satisfação de uma procura no mercado, da mesma forma que a venda de álcool legalmente fabricado no vizinho Estado "úmido" de Missouri. Exemplos desta classe podem multiplicar-se até ao infinito. Será possível sustentar que nos países europeus, onde a prostituição está registrada e legalizada, a prostituta presta um serviço econômico, enquanto que neste país, onde não está legalmente sancionada, a prostituta não presta tal serviço? Ou que o abortista profissional está no mercado econômico quando tem situação legal reconhecida, e que está fora do mercado econômico quando o aborto é um tabu legal? Ou que o jogo satisfaz a uma demanda específica de passatempo em Nevada, onde constitui o maior negócio nas maiores cidades do Estado, mas que difere essencialmente, sob este aspecto, do cinema no Estado vizinho da Califórnia?<sup>104</sup>

104. Talvez a exposição mais perspicaz desse ponto de vista tenha sido a que fizeram Hawkins e Waller: "A prostituta, o rufião, o vendedor de narcóticos, o explorador de uma batota, o vendedor de fotografias obscenas, o contrabandista, o abortista, são todos eles elementos produtivos, pois todos eles produzem serviços ou bens que a gente deseja e está disposta a pagar. Acontece que a sociedade proíbe esses bens e serviços,

O fato de não reconhecer que esses negócios são apenas *moralmente*, mas não *econômicamente* distinguíveis dos negócios "legítimos" originou grande confusão nas análises. Desde que se reconheça a identidade entre os dois, já se poderá perceber que, se a máquina política desempenha funções para "os grandes negócios legítimos", é muito provável que também desempenhará funções não muito diferentes para "os grandes negócios ilegítimos". E, naturalmente, é o que se dá com muita frequência.

A função distintiva da máquina política para sua clientela delinqüente, viciosa e de camorra ("racket") é de lhe permitir explorar a satisfação de demandas econômicas de um grande mercado, sem a devida intervenção do governo. Assim como as grandes empresas podem contribuir para os gastos eleitorais de um partido político, no intuito de conseguir um mínimo de intervenção governamental, assim também agem os grandes "rackets" e as grandes organizações do crime e do vício. Em ambos os casos, a máquina política pode, em graus variáveis, fornecer "proteção". Em ambos os casos, muitas características do contexto estrutural são idênticas: (1) demanda do mercado, para bem-estar e serviços; (2) interesse dos exploradores em levar ao máximo o lucro das empresas; (3) necessidade de controlar parcialmente o governo que, de outra forma, poderia interferir nas atividades dos homens de negócios; (4) necessidade de uma agência eficiente, poderosa e centralizada que proporcione uma ligação entre o "mundo dos negócios" e o governo.

Sem presumir que as páginas precedentes esgotaram o capítulo das funções nem o capítulo dos subgrupos servidos pela máquina política, já podemos ver, ao menos, que *na atualidade, esta desempenha algumas funções para diversos subgrupos, funções estas não desempenhadas em forma apropriada pelas organizações culturalmente aprovadas e mais tradicionais.*

Embora somente de passagem, podem-se mencionar aqui algumas implicações da análise funcional da máquina política que, naturalmente, estão a exigir estudo mais intensivo. Em primeiro lugar, a análise feita nas páginas anteriores tem implicações diretas para a *engenharia social*. Ajuda a explicar por que os esforços periódicos de "reforma política", de "eliminação dos corruptos", "de limpeza da casa política" são tipicamente (embora não necessariamente) ineficientes e de pouca duração. Servem de exemplo para um teorema fundamental: *tôda tentativa de eliminar uma estrutura social existente sem fornecer previamente outras estruturas adequadas para preencher as funções exercidas pela organização que se quer abolir, está condenada ao fracasso.* (Desnecessário é dizer que este teorema tem alcance muito maior que o caso específico

mas certa gente continua a produzi-los e outra gente continua a consumi-los; um decreto ou um ato legislativo não bastam para que eles deixem de fazer parte do sistema econômico". "Critical notes on the cost of crime", *Journal of Criminal Law and Criminology*, 1936, 26, 679-94, pág. 684.

da máquina política). Quando a "reforma política" se limita à "eliminação dos velhacos", pouco mais faz que entregar-se à magia sociológica. A reforma pode, durante algum tempo, colocar algumas figuras novas na ribalta política; pode servir à função social fortuita de assegurar uma vez mais ao corpo eleitoral que as virtudes morais continuam intatas e que finalmente triunfarão; pode efetuar, realmente, uma mudança ao pessoal da máquina política; e pode mesmo, durante algum tempo, refrear as atividades da máquina até o ponto de ficarem insatisfeitas as muitas necessidades que ela anteriormente perfazia. Mas não se pode evitar que, a menos que a reforma implique também em dar "nova forma" à estrutura social e política, de tal sorte que as necessidades existentes sejam satisfeitas por outras estruturas, ou a menos que implique numa mudança que elimine por completo as necessidades, a máquina política voltará ao seu lugar integrante do sistema social das coisas. *Procurar a mudança social sem o devido reconhecimento das funções manifestas e latentes desempenhadas pela organização social que está sofrendo a mudança é contentar-se com o ritual social em vez de lançar mão da engenharia social.* Os conceitos de funções manifestas e latentes (ou seus equivalentes) são elementos indispensáveis no repertório técnico do engenheiro social. Neste sentido decisivo, tais conceitos não são "meramente" teóricos (no sentido abusivo da palavra) mas eminentemente práticos. Na execução deliberada das alterações sociais, somente podem ser ignorados ao preço de aumentar consideravelmente o risco de fracasso.

Uma segunda implicação desta análise da máquina política também abrange zonas mais amplas que a que vimos examinando. Tem sido assinalado às vezes o paradoxo de que, entre os que apóiam a máquina política, figuram tantos elementos "respeitáveis" da classe empresarial, que são, é claro, contrários ao delinqüente ou ao *racketeer*, elementos "não respeitáveis" do baixo mundo. À primeira vista, tal fato é apontado como caso muito estranho de acasalamento. Às vezes, um meritíssimo juiz tem de sentenciar o mesmo *racketeer* ao lado do qual esteve sentado na noite anterior, numa ceia sem cerimônia, com figurões políticos. Um promotor estadual de justiça cruza, na rua, com um réu confesso mas absolvido, que se está dirigindo à residência secreta onde o chefe político convocou uma reunião. O grande homem de negócios pode queixar-se, quase tão amargamente quanto o grande *racketeer*, das pesadas contribuições que o chefe político exige para o fundo do partido. Os adversários sociais encontram-se na mansão cheia de fumo de cigarros do político bem sucedido.

Tudo isto deixa de ser considerado paradoxal, se examinado à luz da análise funcional. Uma vez que a máquina serve da mesma forma ao homem de negócios e ao delinqüente, entrecruzam-se os dois grupos que, aparentemente, são antípodas. Isto aponta para um teorema mais geral: *as funções sociais de uma organização ajudam a determinar a estrutura (incluindo-se o recrutamento do pessoal compreendido na estrutu-*

ra), assim como a estrutura ajuda a determinar a eficiência com que se realizam as funções. No que se refere à situação social, o grupo dos homens de negócios e o grupo delinqüente constituem, de fato, pólos distintos. Mas a situação social não determina completamente a conduta ou as relações entre os grupos. São as funções que modificam essas relações. Dadas suas necessidades instintivas, os diferentes subgrupos da sociedade em geral estão "integrados", quaisquer que sejam seus desejos ou intenções pessoais, pela estrutura centralizadora que atende às diversas necessidades. Numa frase que implica muitas coisas e que requer exame mais detalhado, a estrutura afeta a função e a função afeta a estrutura.

## OBSERVAÇÕES FINAIS

Esta revisão de algumas considerações importantes sobre a análise estrutural e funcional pouco mais fez que indicar alguns dos principais problemas e possibilidades oferecidos por este modo de interpretação sociológica. Cada um dos itens catalogados no paradigma requer constante esclarecimento teórico e pesquisas empíricas acumulativas. Mas é claro que na teoria funcional, despida daqueles postulados tradicionais que a cercavam e amiúde a convertiam em pouco mais de uma racionalização posterior das práticas existentes, a sociologia dispõe de um comêço de análise sistemática e empiricamente relevante. Espera-se que a orientação aqui indicada possa sugerir a factibilidade e a desejabilidade de uma maior codificação da análise funcional. Desta maneira, cada secção do paradigma será tratada oportunamente em capítulo documentado, analisado e codificado da história da análise funcional.

## PÓS-ESCRITO BIBLIOGRÁFICO

Quando foi escrito pela primeira vez em 1948 o trabalho anterior, representou um esforço para sistematizar as suposições e os conceitos principais da teoria da análise funcional em sociologia, que se achava então numa lenta evolução. O desenvolvimento dessa teoria sociológica adquiriu desde então importância notável. Ao preparar esta edição, incorporei a ela algumas das ampliações e correções que se produziram no intervalo, mas deixei uma formulação extensa e detalhada para outro volume agora em preparo. Por conseguinte, pode ser útil nesta conjuntura, catalogar não tôdas, mas apenas algumas, das recentes contribuições teóricas à análise funcional em sociologia.

A maior contribuição teórica nos últimos anos foi, naturalmente, a de Talcott Parsons em *The Social System* (Glencoe, Illinois: The Free Press, 1951), acrescida por novos trabalhos de Parsons e de seus colaboradores: T. Parsons, R. F. Bales e E.A. Shils, *Working Papers in the Theory of Action* (Glencoe, Illinois: The Free Press, 1953); T. Parsons e E. A. Shils (ed.) *Toward a General Theory of Action*, (Cambridge: Harvard University Press, 1951). As contribuições mais importantes de um

livro tão amplo e tão logicamente complexo *The Social System* não podem ser facilmente distinguidas dos seus desenvolvimentos conceptuais mais provisórios e às vezes discutíveis; somente agora os sociólogos começam a fazer as distinções necessárias. Mas evidentemente ambas as pesquisas vindas das formulações de Parsons e da revisão crítica teórica, é claro, representam um passo decisivo para uma exposição metódica da teoria sociológica atual.

*The Structure of Society*, de M. J. Levy Jr. (Princeton University Press, 1953), procede em grande parte, nas palavras do seu autor, do sistema conceptual de Parsons e oferece uma multiplicação lógica de numerosas categorias e conceitos. Resta ver se tais taxonomias de conceitos se revelam apropriadas e úteis na análise de problemas sociológicos.

Análises menos extensas porém mais incisivas, de problemas teóricos selecionados de análises funcionais, têm aparecido em alguns trabalhos provindos de diversas "zonas culturais" de teoria sociológica, como se pode ver pela breve bibliografia que segue. Talvez o mais penetrante e produtivo de todos eles seja o par de trabalhos relacionados entre si, de Ralf Dahrendorf, "Struktur und Funktion", em *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 1955, 7, 492-519; e de David Lockwood, "Some remarks on 'The Social System'" em *The British Journal of Sociology*, 1956, 7, 134-146. Ambos os trabalhos constituem casos exemplares de teorização sistemática, destinada a assinalar lacunas específicas no estado atual da teoria funcional. Um relatório meditado e não polêmico da situação da teoria funcional e de alguns de seus problemas-chave não resolvidos será encontrado em "Structural-functional analysis: some problems and misunderstandings", por Bernard Barber, em *American Sociological Review*, 1956, 21, 129-135. Um esforço para esclarecer o importante problema da lógica da análise, implícito na parte da sociologia funcional destinada a interpretar tipos estruturais observados na sociedade, foi realizado por Harry C. Bredemeier em "The methodology of functionalism", em *American Sociological Review*, 1955, 20, 173-180. Embora este trabalho atribua discutivelmente certas suposições a várias análises funcionais que examina, tem o claro mérito de colocar em foco a importante questão da lógica adequada de análise funcional.

Quanto à inclusão da análise funcional dos antropologistas na sociologia contemporânea (não meramente na antropologia), veja-se o instrutivo trabalho de Melford E. Spiro, intitulado "A typology of functional analysis", em *Explorations*, 1953, 1, 84-95 e o minucioso exame crítico de Raymond Firth em "Function", em *Current Anthropology*, (dirigida por William L. Thomas Jr.), University of Chicago Press, 1956, 237-258.

A difusão da teoria funcional recentemente formulada nos Estados Unidos repercute numa série de apreciações críticas da referida teoria na Bélgica, França, Itália e Brasil. Entre as mais importantes figuram: "Fonction et finalité en sociologie", por Henri Janne, em *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 1954, 16, 50-67, que procura entrelaçar a teoria fun-